

**As Práticas Educativas Parentais:
Perceções de pais e filhos**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Raquel Gonçalves dos Santos
MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2012

As Práticas Educativas Parentais: Perceções de pais e filhos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Raquel Gonçalves dos Santos

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÃO

Maria João Gouveia Pereira Beja

Agradecimentos

Terminada mais uma etapa da minha formação, serve este espaço para agradecer a todos aqueles que de forma direta ou indireta, possibilitaram a concretização desta tese, nomeadamente no que diz respeito a toda a minha atuação e aprendizagens realizadas. Assim, devo os agradecimentos mais sinceros a quem quer que tenha dado alguma colaboração para que eu a tenha terminado e mantido, ainda, um mínimo da minha sanidade. Então vejamos...

À Professora Doutora Maria João Beja, um agradecimento especial por me mostrar o caminho da ciência, por ser um exemplo a seguir e por fazer parte da minha vida nos bons e maus momentos. Agradeço-lhe por toda a sua disponibilidade e pelo apoio prestado, e acima de tudo, por acreditar em mim, mesmo quando as minhas dúvidas eram superiores.

A todos os docentes da Universidade da Madeira que contribuíram para a minha formação e crescimento como aluna e como pessoa.

Às minhas amigas Tatiana, Susana e Lénia, pela prestimosa colaboração, amizade e espírito de entreajuda e por estarem lá sempre que delas precisei.

À Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos, ao Conselho Executivo, aos professores e aos funcionários, pela disponibilidade prestada e pelo incentivo recebido.

A todos os alunos e às suas famílias pela participação que se mostrou fundamental para a realização deste trabalho.

A todas as pessoas amigas que com as suas palavras me transmitiram força para continuar.

A todos os elementos da minha família, de um lado e do outro, os quais amo muito, por todo o apoio, pelo incentivo por sempre acreditaram em mim e por estarem sempre ao meu lado a cada etapa conseguida.

Ao meu namorado João Carlos, por ter sido sempre um ouvinte atento de algumas dúvidas, desânimos e inquietações, pelo apoio e pela confiança depositada, provando-me desta forma que estará sempre ao meu lado em todos os momentos.

E por último mas não menos importante, à minha querida mãe, ao meu mano Marco e ao meu tio Jaime que desde que partiram deste mundo terreno, me protegem e me dão forças para continuar, amparando-me nos momentos mais difíceis.

Resumo

A presente investigação teve como objetivo verificar a influência do gênero e da ordem de nascimento dos filhos sobre as práticas educativas parentais, do ponto de vista de ambos os pais e dos filhos.

Participaram no estudo 385 sujeitos divididos em dois grupos: o grupo dos alunos, composto por 145 sujeitos entre os 14 e os 17 anos, sendo 54.5% da amostra pertencente ao sexo feminino e ocupando majoritariamente a posição de “Irmão mais novo” na fratria. O grupo dos pais, composto por 240 sujeitos entre os 32 e os 57 anos, de ambos os sexos, majoritariamente com dois dependentes (54.2%) e pertencentes à Classe Sociocultural Baixa.

O instrumento utilizado para avaliar-se as práticas educativas parentais, o Inventários dos Estilos Parentais (IEP) desenvolvido por Gomide (2006), inclui sete categorias: duas relativas a práticas educativas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e cinco relativas a práticas educativas negativas (punição inconsciente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico).

Ao contrário do que a literatura vem a referir em alguns estudos, não se encontraram diferenças significativas ao comparar-se as percepções de pais e as percepções dos filhos no que respeita às práticas parentais atendendo ao sexo e à posição que estes ocupam na fratria.

Indicaram também que mães e pais com baixos níveis de habilitações escolares (1º e 2º Ciclo), apresentaram estilos parentais elevados em comparação com pais com habilitações escolares ao nível do Ensino Superior, que apresentaram estilos parentais mais baixos.

No que respeita à percepção da preferência parental, os resultados indicaram que os primogénitos diferenciaram-se dos demais irmãos por acreditarem que existe preferência parental por um dos filhos em detrimento dos outros.

Relativamente à prática educativa parental referente à monitoria negativa na percepção dos filhos, não se encontraram diferenças relativamente à figura materna ou à figura paterna no que respeita tanto à posição na fratria ou ao sexo dos filhos.

Palavras-chave: práticas educativas parentais, gênero, ordem de nascimento, pais, filhos, percepções.

Abstract

This research aimed to verify the influence of gender and birth order of the children on parental educational practices, from the point of view of both parents and children.

In this study have participated 385 individuals divided in two groups: the group of students composed by 145 individuals between 14 and 17 years old, with 54.5% of the sample belonging to the female group and mostly occupying the position of 'younger brother' in the phratry. The parents group, composed by 240 individuals between 32 and 57 years old, both sexes, mostly with two dependents (54.2%) and belonging to the Lower Sociocultural Class.

The instrument used to assess the parenting practices includes seven categories: two related to positive practices (positive monitoring and moral behavior), and five related to negative practices (inconsistent punishment, negligence, relaxed discipline, negative monitoring and physical abuse).

Contrary to what the literature has noted in some studies, no significant differences were found when comparing the perceptions of parents and perceptions of children with regard to parenting practices given the sex and the position they occupy in the phratry.

They also indicated that parents with low levels of educational qualifications (Elementary school and Middle school), have showed high parenting styles compared to parents with an Higher Education educational level.

Regarding the perception of parental preference, the results indicated that the firstborn differed from the other siblings for believing that there is parental preference for one child over the other.

Towards parental educational practice on the perception of negative monitoring in children, no differences were found regarding the mother figure or father figure relatively of both the sibling position or gender of the children.

Keywords: parental educational practices, gender, birth order, parents, sons, perceptions.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento teórico	5
Capítulo 1 – A família	6
1. O conceito de família	6
1.1. Contexto histórico de família	7
1.2. Tipologias de família	10
2. A família enquanto sistema	12
2.1. Definição sistémica de família	12
2.2. Funções e papéis da família	14
2.3. O ciclo vital da família	16
2.3.1. A transição para a parentalidade: tornar-se mãe, tornar-se pai	18
2.3.2. A adolescência e a família	21
Capítulo 2 – A parentalidade	25
1. O conceito de parentalidade	25
1.1. Comportamento parental	26
1.2. Práticas educativas parentais	30
1.3. Estilos educativos parentais	33
1.4. Variáveis relacionadas com as figuras parentais	39
1.5. Variáveis relacionadas com os filhos	40
Parte II – Estudo empírico	49
Capítulo 3 - Metodologia	50
1. Objetivos da Investigação	50
2. Amostra	52
3. Instrumentos de recolha de dados	60
3.1. Inventário de Estilos Parentais (IEP)	60
4. Procedimentos metodológicos	61
Capítulo 4 - Análise dos resultados	64
Hipótese 1	64
Hipótese 2	66
Hipótese 3	68
Hipótese 4	71
Hipótese 5	72

Hipótese 6	73
Parte III - Conclusões	75
1. Conclusões	76
1.2. Limitações da investigação	82
1.3. Sugestões para futuras investigações	83
Referências bibliográficas	86
Anexos	92
Anexo 1. Ficha Sociodemográfica da Família – Alunos	
Anexo 2. Ficha Sociodemográfica da Família – Pais	
Anexo 3. Carta de pedido de autorização de realização do estudo – Secretário Regional de Educação e Cultura	
Anexo 4. Carta de pedido de autorização de realização do estudo – Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos	
Anexo 5. Carta de pedido de autorização de participação no estudo - Encarregados de Educação	

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo Integrativo de Estilos Parentais de Darling e Steinberg (1993)	36
Figura 2. Modelo Bidimensional de Maccoby e Martin (1983)	37
Figura 3. Composição do agregado familiar dos alunos	54
Figura 4. Composição do agregado familiar dos pais dos alunos de 9º ano de escolaridade	57
Figura 5. Categorias da classe sociocultural de acordo com a profissão (IEFP, 2010) e o grau de habilitações dos pais (Morais, 1992).	59
Figura 6. Distribuição da amostra segundo a classe sociocultural dos pais dos alunos de 9º ano de escolaridade.	59

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição da amostra - alunos e pais dos alunos das turmas de 9º ano	53
Quadro 2. Distribuição da amostra - sexo dos alunos	54
Quadro 3. Distribuição da amostra - idade dos alunos	54
Quadro 4. Distribuição da amostra - existência de irmãos	55
Quadro 5. Distribuição da amostra - número de irmãos por aluno	55
Quadro 6. Distribuição da amostra - posição dos alunos na fratria	55
Quadro 7. Distribuição da amostra - sexo dos pais dos alunos	56
Quadro 8. Distribuição da amostra - idades mínima e máxima dos pais	56
Quadro 9. Distribuição da amostra - intervalo de idades dos pais	56
Quadro 10. Distribuição da amostra - estado civil dos pais	57
Quadro 11. Distribuição da amostra - número de filhos	58
Quadro 12. Distribuição da amostra - habilitações académicas dos pais dos alunos de 9º ano	58
Quadro 13. Diferenças nas práticas educativas parentais na perceção dos pais de acordo com o sexo dos filhos	65
Quadro 14. Diferenças nas práticas educativas parentais dos alunos de acordo com o sexo dos mesmos	66
Quadro 15. Diferenças nas práticas educativas parentais de acordo com a posição dos filhos na fratria	67
Quadro 16. Diferenças nas práticas educativas parentais na perceção dos alunos de acordo com a posição na fratria dos mesmos	68
Quadro 17. Diferenças nos estilos educativos parentais de acordo com as habilitações académicas dos pais	69
Quadro 18. Médias e desvios-padrão para as diferenças entre o estilo parental da mãe e as habilitações académicas	69
Quadro 19. Médias e desvios-padrão para as diferenças entre o estilo parental do pai e as habilitações académicas	70
Quadro 20. Existência de associação entre a posição ocupada na fratria e a preferência parental tendo em conta a perceção dos alunos	71
Quadro 21. Associação entre as variáveis “Posição na fratria” e “Perceção da preferência parental”	72
Quadro 22. Diferenças na monitoria negativa de acordo com a posição dos filhos	73

na fratria

Quadro 23. Diferenças na monitoria negativa de acordo com o sexo dos filhos 74

Introdução

O interesse demonstrado por diversas áreas do saber como é exemplo da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia, pela família não se afigura um caso recente. O facto do núcleo familiar ser algo presente em todas as comunidades humanas, faz com que este se tenha constituído objeto de estudo de muitas investigações já desde alguns séculos passados.

Ao longo dos tempos, têm-se assistido à realização de um grande número de investigações a respeito da vida familiar e de como esta influencia o desenvolvimento físico, psicológico e social dos sujeitos. Assim, é neste contexto dinâmico e complexo que tanto as relações que se estabelecem entre pais e filhos como o olhar que estes membros possuem sobre a família, têm-se traduzido de suma importância para uma melhor compreensão de como o processo de desenvolvimento ocorre (Alarcão, 2006).

Ainda no que respeita ao estudo da família, sabe-se que esta é um fenómeno historicamente mutável uma vez que a cada época histórica, a família aglomera características próprias que permitem a sua existência tendo em conta as transformações que possam ocorrer no contexto onde está inserida.

De um modo geral, foi graças a estas mesmas transformações ocorridas no contexto social que deu origem não só a distintas definições do conceito de família como a novas tipologias familiares surgidas a partir das necessidades e imposições sociais que vêm a responder a estas mesmas exigências (Ventura, 2010). Embora a família tenha sofrido alterações quanto à sua estruturação, ainda mantém as suas funções sociais constituindo-se o pilar básico de qualquer sociedade, sendo considerada o meio onde se privilegia a elaboração e a aprendizagem de dimensões significativas do porto de vista da socialização (Martins, 2002). Além das funções, também os papéis familiares se mantiveram embora com ligeiras alterações.

Um outro aspeto que importa realçar é o facto de todo o desenvolvimento familiar reportar-se à transformação da família não só enquanto uma totalidade mas também tendo em conta as mudanças individuais que ocorrem com os seus elementos. Para Alarcão (2000), o carácter desenvolvimentista deste fenómeno corresponde à identificação de uma sequência previsível de mudanças normativas que se dão na organização familiar tendo em conta algumas tarefas que caracterizam cada uma dessas etapas e que constituem o ciclo vital da família.

Tendo em conta o objetivo principal desta investigação, verificar que influência é que o género e a ordem de nascimento exercem sobre as práticas educativas parentais de acordo com a perceção dos pais e filhos adolescentes, importa realçar uma das etapas que constituem o ciclo vital da família, a família com filhos adolescentes de modo a compreender melhor as interações que se estabelecem entre pais e filhos e consequentemente as práticas educativas utilizadas pelos pais nesta etapa.

O processo da Adolescência, por si só, corresponde a um período de questionamento das normas e dos valores familiares, de descoberta dos próprios limites e de adesão aos valores e normas do grupo de pares (Osório, 2000). Aos adultos, é-lhes atribuído um papel fundamental ao longo deste processo pois são estes os responsáveis por transmitirem toda uma bagagem de regras e normas sociais, atuando conforme certos modelos comportamentais, cujas atitudes serão transmitidas às próximas gerações, daí a importância de melhor se compreender alguns aspetos referentes à parentalidade.

O conceito de parentalidade tem vindo desde os inícios do século XX a ser alvo de grandes reflexões. Este pode ser definido como sendo um conjunto de atividades empreendidas pelos sujeitos que assumem o papel e as funções parentais com vista a darem resposta às necessidades dos filhos promovendo assim, o seu desenvolvimento harmonioso, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro e fora da família. À semelhança da família, também a Parentalidade tem sido o resultado da evolução ao longo dos tempos à medida que se foram efetuando modificações no que se refere às interações entre pais e filhos.

Ao estudarmos a família pode-se adotar dois tipos de olhares: um olhar macro, geral e outro olhar micro, mais específico. Do ponto de vista macro, avalia-se o contexto sociocultural onde a família está inserida como a cultura, os sistemas políticos, o sistema económico, as crenças e os valores que possam influenciar o seu funcionamento e a sua configuração. Do ponto de vista micro, deve-se considerar o modo como a família se organiza tendo em conta a sua estrutura familiar, nomeadamente, o seu tamanho, a sua composição, as características de personalidade dos seus elementos ou outras variáveis como o sexo, a idade e a ordem de nascimento dos filhos.

Os vários contributos dos estudos empíricos têm contribuído para um crescente questionamento no que diz respeito ao papel dos pais na educação dos seus filhos especialmente no que diz respeito a questões de hierarquia, poder e apoio sócioemocional. Contudo, alguns aspetos de como se estabelecem essas relações carecem ainda de entendimento. Graças ao contributo de diversos estudos científicos, é sabido que tanto o

desenvolvimento dos jovens como o comportamento parental é influenciado de um modo bidirecional por diversos fatores individuais, intra e extrafamiliares e sobretudo, contextuais (Simões, 2011).

Tendo em conta a crescente atenção que a investigação científica tem atribuído à temática da família na vertente da educação dos filhos, importa analisar que tipo de práticas educativas é que os pais utilizam no seu quotidiano com o intuito de promover nos filhos, as competências sociais necessárias para a vida em sociedade, assim como, saber que implicações é que estas podem ter no desenvolvimento dos mesmos.

Na revisão da literatura sobre o tema, é possível identificar-se duas dimensões diferenciadas no que se refere à interação entre pais e filhos: as práticas educativas parentais e os estilos educativos parentais, que têm sido alvo de interesse por parte de alguns estudos dedicados à temática da família já desde as últimas décadas.

Foi sobretudo a partir da década de 60 graças ao contributo dos estudos iniciados por Diana Baumrind que se foi construindo um corpo teórico robusto no que se refere a estes dois elementos, procurando através dos seus estudos, avaliar o impacto das práticas educativas parentais e dos estilos educativos parentais nas várias dimensões da vida do sujeito atribuindo especial atenção aos aspetos comportamentais e aspetos afetivos envolvidos na educação dos filhos (Grzybowski & Wagner, 2010). Tendo em conta este ponto de partida, muito outros estudos foram realizados apontando algumas variáveis que podem exercer alguma influência relativamente às práticas parentais, podendo estas estarem relacionadas quer com as figuras parentais, quer com os filhos. Em relação às figuras parentais são apontadas a personalidade, a transmissão intergeracional da parentalidade, o género, o estatuto socioeconómico e o nível de escolaridade dos progenitores, sendo que estes últimos elementos exercem grande influência relativamente à educação dos filhos. No que diz respeito às variáveis respeitantes aos filhos, vários autores afirmam que tanto o género como a ordem de nascimento constituem os principais fatores que influenciam a competição entre irmãos e o comportamento parental, sendo que são estes dois conceitos, os responsáveis pelos pais apresentarem diferentes condutas e expectativas relativamente aos filhos.

O modo como se é tratado dentro do seio familiar e a avaliação que se faz do mesmo, depende em muito do género e da ordem de nascimento que contribuem para a formação da auto perceção dos sujeitos. Neste sentido, há que investigar a maneira como os filhos percebem os irmãos e os pais pois disso dependerá também o modo como estes se

percecionam dentro da família, o que pode contribuir para o desenvolvimento da sua autoestima.

No que diz respeito à literatura, verificou-se que estas variáveis consideradas conjuntamente não são alvo de muitas investigações, nomeadamente no que respeita à influência da ordem de nascimento nos papéis social e familiar. Assim, com este trabalho pretende-se entender as relações familiares do ponto de vista micro, levantando dados sobre a família a partir de duas variáveis: o género e a ordem de nascimento dos filhos. Mais especificamente, pretende-se verificar como se configuram as práticas parentais do ponto de vista dos pais tendo em conta o género e a ordem de nascimento assim como a verificar a perceção de adolescentes entre os 14 e os 17 anos sobre estas mesmas práticas educativas parentais.

Tendo em conta os objetivos propostos, optou-se por utilizar uma abordagem quantitativa que permite a mensuração de opiniões através de uma amostra que represente estatisticamente o universo (Denzin & Lincoln, 2005). Para o estudo em questão, recorreu-se também a um tipo de estudo descritivo que procura registar, analisar, classificar e interpretar determinados factos ou fenómenos (Lakatos & Marconi, 2005), mas também, a um tipo de estudo correlacional, em que a investigação é conduzida com o intuito de testar as hipóteses pré-formuladas, estabelecendo-se relações entre as variáveis do fenómeno em estudo (Almeida & Freire, 2008). Assim, pretende-se descrever e avaliar diversos aspetos das práticas parentais e relacionar as variáveis subjacentes entre si.

Como futura profissional da área da Psicologia da Educação, este tema mostra-se muito pertinente na medida em que permite entender melhor como se estabelecem as dinâmicas familiares, mais especificamente, as interações entre pais e filhos. No contexto profissional, aquando a atribuição de um novo caso, procura-se compreender o sujeito tendo em conta os vários constituintes do contexto onde este está inserido, sendo a família um dos elementos principais para onde se devem focar as atenções. Muitas vezes, é através de uma análise mais aprofundada do contexto familiar que melhor se compreendem os valores, as crenças, as regras de funcionamento, a estruturação e a organização familiar, inerentes a todos os elementos deste contexto.

As atitudes parentais ganham assim uma nova tónica atualmente tendo em conta as implicações que estas podem ter na vida do sujeito a diversos níveis.

Parte II

Enquadramento teórico

Capítulo 1. A família

“Tornar-se família é um dos processos de mudança mais significativos da vida humana”.

(Brazelton, 2005)

1. O conceito de família

O conceito de Família é, segundo a literatura, um termo cuja complexidade e ambiguidade se faz notar pelas inúmeras definições atribuídas e consequentemente, pela dificuldade em se alcançar uma definição consensual. A ideia geral de família pressupõe a existência de um conjunto de pessoas que vivem na mesma casa, geralmente composta pelo marido, pela mulher e pelos filhos que partilham laços de consanguinidade. Contudo, esta ideia não deixa de apresentar alguma rudimentaridade ao excluir muitos outros elementos relevantes, razão pela qual, diferentes disciplinas científicas têm-se dedicado a um crescente número de investigações ao longo dos tempos contribuindo assim para a sua melhor compreensão (Alarcão, 2006).

Muitos são os autores que têm-se dedicado ao estudo da família contribuindo assim com algumas definições. Para Davies e Johnson (citado por Reis, 2008) o que caracteriza a família são os pais biológicos e todos os outros familiares, avós, irmãos mais velhos, tios, primos, padrastos e madrastas, no entanto, ainda que alargada a mais alguns elementos não deixa de ser uma definição ainda rudimentar. Hernández, Rodríguez, e Zamora (2008) apontam a família como sendo uma unidade dinâmica que se transforma ao longo dos tempos e que acompanha as alterações históricas, económicas, socioculturais e religiosas do meio onde está inserida e como tal é possível encontrar-se diferentes organizações e estruturas familiares em diferentes sociedades. Os autores Palacios e Rodrigo (2008) definem o conceito de família como uma “união de pessoas que partilham um projeto vital de existência comum que se quer duradouro, em que se gerem fortes sentimentos de pertença ao grupo, existe um compromisso pessoal entre os seus membros e estabelecem-se intensas relações de intimidade e dependência” (p.39). Ainda na mesma linha de pensamento, Biasoli-Alves (2001) afirma que a família corresponde a um grupo social que exerce distinta influência sobre a vida dos seus elementos sendo vista como um grupo cuja organização é complexa e está inserida num contexto mais amplo com o qual mantém interação. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a definição de família não pode limitar-se apenas aos laços consanguíneos, ao matrimónio, à adoção ou à parceria

sexual. Deve ser encarado como família qualquer grupo cujas ligações tenham por base a confiança, um destino comum e o suporte mútuo.

Introduzindo ainda as noções de interação e organização, Relvas (2000) refere-se à família como sendo um conjunto de sujeitos que desenvolvem entre si, de forma sistemática e organizada, interações particulares que lhe conferem individualidade grupal e autonomia. Alarcão (2006) na mesma linha de pensamento, refere que a família representa “um sistema organizado que aceita um conjunto finito de transformações estruturais, conservando sempre a sua organização” (p.40). Esta autora afirma ainda, que existe uma articulação entre a estrutura e a organização familiar, sendo a estrutura entendida como sendo o conjunto de relações constituídas ao longo das diferentes etapas da vida familiar, conferindo-lhe determinadas configurações específicas; a organização diz respeito ao conjunto de relações que constituem o meio familiar nos seus componentes mais básicos.

Apesar das inúmeras definições e das diferenças entre elas inerentes, pode-se afirmar que a família assenta essencialmente no conjunto de interações e relações que os seus membros estabelecem entre si e entre estes e o meio onde se inserem.

1.1. Contexto histórico de família

No que diz respeito ao estudo da família surge a questão de saber em que medida, é a família humana, um fenómeno historicamente estagnado ou mutável. Torna-se erróneo pensar que a diversidade familiar é uma característica do presente ao afirmar-se que as famílias do passado eram todas semelhantes. Tendo em conta este aspeto, restam poucas dúvidas de que as diversas formas da organização da família foram sofrendo mudanças históricas relevantes. Aliás, como afirma Gandra (2007) grande parte da multiplicidade familiar que existe atualmente na família Ocidental teve raízes históricas no passado.

Azevedo (2008) afirma que a cada época histórica, a família aglomera características próprias que permitem a sua existência no contexto em que está inserida. Assim, a família existe tendo em conta não só as normas como a realidade do seu tempo. Deste modo, ao se investigar a família num determinado ciclo histórico torna-se impossível não ter em conta todas as transformações que possam ocorrer no seu contexto.

O termo Família deriva do latim *famulus*, que significa *escravo doméstico*. Esta terminologia foi criada na Roma Antiga para designar um novo grupo social que se dedicava à agricultura e à escravidão legalizada com origem entre as tribos latinas. Nesta época, houve toda uma sistematização das normas tornando a família uma sociedade patriarcal, ou seja, toda a família romana era organizada por normas em que o pai, figura

máxima da família, chefiava todas as pessoas que viviam sobre a sua autoridade (Gandra, 2007).

Na Idade Média, a família tinha como principal interesse o cuidado com todos os elementos que compunham a aldeia e não apenas com um núcleo fechado constituído pelos pais e pelos filhos ou por pessoas de uma mesma descendência. Os grupos familiares eram formados através dos sistemas de castas ou de linhagem valorizando-se a propriedade e a perpetuação do nome da família. No que respeita ao ambiente familiar, não havia distinção determinada entre o que se vivia no âmbito privado ou público, a vida familiar era compartilhada com todos os membros da comunidade e a família caracterizava-se como uma instituição pública. Ariès (citado por Gandra, 2007) revela a inexistência do caráter afetivo no que respeita à família medieval, esta servia para garantir a transmissão de um património, menosprezando a transmissão de valores de igualdade e afeição. Esta falta de afeição era mais evidente sobretudo no costume de privilegiar um dos filhos em detrimento dos irmãos, geralmente o filho mais primogénito ou aquele que tinha preferência dos pais, que devido às suas características pessoais recebiam toda a atenção dos pais.

Na Era Moderna (séc. XVIII/XIX), ocorreram muitas transformações que incidiram diretamente na composição do grupo familiar. Assim, o modelo de família passa a ser o modelo nuclear composto pelo marido, pela esposa e pelos filhos legítimos do casal, onde existe a valorização dos laços afetivos entre os elementos da família. O homem assume-se como o chefe de família, cuja função de ser pai tem um lugar privilegiado no contexto social. À mulher, devido ao seu *status* de ser mãe, é-lhe destinado socialmente o espaço doméstico. No que diz respeito aos papéis sociais, cabe ao homem propiciar o sustento económico da família e à mulher, cuidar da casa e da educação dos filhos. O homem conserva-se afastado da tarefa de cuidar dos filhos e das lides domésticas, legitimando-se esta ausência pela prioridade atribuída ao trabalho, daí existir também um superficial envolvimento na criação dos filhos (Azevedo, 2008).

Uma das profundas transformações que ocorreram no seio familiar diz respeito à relação de conjugalidade. O matrimónio constituía, na primeira metade do século XX, a base da sociedade legitimando a vida sexual entre o homem e a mulher e garantindo a possibilidade da criação de um lar aceitável pelo grupo social. Nos anos 30, esta realidade começa a se alterar uma vez que o amor conjugal começa a ter o maior peso das decisões matrimoniais tendo a Igreja Católica sido o elemento responsável por esta mudança ao enfatizar a relevância da “espiritualidade conjugal”.

Os anos 50 ficaram marcados pela redução do número de filhos e pela procura da satisfação tanto pessoal no núcleo familiar, como profissional, fora deste. Passa a existir maior igualdade entre os membros e o casal partilha de direitos e deveres comuns em relação ao seio familiar e social. No que respeita aos filhos, estabelece-se uma maior aproximação entre as gerações privilegiando-se o diálogo entre pais e filhos.

Segundo Casey (citado por Azevedo, 2008) foi graças aos ideais de uma sociedade dita democrática que se propiciou o desenvolvimento da família nuclear e conjugal preconizados pela união harmoniosa entre o casal e os filhos, cuja missão corresponde ao ensino da autonomia e da disciplina.

Foi devido a todas estas transformações ocorridas no século XX na sociedade Ocidental que todas as configurações familiares atuais têm o devido reconhecimento social. Na sociedade atual, denominam-se de novas configurações familiares todas as composições de família que diferem do modelo de família nuclear. Esta expressão é usada como um meio de destacar a coexistência de diferentes modos de famílias no meio social, desmistificando a ideia de que qualquer outra forma de família, para além do modelo nuclear, possa ser desestruturada.

Surge na sociedade a denominada família pós-moderna ou contemporânea, resultado de um conjunto de transformações sociais, económicas e culturais nomeadamente o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o prolongamento das fases da adolescência e da velhice, a entrada do elemento feminino no mundo laboral, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a proliferação do divórcio e das uniões de facto, as expansões dos laços afetivos e as novas formas de filiação e procriação (Roudinesco, 2003).

Todos estes fatores tiveram um impacto direto no âmbito familiar contribuindo para o aparecimento de novos arranjos familiares que alteraram a visão dessa instituição. Começa então, a emergir uma nova conceção de família que Figueira (citado por Pratta & Santos, 2007) denominou de “família igualitária”. Graças a esta nova estruturação familiar, tanto homens como mulheres atuam em condições mais ou menos semelhantes em relação ao mundo laboral, começam a dividir entre si a educação dos filhos e o trabalho doméstico, ainda que grande parte destas tarefas se conservem a cargo da mulher.

Uma outra mudança, a remuneração laboral, advinda de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, provocou alterações nos padrões conjugais, familiares e sociais estabelecidos, conduzindo a uma reorganização dos papéis familiares ditos “tradicionais”. Deste modo, o homem é incentivado a manter um maior envolvimento

afetivo com a sua prole contribuindo para o seu desenvolvimento de um modo mais agradável e satisfatório em relação ao seu papel tradicional de apenas disciplinador. O lugar do homem como chefe ou líder da esfera familiar e social começa a debilitar-se, ocorrendo atualmente um deslocamento do poder da figura paterna também para a figura materna (Azevedo, 2008).

Contrapondo a ideia da mulher ser apenas mãe e dona de casa, surge a ideia da mulher-indivíduo, em que esta almeja alcançar o sucesso pessoal e a realização profissional, passando o trabalho feminino a garantir também a subsistência familiar.

As relações afetivo-sexuais enfatizadas pela exigência de igualdade entre homens e mulheres implicam uma reelaboração da intimidade entre o casal, que por sua vez, implica a construção de uma nova identidade do indivíduo no seu contexto atual.

No que concerne às relações pais-filhos, este padrão comportamental também se modificou, deixando para trás um modelo baseado na imposição da autoridade e abrindo novos caminhos à valorização de um relacionamento aberto pautado pelo diálogo, elemento fundamental dentro do contexto familiar no que se refere à convivência entre os membros (Pratta & Santos, 2007). Face a tais mudanças, encontra-se uma nova tendência familiar pautada pela simetria no que respeita à distribuição de papéis e obrigações referentemente a outros contextos históricos.

De um modo geral, as novas designações familiares começam a ocupar um espaço social, antes permitido unicamente à família nuclear, que surgem no contexto social a partir das necessidades e imposições do mundo atual e como tal, é possível observar-se que distintos arranjos familiares ocorreram durante toda a história da humanidade. As novas formas familiares vêm a responder às exigências sociais, permitindo a continuidade da vida em família, pode-se até afirmar que a família nos nossos dias permanece mas transformada.

1.2. Tipologias de família

Nos últimos tempos, a instituição família passou por grandes mudanças que tiveram implicações para a sua definição. A diversidade das tipologias familiares na sociedade contemporânea devem-se pelas mais diversas razões à instabilidade conjugal, ao número tendencialmente crescente de separações e divórcios assim como aos “recasamentos”, às migrações e o inevitável envelhecimento da população.

Segundo alguns autores, as famílias podem ser descritas tendo em conta a sua tipologia. Ventura (2010) define cinco tipos de família: família nuclear, alargada,

monoparental, reconstruída, unitária e outros tipos. Assim, as famílias nucleares caracterizam-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, ou seja, pais e filhos. Este tipo familiar constituiu a norma num tempo passado, contudo, tem-se assistido a uma diminuição da sua quota em relação ao conjunto das estruturas familiares da sociedade Ocidental.

As famílias alargadas ou extensas caracterizam-se pela presença de várias gerações incluindo usualmente a família nuclear, os avós, tios e primos. Esta tipologia familiar era considerada menos vulnerável do que outros tipos de estruturas familiares graças não só à transmissão de valores como à presença de mais elementos adultos que prestam mútuo apoio entre si na educação e prestação de cuidados às crianças e nas lidas domésticas. Por sua vez, as famílias monoparentais são constituídas por apenas um dos pais e o(s) filho(s). Podem ser várias as causas que dão origem a este tipo de família, nomeadamente, a viuvez, os nascimentos fora do casamento, a separação ou o divórcio, sendo estes dois últimos os responsáveis pelo aumento desta tipologia familiar. A mãe é quem geralmente é escolhida para assumir a custódia dos filhos (90% dos casos), especialmente quando existem crianças em idade pré-escolar (Aboim, 2002). Estima-se que em Portugal, 8.4% da população portuguesa se enquadre neste tipo de família (Eurostat, 2005).

Fala-se de famílias reconstruídas quando pelo menos um dos cônjuges provém de um matrimónio anterior. A existência de filhos de uma relação anterior por parte de um ou de ambos os elementos do casal fazem não só do casal parental como do casal conjugal, dois núcleos diferentes e complexos.

As famílias unitárias caracterizam-se por uma única pessoa que vive só ou em casa de estranhos. Os idosos representam uma parte essencial desta tipologia familiar especialmente as idosas viúvas devido à maior longevidade feminina. Na camada mais jovem, são os homens que representam em larga escala esta tipologia familiar devido aos modelos culturais de género em que há uma maior aceitação da saída dos homens do que das mulheres por outras razões que não o casamento, mas também à separação/ divórcio em que a custódia dos filhos fica maioritariamente ao cargo da mãe.

Por último, englobam-se em “outras famílias” todos os tipos de famílias que não foram incluídas nas tipologias anteriormente descritas, nomeadamente, as irmandades religiosas, as famílias de acolhimento, os casais de homossexuais, entre outros.

Ventura (2010) afirma que embora os modos de constituir família se tenham diversificado, um grupo é reconhecido como família desde que mantenham alguns aspetos tradicionais como a coabitação, a cooperação e o empenho mútuo.

2. A família enquanto sistema

2.1. Definição sistémica de família

Segundo Beja (2009), um dos instrumentos conceptuais que permitem compreender a especificidade da família enquanto grupo e a complexidade relacional que a caracteriza corresponde à perspectiva sistémica.

Este modelo conceptual assenta em dois paradigmas científicos da segunda metade do século XX aplicados ao estudo do comportamento humano: a Teoria Geral dos Sistemas, que define sistema assim como as suas propriedades e a Cibernética, que se debruça sobre os mecanismos de autorregulação dos sistemas complexos.

O conceito central deste modelo conceptual é o de sistema. De acordo com Chambel e Curral (citado por Reis, 2008), o sistema é uma “unidade global organizada por inter-relações entre os elementos, processos ou indivíduos que está, ela também, em constante interação com aquilo que a rodeia” (p.126). Tendo em conta este modelo conceptual, a família pode ser definida como “um sistema auto-organizado, social e aberto”, constituindo assim, um grupo de indivíduos que para além dos laços biológicos, “desenvolvem entre si, de forma sistemática e organizada, interações particulares que lhe conferem individualidade grupal e autonomia” (Relvas, 2006, p.22).

De acordo com estes pressupostos deixou de fazer sentido ter em conta apenas os sujeitos que compõem a família de um modo individual. Assim, deve-se apostar “numa perspectiva sistémica relacional, centrada na ecologia social da família e nas redes complexas com que esta interage, vive e se desenvolve” (Gonçalves, 2003, p.105). Este elemento é visto como um sistema aberto em que existe uma interação dinâmica entre os seus membros, e entre estes e outros sujeitos pertencente ao meio exterior como a escola, o contexto laboral ou a comunidade a que pertencem. No entanto, o facto de os vários elementos pertencerem também a outros sistemas obriga-os a realizarem constantes adaptações que podem pôr em causa a identidade familiar. O mesmo autor afirma que torna-se relevante estabelecer-se algumas fronteiras para que estas adaptações sejam possíveis permitindo aos seus membros desempenharem as suas funções sem que hajam interferências intrusivas entre os vários sistemas.

É através do estabelecimento das relações interpessoais que as famílias constroem histórias e narrativas sobre si próprias o que acaba por dar às suas próprias experiências. De um modo geral, pode-se assumir que a família é uma construção social elaborada tendo como base os significados a ela atribuídos pelos seus elementos, sendo estes significados

co-construídos através do discurso num determinado contexto e ao longo do tempo (Beja, 2009). O espaço familiar possui capacidades organizadoras, reguladoras e decisórias que lhe conferem alguma coerência e consistência no que respeita ao equilíbrio da dinâmica interior-exterior. Assim, e citando Relvas (2002), “uma família evolui e transforma-se, os membros que a constituem alteram-se, mas ela não deixa de ser família, aquela família” (p.24).

Segundo Alarcão (2000), os diferentes integrantes do sistema familiar organizam-se em unidades sistémicas relacionais designadas subsistemas. Numa família, encontram-se quatro subsistemas: o subsistema individual, o conjugal, o parental e o fraternal. O subsistema individual é constituído por cada um dos indivíduos que para além das suas funções familiares (pai, marido, sobrinho, filho) e dos seus estatutos, desempenham também outros papéis e exercem funções noutros sistemas.

O subsistema conjugal é composto pelo marido e pela mulher, cada qual com funções específicas sendo necessárias a complementaridade e a adaptação recíproca para o seu bom funcionamento. Este subsistema “é vital para o crescimento e desenvolvimento dos filhos, servindo-lhes de modelo relacional para o estabelecimento de futuras relações” (p.53). O subsistema parental é habitualmente composto por adultos que não necessariamente os pais, podendo ser os avós, tios ou irmãos mais velhos, entre outros. Tarefas relacionadas com a educação e proteção dos mais novos são atribuídas a este subsistema. O seu modo de funcionamento repercute-se no desenvolvimento futuro dos filhos e no bem-estar geral familiar. O subsistema fraternal como o próprio nome indica é constituído pelos irmãos e funciona como um meio de socialização e experimentação de papéis face ao meio extrafamiliar. É através deste subsistema que as crianças fazem muitas das aprendizagens relacionais entre os pares. Bernat (2010) refere ainda que é neste subsistema que os irmãos se apoiam, se isolam, se acusam reciprocamente e aprendem tudo um sobre o outro. Aprendem a negociar, a cooperar e a competir entre si. Assim, as funções que cada um dos irmãos desempenha no âmbito familiar dependem, em grande parte, no que ao longo do tempo adquirem em relação ao papel e à sua identidade na vida familiar.

Mais uma vez realça-se a importância de estarem bem definidas as fronteiras entre os vários subsistemas tendo em conta o facto de estes apresentarem diferentes funções mesmo que relacionadas, de os mesmo sujeitos pertencerem de um modo simultâneo a diferentes subsistemas e da estrutura familiar variar ao longo do ciclo vital de um modo adaptativo.

2.2. Funções e papéis da família

De acordo com Beja (2009) e Ferreira (2010), a questão desenvolvimental e funcional da família processa-se basicamente em torno de duas funções: a função interna que envolve o desenvolvimento dos seus elementos, e a função externa que consiste na socialização dos membros da família. Relvas (2006) acrescenta que a família, em correspondência com as funções acima mencionadas possui ainda duas tarefas a desempenhar nomeadamente o suporte ao processo de individualização e autonomização e a criação de um sentimento de pertença ao grupo.

Para Hanson (2005) apesar das alterações que a sociedade tem vindo a sofrer, a família continua a manter uma certa constância nas funções que lhe são atribuídas e continua também a ser considerada a célula mais básica da sociedade. Martins (2002) sublinha esta ideia ao afirmar que a família constitui a primeira unidade social onde o sujeito se insere e a primeira instituição que contribui não só para o seu desenvolvimento como para a sua socialização e para a formação do *self*.

Inerentes ao conceito de família estão as noções de papel e função visto que, independentemente da sociedade a que pertence, cada membro da família ocupa dentro desta um determinado estatuto ou posição (papel) e a família no seu conjunto, deve dar resposta não só às necessidades dos seus constituintes como da sociedade (funções).

Hanson (2005) define papel como sendo um “conjunto de expectativas sobre o que cada um deve fazer” (p.94), ou seja, as obrigações e direitos associados a uma determinada posição na família ou no grupo social sendo ao longo do processo de socialização através do desenvolvimento de atitudes, conhecimentos e competências, que esta capacidade de desempenhar os vários papéis se desenvolve. A este propósito, Stanhope (citado por Soares, 2008) identificou oito papéis inerentes ao cônjuge/adulto sendo estes: provedor/suporte familiar, prestador de cuidados, socializador, parceiro sexual, terapeuta, dona de casa/encarregada dos assuntos domésticos, organizador de atividades recreativas e o de parente.

No que respeita às funções atribuídas à família estas podem variar consoante os diferentes autores, não obstante, é a função social que surge subjacente ao conceito de família. Hanson (2005) afirma que a função familiar concerne ao objetivo que o seio familiar serve em relação ao sujeito, aos outros sistemas sociais e à própria sociedade. Assim, no que respeita à socialização dos elementos, a família é considerada o grupo primário das crianças onde são lançados não só os fundamentos básicos da sua

personalidade como é o local onde se começa a estabelecer limites para as relações estabelecidas entre as diferentes gerações, propiciando uma maior adaptação dos indivíduos às exigências da convivência em sociedade (Fernandes, Alarcão, & Raposo, 2007; Pratta & Santos, 2007). É neste meio familiar que se privilegia a elaboração e a aprendizagem de dimensões significativas do ponto de vista internacional como a linguagem, as relações interpessoais e a comunicação.

Reis (2008b), sublinha que o processo de socialização é também relevante na formação do género, uma vez que a educação, entre as várias culturas impõe modelos de conduta comportamentais desejáveis ideologicamente. Alencar (citado por Reis, 2008b), afirma que a família possui uma força modeladora respeitante aos seus elementos, cabendo-lhe o compromisso de os socializar através da transmissão de valores, costumes e crenças coincidentes com a cultura a que pertence.

Para além da função social, a família desempenha ainda as seguintes funções: económica, de reprodução, afetiva, protetora e de status. A função afetiva assume-se como uma função de vital importância tendo em conta a necessidade de companheirismo e resposta humana afetuosa. Bayle (2006) destaca a necessidade das crianças em dar/receber amor, segurança e estabilidade, elementos estes que constituem uma base sólida de preparação para a vida futura.

Osório (2000) afirma que o núcleo familiar possui um papel fundamental no amadurecimento e desenvolvimento psicossocial dos sujeitos e apresenta três funções primordiais e intimamente ligadas: funções biológicas, em que a família deve garantir a sobrevivência da espécie humana através da prestação de cuidados adequados e necessários; as funções psicológicas, em que a família deve proporcionar afetividade e suporte aos elementos da família como garante da sobrevivência emocional dos mesmos e em que deve estabelecer um ambiente adequado que permita todo um processo de aprendizagem como potenciador do desenvolvimento cognitivo dos mesmos. No que respeita às funções sociais, o autor afirma que o foco está na transmissão de um padrão social de uma determinada sociedade inserida numa cultura específica aos elementos do núcleo familiar preparando-os para o exercício da cidadania. Desta forma, pode notar-se que é a partir deste processo socializador que o sujeito constrói e elabora quer a sua identidade, quer a sua subjetividade ao adquirir no seio familiar todo um conjunto de normas, valores, crenças, modelos e padrões comportamentais para a sua atuação em sociedade (Pratta & Santos, 2007).

De um modo geral, pode-se afirmar que o núcleo familiar constitui o pilar básico de qualquer sociedade uma vez que é no seio da mesma, que se transmite, aprende, constrói e formam-se os sujeitos sendo por si só, um sistema dinâmico de interação. A família torna-se um espelho através do qual os seus membros passam a se perceberem como pessoas e como seres sociais e relacionais. O seu papel educativo é intransferível e incontestável.

2.3. O ciclo vital da família

Todo o desenvolvimento familiar reporta-se à transformação da família enquanto uma totalidade assim como às mudanças individuais que ocorrem com os seus elementos. O caráter desenvolvimentista desta abordagem corresponde à identificação de uma sequência previsível de mudanças normativas na organização familiar tendo em conta algumas tarefas que caracterizam cada uma das etapas e que constituem todo o ciclo vital (Alarcão, 2000).

Tal como acontece com o conceito de família, são vários os autores que têm realizado diferentes delimitações no que respeita ao ciclo vital. No entanto, assinalam-se algumas ideias consensuais entre as várias definições nomeadamente o aparecimento de novos elementos e conseqüentemente, novos subsistemas, novas tarefas de desenvolvimento a desempenhar, mudanças funcionais e estruturais no meio familiar e a saída de elementos do núcleo familiar.

A família sendo um organismo vivo evolui através de uma sucessão de estádios relativamente previsíveis e universais constituindo o ciclo vital de desenvolvimento. Relvas (2006) afirma serem cinco as etapas do ciclo vital: 1ª etapa - a formação do casal, em que se dá o começo da família nuclear e de um novo sistema com padrões e normas específicas; 2ª etapa - a família com filhos pequenos, em que o nascimento do primeiro filho corresponde ao início desta etapa implicando uma certa reorganização e redefinição de papéis; 3ª etapa - a família com filhos pequenos, sendo que a entrada dos filhos na escola primária é considerada um marco fundamental no ciclo vital pois reflete o dever social da educação partilhado com outra instituição que não a família; 4ª etapa - família com filhos adolescentes, constitui um período de redefinição do equilíbrio individual, familiar e social, com a entrada e saída de valores e normas condizentes a diversos contextos (escola, família, grupo de pares) e a 5ª etapa - família com filhos adultos, caracterizada especialmente pela intergeracionalidade no contexto familiar sendo o alargamento da esperança média de vida, uma das causas responsáveis por este fenómeno.

A autora afirma ainda que toda a conceptualização do ciclo vital veio sendo realizada tendo como referência a família nuclear tradicional (pai/mãe e filhos). Não obstante, devido a todas as transformações que temos vindo a assistir em relação à composição familiar, urge a necessidade de realizar-se novos estudos no que respeita às novas sistematizações dos percursos desenvolvimentais das famílias. Deste modo, mais do que considerar um tipo de família, importa falar-se de famílias, tendo em conta toda a sua especificidade e diversidade em relação ao contexto social, religioso e cultural em que estão inseridas.

Como afirmam Asen e Tomson (citado por Alarcão, 2000), o conceito de “ciclo” implica a “roda” da vida familiar que gira de um modo infundável ligando as diversas gerações. Tendo em conta o aumento da esperança média de vida, é possível encontrar-se famílias com três ou mais gerações e portanto, que os ciclos de vida de cada uma das famílias se cruzem e se repercutam entre si.

Um outro aspeto que se deve ter em atenção quando se fala do ciclo vital tem a ver com as fronteiras entre cada uma das etapas. De facto, é erróneo fazer-se uma leitura linear do ciclo vital tendo em conta que as fronteiras entre as várias etapas não são de modo algum rígidas, quer isto dizer, que “ as tarefas desenvolvimentais de cada uma não cessam no exato momento em que se inicia a seguinte etapa” (Alarcão, 2000, p.110). A autora chama a atenção para as famílias em que a discrepância etária relativa aos irmãos é grande, obrigando a realização de tarefas desenvolvimentais diferentes de um modo simultâneo. Mais uma vez, é possível observar os diferentes contornos que cada família e em específico que cada ciclo vital pode ter realçando-se o facto de que “nunca se é pai, mãe, filho (a), irmão(ã), avó(ô), etc., da mesma maneira, em cada uma das etapas, em diferentes famílias” (Alarcão, 2000, p.111) evidenciando-se, portanto, a singularidade de cada sistema familiar.

Osório (2000) afirma que o ciclo vital da família é um processo dinâmico, marcado por eventos críticos previsíveis como o nascimento de um filho, a adolescência ou o casamento de um filho, e por eventos críticos não previsíveis como as separações, as doenças, as perdas, entre outros. Estes últimos podem causar grande impacto no seio familiar, provocando grande pressão e alguma desorganização neste contexto, o que pode influenciar o desenvolvimento da família. O acontecimento de qualquer um destes eventos pode provocar uma crise no funcionamento familiar, afetando direta ou indiretamente todos os membros da família. Exemplo disso, é o período da adolescência em que se

ocorrem intensas transformações relacionais sobretudo entre pais e filhos (Sudbrack, 2001).

2.3.1. Transição para a parentalidade: tornar-se mãe, tornar-se pai

O termo transição em paralelismo com outros termos mencionados ao longo do trabalho, ostenta um campo polissêmico abrangente pelo que a eleição de uma única definição não abarca toda a essência do termo.

Mercer (citado por Magalhães, 2011) considera a transição como sendo um ponto de mudança que resulta na pressuposição de novas relações e novos papéis e que conduz a novas autoconcepções. Outro autor, Bridges (2004) afiança que este termo é utilizado pela literatura para descrever o processo de mudança que ocorre nos estádios desenvolvimentais ou para descrever possíveis alterações nas circunstâncias sociais. Assim, mais do que um significado para a mudança, a transição implica também todo um processo psicológico que envolve toda uma reorganização e adaptação às mudanças decorrentes face aos diversos eventos. Por outro lado, Chick e Meleis (citado por Magalhães, 2011) afirmam que a transição pode ser compreendida como sendo a passagem de uma fase da vida para outra e refere-se não só a processo em si, como aos resultados de toda a interação que se estabelece entre os sujeitos e o contexto. Zagonel (citado por Magalhães, 2011) afirma que tanto a intensidade como a extensão da influência transicional variam ao longo do tempo e afetam de modo diferenciado os sujeitos que experienciam um mesmo evento. Este autor afirma ainda que os significados atribuídos às transições podem variar de sujeito para sujeito e que por esta razão, exercem grande influência no resultado destas mesmas transições. Magalhães (2011) afirma ainda que a transição é um conceito ligado frequentemente à noção de identidade, ao modo como esta é afetada pela mudança e à necessidade da sua reconstrução tendo como base a aquisição de novos papéis.

Schumacher e Meleis (1994) pressupõem a existência de duas propriedades universais referentes às transições nomeadamente que se tratam de processos que envolvem um fluxo ou desenvolvimento de uma condição para outra e que as mudanças que se dão ao longo do processo transicional apresentam naturezas específicas ao nível das relações, da identidade, dos papéis, das funções e das condutas comportamentais.

Dentre uma pluralidade de transições desenvolvimentais com que os núcleos familiares se confrontam ao longo da sua existência, a transição para a parentalidade é das mais comuns e estudadas. Contudo apesar de ser uma experiência quase universal para os membros de uma família, existem em maior número investigações dedicadas à descrição

de experiências parentais durante o primeiro ano de vida da criança em comparação às investigações que se dedicam ao estudo propriamente dito da parentalidade nas suas múltiplas especificidades e dimensões (Martins, 2009).

Para Schumacher e Meleis (1994) embora todas as transições sejam responsáveis por provocar mudanças no quotidiano dos sujeitos e tenham implicações no seu bem-estar subjetivo, tornar-se mãe ou pai afigura-se uma transição particularmente crítica tendo em conta o seu carácter permanente e o grau de sucesso com que esta transição pode ser executada atendendo às implicações não só no bem-estar psicológico dos progenitores como também no desenvolvimento das crianças.

É esperado por parte dos pais, a prestação de cuidados aos filhos, nomeadamente cuidados físicos, educacionais, afetivos e psicológicos, assegurando assim a sua sobrevivência. De acordo com Relvas (2006), os pais são encarados pela sociedade como sendo os principais responsáveis pelo fracasso ou sucesso dos seus filhos.

Muitas das vezes, quando os casais decidem ter filhos, creem que exercer a parentalidade é algo inato, bastando a sua experiência enquanto filhos para o desempenho deste novo papel. O facto é que, apesar da parentalidade ser um processo muito antigo, continua a representar um desafio para muitos pais. Segundo Sousa (2006) cada subsistema parental constrói um modelo de parentalidade baseado no das suas famílias de origem, contudo, é graças às vivências, aos contextos e à evolução da própria família que se desenvolve um novo modelo de parentalidade.

Esta nova experiência pode fazer-se acompanhar de uma forte carga emocional caracterizada por culpabilidade ou ansiedade o que pode contribuir para que o desempenho da parentalidade possa representar para os pais, um período marcado pela incerteza. Segundo Relvas (2006), associada a esta experiência surgem também sentimentos de alegria e satisfação onde a função afetiva e social se mostra compensadora e um meio através do qual, o indivíduo atinge a realização pessoal. A autora afirma que a chegada do primeiro filho ao núcleo familiar constitui um marco de mudança de fase relativamente ao ciclo vital da família. O casal que até o momento concentrava-se apenas na sua vida conjugal, a par dos respetivos percursos individuais, assiste a uma nova configuração familiar com uma nova função ao nível da parentalidade ao tornarem-se pai e mãe de um novo elemento na família.

Adaptar a vida conjugal à nova realidade pode tornar-se para muitos casais um grande desafio na medida em que cada elemento do casal depara-se com uma nova imagem

de si e do outro, ao longo de um processo de transformação acompanhado de novas emoções e aprendizagens ao nível da prestação de cuidados ao bebé.

Para além destas mudanças intrínsecas no subsistema conjugal, Relvas (2006) aponta para uma nova redefinição do relacionamento interpessoal do casal com as suas respetivas famílias de origem em que o casal deixa de ocupar o lugar de geração mais nova (filhos) integrando o lugar de geração intermédia (pais). Por sua vez, na família de origem existe também uma nova reorganização familiar na medida em que são atribuídos novos papéis (avós, tios, primos, entre outros). A autora sublinha que a forma como o casal gere a sua relação com as famílias de origem pode se constituir um elemento facilitador ou não desta nova etapa.

Na opinião de Kruehl (2008), a transição para a parentalidade surge como um processo que tem início antes mesmo do nascimento do primeiro filho do casal e permanece em constante construção ao longo do ciclo vital, provocando mudanças significativas na vida de qualquer ser humano. É ao longo do período da gravidez que ambos aos pais começam a vivenciar de um modo mais intenso a transição para a parentalidade. Este evento exige toda uma reorganização da vida familiar não só devido à necessidade de criação de um espaço para o filho que está por chegar mas também devido à necessidade de adaptação psicológica e da construção de uma nova identidade, enquanto pai e mãe, no decorrer da gestação.

Pires (2008) afirma que ao nível parental, este processo de transição para a parentalidade é considerado especialmente para a mulher, um período de grande importância, implicando grandes adaptações a curto prazo. Assim, ao tornar-se mãe, a mulher passará por transformações psicológicas e físicas que esta nova fase acarreta além de todo o peso que a sociedade atribui à maternidade. Crespo (2007) designa a maternidade como sendo uma acomodação contínua entre as expectativas maternas e a realidade observada, em que o pai tem cada vez mais intervenção e exerce maior influência. Atualmente assiste-se a uma maior cooperação entre ambos os progenitores de maneira a assegurarem as condições necessárias à subsistência dos filhos e a vivenciarem a parentalidade e todas as emoções a este conceito inerentes, a dois.

A postura do homem tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos. Este deixou de ser um elemento passivo e alheio à experiência da gravidez e da educação das crianças que no decurso da história familiar estiveram ao cuidado da mulher, para passar a ser um elemento pró-ativo cabendo-lhe também a tarefa de prestar cuidados e a educação aos filhos e prestar ainda apoio emocional à mãe das crianças (Pires, 2008).

De um modo geral, o modo como homens e mulheres se veem enquanto pais e mães e como se organizam nesta transição para a parentalidade, torna-se muito subjetivo tendo em conta todos os seus valores, expectativas e crenças pessoais que exercem mútua influência nas vivências de cada elemento do casal.

2.3.2. A Adolescência e a Família

O termo Adolescência remete para a ideia de uma etapa de mudança, involuntária e por vezes brusca, que implica alterações nas condutas comportamentais, nas cognições, no relacionamento interpessoal e no campo emocional dos jovens que estão a passar por esta etapa do desenvolvimento.

Com origem no latim *adolescere*, a palavra adolescência significa crescer ou crescer para a maturidade, conceito este que caracteriza este período transitório, uma vez que o próprio verbo contém toda uma dinâmica evolutiva de desenvolvimento e amadurecimento.

Foi a partir da segunda metade do século XX que este conceito deu origem a um grande número de investigações em áreas tão diversificadas como a Sociologia, a História, a Antropologia, a Medicina e a Psicologia (Rocha, 2010).

Uma das primeiras obras dedicadas ao estudo da adolescência, “Adolescence” (1904) criada por Stanley Hall, afirmava que o adolescente diferenciava-se da criança pela sua capacidade em refletir sobre os sentimentos que vivenciava. Esta sua visão gerou alguns conflitos epistemológicos ao negligenciar os fatores socioculturais posteriormente considerados como relevantes.

A delimitação etária desta fase do desenvolvimento humano constitui uma das maiores dificuldades na definição do conceito de adolescência tendo em conta todas as diferenças existentes nos diversos contextos como as questões culturais, o género, as condições socioeconómicas, entre outros. Uma outra dificuldade tem a ver com as variabilidades de sujeito para sujeito mesmo que inseridos no mesmo contexto e o próprio ritmo maturativo individual. Quer isto dizer que por um lado, pode haver a possibilidade de existirem sujeitos com um pensamento operatório formal e sem características pubertárias, por outro lado, pode-se encontrar transformações fisiológicas precoces em adolescentes que são intelectual e emocionalmente pouco amadurecidos (Restrepo, 2011). Toda esta ambiguidade em relação ao conceito de adolescência relaciona-se com as alterações que ocorrem nos adolescentes, tornando este nível etário de difícil compreensão para os próprios jovens e pelos outros.

A adolescência é definida pela Organização Mundial da Saúde como sendo um período desenvolvimental situado entre os dez e os vinte anos de idade. No entanto, há sempre o fator cultural em que este critério diverge, reconhecendo-se as pessoas como “tornando-se adultas” em variadas idades. Legalmente, cada país estabelece uma idade formal para que os adolescentes passem a ser tratados como adultos (sendo os dezoito anos a idade escolhida pela maioria dos países europeus). De um modo geral, nota-se que a definição da idade limite da adolescência está relacionada não só com o contexto social como o contexto cultural em que o adolescente está inserido sendo este um fenómeno muito subjetivo (Rocha, 2010).

Ao longo dos tempos, tem-se verificado que cada contexto sócio-histórico vem definindo um conjunto de expectativas e conceções predefinidas em relação aos adolescentes e ao próprio processo de adolescência aos quais são incluídos diversos aspetos de natureza fisiológica, sexual, afetiva, social e institucional. Para além destes, também outros aspetos relacionados com o género, a posição na família, a classe sociocultural e o significado atribuído a cada um deles, interferem na demarcação intervalar no que se refere ao termo da Infância e à entrada na vida adulta (Oliveira, Camilo, & Assunção, 2003).

O carácter universal atribuído à adolescência tal como é conhecida atualmente, faz deste conceito, um constructo recente do ponto de vista sócio-histórico. Vários autores partilham da opinião de que esta fase do desenvolvimento humano inicia-se a partir das mudanças físicas que surgem com a puberdade. Embora puberdade e adolescência estejam intimamente relacionadas, correspondem a conceitos divergentes na medida em que, a puberdade diz respeito às transformações biológicas inevitáveis e a adolescência diz respeito a todos os componentes sociais e psicológicos referentes aos processos de mudanças físicas que ocorrem neste período (Osório, 2000).

Para André e Silva (2005), a adolescência constitui a fase do desenvolvimento que representa uma etapa de transição entre as vinculações da infância, estabelecidas no contexto relacional entre pais e filhos, e as ligações adultas que extravasam as relações familiares. A adolescência é, então, um período marcado por grandes transformações ao nível dos sistemas cognitivos, comportamentais e emocionais dos adolescentes, representando do ponto de vista da vinculação, um período de transição entre as vinculações estabelecidas na infância (relação pais-criança) e as relações afetivas que virão a estabelecer na idade adulta num espaço extrafamiliar (Allen, 2008; Soares, 2009). Esta fase é considerada uma fase de aprendizagem sobre como se tornar uma figura de

vinculação, no entanto, o adolescente continua a ser ele próprio uma figura vinculada, uma vez que necessita ainda de cuidados prestados pelas principais figuras de vinculação.

Nesta etapa do ciclo vital, pais e filhos encontram-se em diferentes momentos de transformação, por um lado, os adolescentes questionam valores e regras familiares, voltando-se para uma intensa preocupação com o futuro, por outro, os pais encontram-se numa fase de questionamento profissional e em que repensam também o futuro. A adolescência, do ponto de vista de Silva e Mattos (citado por Pratta & Santos, 2007), constitui uma fase de transição do sujeito em que este evolui de um estado de intensa dependência e de maior necessidade de controlo externo para um estado de maior autonomia pessoal e de maior autocontrolo. Existe simultaneamente todo um conjunto de desejos ambivalentes de amadurecimento e de regressão ou até mesmo de procura ativa da autonomia e de dependência em relação aos pais.

É um período evolutivo relevante para o desenvolvimento do sujeito do ponto de vista do processo maturativo biopsicossocial em que ocorre toda uma aquisição da imagem corporal e toda uma estruturação ao nível da personalidade.

Osório (2000) partilha a opinião de que a adolescência corresponde a um período de questionamento das normas e valores familiares, de descoberta dos próprios limites e de adesão aos valores e normas do grupo de pares. Constitui-se, portanto, um período em que se dá muitas ruturas e aprendizados, caracterizado pela necessidade de integração social em que a procura pela autoafirmação, pela identidade sexual e pela independência individual constituem as principais tarefas dos adolescentes.

Aos adultos é atribuído um papel central ao longo deste processo pois são estes os responsáveis por transmitir toda uma bagagem de regras e normas sociais. Estes atuam conforme certos modelos comportamentais, cujas atitudes poderão ser transmitidas às próximas gerações (Biasoli-Alves, 2001).

Ao nível familiar, todo este processo afeta para além dos adolescentes, todas as pessoas que convivem diretamente com estes nomeadamente a sua família tendo em conta que a família não é constituída somente pela soma dos seus membros mas por um sistema constituído por “um conjunto de relações interdependentes no qual a modificação de um elemento induz a dos restantes, transformando todo o sistema” (Pratta & Santos, 2007, p.253). O diálogo assume-se nesta etapa, como um elemento muito importante no meio familiar, justamente porque os adolescentes necessitam de orientação e compreensão parental. A falta do mesmo pode acarretar ou até mesmo acentuar algumas dificuldades em termos do relacionamento podendo afetar o bem-estar dos adolescentes. Os autores referem

ainda que, para além do diálogo, a família tende a lidar de um modo mais adequado com esta fase do desenvolvimento, se desde cedo procurar estabelecer relações de respeito, afeto, confiança e civilidade entre os membros.

Kalina (citado por Pratta & Santos, 2007) afirma que quando existe um adolescente na família, todo o grupo familiar parece adoescer na medida em que os pais podem vivenciar sentimentos variados na decorrência da adolescência dos filhos e as respostas dadas podem ser condicionadas pela forma como os mesmos vivenciarão esta mesma fase. Podem estar presentes todo um conjunto de inseguranças ou evocações conscientes ou inconscientes das suas vivências adolescentes.

Um outro aspeto relevante diz respeito ao processo de separação e autonomia que constituem uma das tarefas mais básicas desta fase tanto para os adolescentes como para os pais. Num plano comportamental, estes elementos passarão menos tempo juntos e a dedicar-se a atividades e tarefas conjuntas. Alarcão (2000) afirma que “a separação se vai fazendo e que a autonomia se vai conquistando” (p.170) e que não é apenas ao nível comportamental. Este fenómeno observa-se também ao nível cognitivo na medida em que os pais ajudam os filhos a se diferenciarem e a se tornarem adultos através da valorização dos seus pontos de vista e aceitando-os como parceiros intelectuais. Deste modo, uns e outros podem complementar-se e contribuir para uma mais fácil autonomização com menos custos emocionais. Existe toda uma aprendizagem que pais e filhos têm de realizar para que ambos possam ajudar-se a crescer. As figuras parentais assumem-se ao longo deste processo como figuras de vinculação de reserva que embora não lhes seja retirada a sua importância, modifica a qualidade da relação.

Capítulo 2. A Parentalidade

“Não só nasceu um novo bebê, como também uma nova família.”

(Kitzinger, 2006)

1. O Conceito de parentalidade

O conceito de parentalidade tem vindo a ser desde os inícios do século XX, alvo de grandes reflexões. Segundo Ferreira (2011), o conceito de parentalidade surgiu pela primeira vez em 1930 através da publicação de um artigo intitulado “Parenthood. The basis of social structure” pela mão do antropólogo francês Bronislaw Malinowski. Mas foi a partir de 1959 que se assistiu à sua difusão no seio da comunidade científica pelos trabalhos de Theresa Benedek. No entanto, foi somente a partir dos anos 70 que se deu um extenso investimento nesta temática dando origem à construção de múltiplas definições teóricas e novas investigações dedicadas essencialmente à identificação e à caracterização das atitudes e das condutas comportamentais dos pais em relação aos filhos e em relação à vida familiar tendo em conta as transformações contextuais decorrentes.

No que diz respeito ao conceito de parentalidade, Lamboy (2009) considera tratar-se de um vocábulo de difícil definição tendo em conta toda uma diversidade de unidades de análise. A autora afirma mesmo que “as reflexões em torno da parentalidade não se baseiam nos mesmos elementos, a parentalidade não é problematizada da mesma maneira, e as soluções propostas são de natureza diferente” (p.54). Neyrand (2007) afirma que a parentalidade surge como um produto de três disciplinas diferentes: a sociologia, a antropologia e a psicanálise. Para este autor, qualquer definição que subestime a genealogia tripartida do termo parentalidade, apresenta-se muito limitada e simplista. Este autor define a parentalidade como sendo:

“(…) [l’] espace de mise en oeuvre de relations parentales appréhendées dans leur concrétude, permettant d’identifier différentes catégories d’acteurs ayant une fonction parentale sans forcément directement participer du système de parenté. D’un côté, une inscription sociale d’un système de liens: de l’autre, un réseau de pratiques engendrant de liens plus informels, ceux établis entre un enfant et des adultes endossant un rôle parental” (p.72).

Esta definição permite estabelecer uma distinção entre o conceito de parentalidade e o do parentesco. Assim, ao contrário do parentesco, a parentalidade permite integrar aqueles que desempenham uma função parental permanente ou pontual em relação às crianças ou adolescentes, sendo que a legitimação parte exclusivamente da competência

parental e não do estatuto jurídico do adulto frente a estes. Foi devido à necessidade de se diferenciar a mãe e o pai (aqueles que são reconhecidos juridicamente como progenitores) das funções parentais que esteve na origem do surgimento do termo de parentalidade. Para Ferreira (2011) o conceito de parentalidade remete para a partição diária das funções parentais entre uma multiplicidade de agentes envolvidos, pelo que a parentalidade deixa de ser uma noção reservada unicamente aos progenitores.

Nesta linha de pensamento, Cruz (2005) define parentalidade como sendo um conjunto de atividades empreendidas pelos sujeitos que assumem um papel e as funções parentais a estes inerentes com o intuito de darem resposta às necessidades das crianças e dos adolescentes promovendo o seu desenvolvimento harmonioso “utilizando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e, fora dela, na comunidade” (p.13).

Enquanto cuidadores dos jovens, os pais ou outras figuras substitutas, tornam-se os principais agentes da sua socialização a diversos níveis no sentido de os munirem de competências básicas para que estes se possam desenvolver enquanto elementos funcionais da sociedade (Simões, 2011).

Em contraposição, para Algarvio e Leal (2004), o termo Parentalidade representa todo o processo através do qual os pais se tornam pais tendo em conta uma visão psicológica. Estes autores afirmam que a existência deste conceito abrange ambos os pais designando também as especificidades de cada um dos progenitores. É a partir do momento em que um casal adquire esta construção psíquica que implica “um duplo investimento da criança através do psiquismo materno e paterno” (p.39) que está apto a desempenhar a parentalidade. Já Silva (2004) afirma que a parentalidade constitui todo um processo psicológico, algo complexo que está implicado nos vínculos em que assentam a afiliação. Este processo envolve toda uma preparação e aprendizagem baseadas numa componente social e psicológica mais alargada.

De um modo geral, não se pode olvidar o facto de que o conceito de Parentalidade ter sido o resultado da evolução ao longo dos tempos, do mesmo modo, que também se vão efetuando modificações nas interações entre pais e filhos conforme as características das crianças (desenvolvimento, sexo, idade, temperamento), dos pais (classe social, qualidade da relação conjugal, o género) ou de outros fatores extrafamiliares e contextuais.

1.1. Comportamento parental

A área da parentalidade, atualmente, assenta em diversos paradigmas multidimensionais que são o resultado de uma abordagem mais holística. Estes paradigmas

têm em conta a existência de uma causalidade recíproca entre todos os conjuntos de fatores que intercedem no fenómeno complexo da parentalidade e mais especificamente, constituem modelos de avaliação das contribuições conjuntas de pais e filhos no processo de socialização (Relvas, 2006). Deste modo, o estudo do comportamento parental é predominantemente influenciado pelos modelos conceptuais desenvolvimental, transaccional, ecológico e sistémico. O facto de a parentalidade ser um fenómeno co-construído na relação que se estabelece entre pais e filhos, acaba por ser o resultado das variáveis pessoais, intra e extrafamiliares que eventualmente intervêm nestas relações através de processos de influência circular.

Foi com o intuito de se compreender a relação existente entre os comportamentos parentais e os resultados destes nos filhos que na década de 1980 se inauguraram muitas das investigações sobre a pesquisa dos fatores que concorrem para as atitudes parentais designadamente os conhecimentos, os valores, os pensamentos, as ideias, entre outros. Para uma melhor compreensão da parentalidade, torna-se relevante analisar os três componentes que integram esta dimensão relacional nomeadamente os afetos, as cognições e essencialmente as condutas comportamentais.

Segundo Soares (2008), a análise dos afetos mostrou-se pertinente para o estudo da parentalidade tendo em conta que as cognições e as condutas comportamentais estão intimamente ligadas às emoções. É através das emoções integradas no comportamento parental que se torna possível registar a mutabilidade da frequência, da intensidade e da variedade das interações estabelecidas neste domínio. De acordo com Cruz (2005), uma das componentes que se pode considerar mais intrínseca à parentalidade diz respeito à componente emocional devido à crescente relevância atribuída aos laços emocionais entre pais e filhos.

Os processos cognitivos que incluem as crenças, os pensamentos, as ideias, as expectativas e os valores também determinam o comportamento parental e as perceções que os pais têm sobre o desenvolvimento e sobre a educação dos filhos (Palacios & Rodrigo, 2008). Tendo em conta que estes processos cognitivos exercem influência no modo de agir dos pais, torna-se relevante entender quais as causas destas mesmas influências e que consequências podem ter na educação dos filhos.

Pode-se ainda afirmar que existe uma inter-relação entre os processos cognitivos e os processos afetivos em que ambos se influenciam e são influenciados. De acordo com Cruz (2005), se por um lado as emoções são ativadas por processos cognitivos, por outro,

estas também são responsáveis pela mediação dos processamentos da informação dos sujeitos, que por sua vez se repercutirão nos comportamentos.

Segundo Soares (2008), as várias funções parentais vão se modificando à medida que os filhos vão transpondo as diversas etapas do seu desenvolvimento. No cumprimento destas funções está implícita uma adaptação do comportamento por parte dos pais às reais necessidades dos filhos, garantindo-lhes uma base firme e capacitando-os para defrontar as adversidades que possam surgir ao longo das suas vidas. Para Cruz (2005), o modo como os pais se comportam durante a interação entre pais e filhos, pode influenciar o bom desenvolvimento das competências sociais nas crianças e adolescentes visto que estes servem de modelos comportamentais dos filhos e como tal, podem influenciar as suas condutas comportamentais.

Um outro elemento fundamental do comportamento parental face aos filhos reflete-se na importância que a transmissão dos valores tem para o processo educativo na medida em que estes funcionarão como guias que irão influenciar o comportamento e permitem ainda compreender o modo como os sujeitos se relacionam com os outros sujeitos (Alonso de Bem & Wagner, 2006).

O contributo de muitas investigações na área da parentalidade fizeram emergir duas dimensões principais: a dimensão controlo (permissividade-restritividade) que engloba um conjunto de comportamentos que os pais experimentam com o intuito de orientar as próprias condutas comportamentais dos filhos no sentido desejado e a dimensão suporte (afeto-hostilidade) que engloba os comportamentos dos pais que contribuem para que os filhos se sintam aceites enquanto pessoas num contexto mais amplo que é a sociedade (Barber; Darling & Steinberg; Schaefer, citados por Simões, 2011).

A presença de suporte/ afeto parental faz-se acompanhar por condutas comportamentais que demonstram expressões de afeto positivo, de aceitação da criança/adolescente, do uso do reforço positivo, da vinculação e da garantia das necessidades básicas (Barber; Conley et al.; Grusec et al., citados por Simões, 2011).

De um modo geral, a investigação científica tem concluído que a dimensão suporte/afeto apresenta uma relação positiva com o desenvolvimento dos jovens em diferentes domínios como a obediência, as competências de socialização e a promoção da internalização de valores e mecanismos reguladores. Esta dimensão associa-se ainda à existência de uma menor existência de problemas de externalização (comportamentos de oposição, comportamentos agressivos e hiperatividade) e de problemas de internalização (sintomatologia sintomática, depressão e ansiedade) (DSM-IV-TR, 2002). Assim, um

estilo educativo parental apoiado nesta dimensão é responsável pela promoção não só das competências sociais e cognitivas dos jovens (comportamento pró-social) como também exerce influência na autoestima, no estabelecimento de uma vinculação mais segura e num melhor desempenho académico (Baumrind; Belsky & Fearon; Doyle & Markiewicz; Michiels et al., citados por Simões, 2011).

A dimensão de controlo surge como uma dimensão essencial para a socialização dos jovens tendo em conta que contempla todo um conjunto de estratégias cuja missão corresponde à promoção do cumprimento de normas e regras sociais (Grolnick & Gurland; Maccoby & Martin, citados por Simões, 2011). Vários autores afirmam que esta dimensão de controlo pode ser dividida em outras duas subdimensões sendo elas, o controlo comportamental e o controlo psicológico. A primeira subdimensão corresponde às ações empregues pelos pais com o objetivo de controlar ou gerir as condutas das crianças/adolescentes de maneira a corrigir os comportamentos que se mostrem inadequados através do recurso à disciplina, à monitorização e à supervisão comportamental. Por outro lado, o controlo psicológico de natureza coerciva e intrusiva em que os pais utilizam técnicas de manipulação das emoções comprometendo a autonomia e a identidade dos jovens (Barber; Steinberg, citados por Simões, 2011).

Em diversos meios culturais, estudos realizados concluíram que o controlo psicológico pode causar um impacto negativo no desenvolvimento emocional e psicológico sobretudo em adolescentes, ao qual se associam problemas na formação da personalidade, comportamentos agressivos para com os pares, baixo rendimento escolar ou ainda problemas ao nível da internalização e externalização (Barber; Kuppens et al.; Morris et al., citados por Simões, 2011). De um modo geral, ambas estas subdimensões do controlo podem estar associadas a diferentes tipos de problemáticas comportamentais e emocionais, assim, o controlo comportamental associa-se em maior número a problemas de externalização, enquanto o controlo psicológico associa-se a diferentes variáveis do ajustamento emocional (Barber, citado por Simões, 2011).

Depreende-se que para uma socialização eficaz das crianças e dos adolescentes, devem estar englobadas estas duas dimensões do comportamento parental, adaptadas não só às situações contextuais como às características individuais dos jovens.

As transformações que têm vindo a ocorrer nas relações entre pais e filhos têm originado um crescente questionamento sobre qual o papel dos pais na educação dos seus filhos. Deste modo, tanto as práticas educativas empregues pelos pais como a interação que

se estabelece entre os pais e os filhos têm-se constituído objetos de estudo de inúmeras investigações (Grzybowski & Wagner, 2010).

Na revisão da literatura sobre o tema é possível identificar-se duas dimensões diferenciadas no que se refere à interação entre pais e filhos: as práticas educativas parentais e os estilos educativos parentais. Ambos estes conceitos têm sido alvo de interesse por parte de muitos investigadores dedicados à temática da família desde as últimas décadas.

1.2. Práticas Educativas Parentais

A criação de um corpo teórico robusto referente ao estudo das práticas educativas parentais deveu-se sobretudo a Diana Baumrind que na década de 1960 contribuiu com alguns estudos pioneiros nesta área. Estes estudos tinham como objetivo tentar descobrir que implicações pudessem ter a utilização de certas práticas educativas pelos pais no desenvolvimento infantil e juvenil.

No que diz respeito à definição do conceito de práticas educativas parentais, é notável um grande número de definições graças aos contributos de vários autores que se dedicaram também ao estudo deste tema. Assim, para Hoffman (citado por Pacheco, Silveira, & Schneider, 2008), as práticas educativas parentais referem-se a situações específicas do quotidiano de interação entre pais e filhos onde estes revelam as estratégias a recorrerem com vista à educação dos filhos. Alvarenga (2001) considera que as práticas educativas parentais correspondem a estratégias com o sentido dos filhos adquirirem condutas comportamentais ditas corretas e evitarem ou reprimirem os comportamentos desadequados. Um outro contributo de Alvarenga e Piccinini (2001) pressupõe que estas mesmas estratégias transmitem à criança o desejo dos pais para que esta, modifique um determinado comportamento. Para Ceconello, De Antoni, e Koller (2003), as práticas educativas parentais dizem respeito às estratégias utilizadas pelos progenitores com vista a alcançarem objetivos específicos em diferentes domínios (afetivo, social, escolar) sob determinados contextos e circunstâncias como o uso de recompensas, punições ou explicações. Por outro lado, Sampaio (2007) descreve as práticas educativas parentais como sendo as estratégias a que os pais recorrem que têm por objetivo, incentivar a ocorrência de comportamentos adequados ou suprimir aquelas condutas comportamentais consideradas inadequadas numa tentativa destes controlarem e socializarem os seus filhos. Para Gomide (2006), as práticas educativas parentais são as estratégias e as técnicas utilizadas pelos pais para desenvolver na sua prole, a disciplina, os comportamentos sociais

e estimular a autonomia, a responsabilidade e a independência, ao mesmo tempo que modelam as condutas comportamentais consideradas por estes como as mais adequadas para os filhos.

No que diz respeito à dimensão das práticas educativas, Hoffman (citado por Pacheco et al., 2008) salienta que estas expressam-se essencialmente face às interações entre pais e filhos cujo destino é a socialização. O autor denominou a este fenómeno de encontro disciplinar. No decorrer destas interações, os progenitores podem recorrer ao uso de dois tipos de práticas: as práticas parentais coercitivas e as práticas parentais não-coercitivas (ou indutivas) (Alvarenga, 2001). Segundo este autor, as práticas parentais coercitivas correspondem ao controlo exercido pelos pais através de estímulos aversivos sob forma de punições físicas, verbais ou de privação como forma de reforçar e reafirmar o poder paternal.

A literatura descreve estas práticas como causadoras de impactos negativos em várias dimensões do desenvolvimento psicossocial de crianças e jovens nomeadamente no ajustamento social e no desempenho académico. Severe (citado por Salvador & Weber, 2005) assegura que as punições são formas de alertar as crianças e os jovens para o seu comportamento inadequado, contudo, podem provocar emoções intensas, como hostilidade, sentimentos de raiva e de fracasso, enfraquecimento da autoestima e da autoconfiança dos jovens. Estas técnicas fazem com que as crianças/adolescentes controlem as suas ações em função das reações punitivas dos seus pais, não favorecendo a internalização de padrões e regras sociais (Mondin, 2008).

Por outro lado, as práticas parentais não-coercitivas (ou indutivas) têm como objetivo, a modificação voluntária do comportamento dos sujeitos através de um conjunto de estímulos positivos sob a forma de afeto, de envolvimento na relação, do reforço e da comunicação. Envolvem ainda explicações sobre as consequências das condutas da criança/adolescente, sobre as possíveis implicações das suas ações para si e para os outros e sobre as regras e valores morais (Grusec & Lytton, citado por Cecconello, et al., 2003). Este tipo de práticas favorece o desenvolvimento da autonomia individual dos filhos e são responsáveis por uma melhor internalização dos padrões sociais, morais e comportamentais. Auxiliam ainda na construção de uma melhor autoestima e autoconfiança, promovem a motivação e aumentam o sentido de responsabilidade dos jovens, assegurando os pais como figuras de suporte e apoio (Pacheco et al., 2008).

Os efeitos destas práticas revelam-se não só na esfera familiar como existe também uma transposição para outras esferas da vida dos sujeitos. A comunicação, constitui assim,

uma fonte de orientação e de determinação de regras sendo que os indivíduos que mais beneficiam desta interação, apresentam-se como mais seguros e mais competentes socialmente.

Um outro modelo conceptual referente às práticas educativas parentais e aos estilos educativos parentais e que será utilizado como base para a avaliação das práticas educativas parentais neste estudo diz respeito ao modelo desenvolvido por Paula Gomide (2006). Este modelo conceptual tem em vista o estudo da interação entre pais e filhos em que a autora selecionou uma totalidade de sete práticas educativas divididas em dois grupos, as práticas educativas positivas e as práticas educativas negativas.

A conjugação entre as várias práticas educativas parentais resulta num determinado Estilo Parental tendo em conta as diferentes pontuações atribuídas. O conjunto total das práticas inclui o modo como os pais negociam as regras de convivência, como monitorizam os filhos em casa e fora dela, como estimulam comportamentos adaptativos/adequados, como promovem habilidades sociais e valores morais ou que formas de punição recorrem perante um comportamento considerado inadequado. Deste modo, as práticas educativas parentais positivas contribuem para o desenvolvimento do comportamento pró-social e correspondem à monitoria positiva e ao comportamento moral. A *monitoria positiva* pode ser definida como sendo o conjunto de práticas parentais que englobam o conhecimento e a atenção por parte dos pais acerca da localização do filho, das atividades que desenvolve e das formas de adaptação. Constituem os componentes da monitoria positiva, as demonstrações de afeto dos pais sobretudo relacionadas às situações de maior necessidade dos filhos. O *comportamento moral* diz respeito a uma prática educativa através da qual são transmitidos valores morais como a generosidade, a honestidade ou o sentido de justiça aos filhos, auxiliando-os na distinção entre o certo e o errado. Alguns fatores tidos como essenciais para a promoção do comportamento moral incluem o desenvolvimento da empatia, as crenças parentais positivas sobre o trabalho e a ausência de práticas antissociais (Gomide, 2006).

Por outro lado, as práticas educativas parentais negativas correspondem à monitoria negativa, à negligência, à disciplina relaxada, ao abuso físico e à punição inconsistente. No que diz respeito à *monitoria negativa*, esta caracteriza-se pelo excesso de vigilância dos pais sobre os filhos, pela repetição em grande massa de instruções e por um controlo comportamental e psicológico exagerado. Esta prática educativa parental pode produzir um clima familiar sem diálogo e hostil, em que as tentativas de controlo contínuo por parte dos progenitores podem interferir no desenvolvimento da autonomia e autoconfiança dos

filhos. A *negligência* sucede quando as figuras parentais não se mostram atentas às necessidades dos filhos, ausentando-se das suas responsabilidades ou interagindo sem quaisquer demonstrações de afeto. Esta insensibilidade emocional pode desencadear nos filhos, sentimentos de vulnerabilidade e de insegurança, ou possível hostilidade em futuros relacionamentos. No que concerne à *punição inconsistente*, esta ocorre quando os pais reforçam ou punem as condutas dos filhos seguindo-se apenas pelo seu estado de humor. O estado emocional dos pais determina as ações educativas e não os comportamentos dos filhos. Estes aprendem a discriminar somente o humor dos pais e não os atos praticados ao nível do adequado e inadequado. A comunicação e a transmissão de valores sociais tornam-se um processo confuso para a criança/adolescente o que dificulta a compreensão destas mesmas imposições. No que respeita à *disciplina relaxada*, esta caracteriza-se pelo incumprimento dos filhos das regras estabelecidas pelos pais. Quando confrontados com este incumprimento, os filhos podem tornar-se agressivos ou manipuladores conseguindo reverter a situação em seu benefício. Os pais por sua vez são incapazes de fazer valer as regras que eles próprios impõem. Por fim, o *abuso físico* corresponde ao uso da força física contra a criança ou o adolescente por parte dos seus cuidadores, que a justificam como um ato educativo. Muitas das vezes, o abuso físico associado à negligência podem resultar em danos corporais e psicológicos para as vítimas destas práticas. Para Gomide (2006), a prática referente ao abuso físico pode causar nas crianças/adolescentes, sentimentos de medo, desinteresse e apatia.

A autora afirma ainda que as práticas parentais podem desenvolver tanto comportamento antissociais como comportamentos pró-sociais dependendo da intensidade e da frequência com que os pais as utilizam.

1.3 Estilos Educativos Parentais

Proposto por Diana Baumrind também na década de 1960, o termo Estilo Educativo Parental foi utilizado pela autora para designar todas as classificações possíveis das práticas educativas utilizadas pelos pais com vista à educação dos filhos (Grzybowski & Wagner, 2010). Baumrind procurou através dos seus estudos, avaliar o impacto das práticas educativas parentais nas várias dimensões da vida do indivíduo dando especial atenção aos aspetos comportamentais e os aspetos afetivos envolvidos na educação dos mesmos. A autora enfatizou a autoridade que os progenitores exercem sobre os seus filhos, atribuindo a este tipo de controlo, a expressão dos valores e crenças parentais.

À semelhança dos estudos sobre as práticas educativas parentais, também os estudos sobre os estilos educativos parentais abriram caminho para muitas outras investigações sobre esta temática. Deste modo, nos últimos anos vários autores têm-se dedicado ao estudo dos estilos educativos parentais e à forma como os pais lidam com as questões de hierarquia, poder e apoio emocional na interação com os filhos. Alguns destes estudos têm demonstrado que os estilos educativos parentais exercem influências significativas em distintas áreas do desenvolvimento psicossocial dos adolescentes como a psicopatologia, o desempenho escolar e o ajustamento social (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

Para Baumrind (citado por Trenas, 2008), o elemento-chave do papel parental corresponde ao ato de socializar uma criança ou um adolescente tendo em conta as exigências da sociedade mas mantendo sempre um sentido de integridade pessoal. Uma das suas primeiras investigações centrou-se sobre o estudo da influência dos padrões de autoridade parental nas primeiras fases desenvolvimentais da criança. Foi através destes estudos que se estabeleceu uma articulação e uma ampliação do conceito de controlo parental que até então, havia sido definido entre outras formas como rigidez, utilização do castigo físico e não uso de explicações. Em contraposição, Baumrind argumentou que a vontade dos pais para socializar os filhos é conceptualmente distinta de ser restritivo e utilizou o conceito de controlo parental para referir-se às tentativas dos pais em integrarem os filhos no contexto familiar e social.

Através da análise das interações entre pais e filhos, Baumrind (citado por Costa et al., 2000) propôs duas dimensões distintas das práticas educativas parentais no que respeito ao exercício da parentalidade: a primeira dimensão correspondente aos padrões de exigência (*demandingness*) que inclui todas as atitudes parentais que procuram controlar o comportamento dos filhos através da imposição de regras e o estabelecimento de limites e a segunda dimensão que corresponde aos padrões de responsividade (*responsiveness*), referente às atitudes parentais para com os filhos e que visam favorecer o desenvolvimento da autoafirmação e autonomia dos jovens através da bidirecionalidade da comunicação e do apoio emocional.

Os seus estudos pioneiros contribuíram para a formulação de três tipos de estilos parentais: o responsivo, o autoritário e o permissivo. Assim, os pais cujo estilo corresponde ao responsivo demonstram uma forte tendência para exercerem um controlo firme mas de maneira racional, favorecem a autonomia e a independência dos filhos, estabelecem regras claras e promovem uma conduta assertiva, não impõe restrições excessivas. Estes pais

encorajam a troca de ideias através de uma comunicação efetiva e bidirecional, manifestam uma combinação de afeto e apoio emocional e esperam dos filhos controle, responsabilidade e cooperação. Este estilo parental favorece a internalização das regras parentais visto que a interação verbal é encorajada e os pais explicam aos filhos as razões por detrás das decisões tomadas (Brás, 2008; Dascânio & Valle, 2007; Weber, Prado, Viezzer, & Brandenburg, 2004; Trenas, 2008).

Os pais autoritários utilizam o controle numa tentativa de modelar as condutas comportamentais dos filhos tendo em conta os seus padrões de conduta, absolutos e intransigentes, valorizam a ordem e a autoridade e as estratégias aplicadas com vista à obtenção da obediência são muitas vezes punitivas. Não encorajam a troca de ideias com os filhos, a comunicação é unidirecional e creem que os filhos devem acatar as ordens dos pais como aquilo que é certo e inquestionável. Este tipo de estilo parental restringe a autonomia e a independência dos filhos, os pais apresentam-se distantes, pouco afetuosos e manifestam frequentemente condutas de coerção. Constituem-se as principais características deste estilo, a monopolização do poder de decisão, as exigências excessivas, a recusa em ajudar e a valorização excessiva das normas (Baumrind, citado por Brás, 2008; Trenas, 2008).

Os pais do tipo permissivo não encorajam a obediência a padrões externos e evitam exercer o controle, não fazem uso claro das regras nem do poder que detêm, fazem poucas exigências aos filhos, dando-lhes autonomia para tomarem as suas próprias decisões. A comunicação é pouco efetiva e unidirecional. Constituem-se as principais características deste estilo parental, a elevada tolerância e a aceitação das condutas por parte dos filhos, a pouca estimulação, os baixos níveis de exigência que revelam falta de autocontrole e o fornecimento excessivo de ajuda. (Baumrind, citado por Brás, 2008; Trenas, 2008).

Numa posterior reformulação dos seus estudos, Baumrind (citado por Brás, 2008) integrou um novo estilo parental, o negligente. Assim, os pais cujo estilo parental é o negligente não encorajam a sua independência nem fazem exigências acerca das responsabilidades por parte dos filhos. Geralmente delegam as suas responsabilidades parentais a outras figuras como outros familiares ou até mesmo, à escola. Apresentam-se como pais inacessíveis, indiferentes, frios, centrados neles próprios, sem providenciarem os estímulos afetivos que os filhos necessitam. Os filhos de pais cujas práticas parentais podem ser classificadas através do estilo parental negligente apresentam-se como jovens frustrados, inseguros ou desorientados. De um modo geral, este estilo parental apresenta os

piores resultados de todos os estilos parentais, distinguindo-se dos padrões permissivo e autoritário pela negativa (Baumrind, citado por Brás, 2008; Trenas, 2008).

Numa extensa revisão aos trabalhos de Baumrind, Darling e Steinberg (citado por Brás, 2008), procuraram saber de que forma os estilos parentais podiam influenciar o desenvolvimento dos jovens. Tendo em conta este objetivo, identificaram três aspetos relevantes: os objetivos parentais relacionados com a socialização, as práticas parentais utilizadas para auxiliar os filhos a atingirem estes mesmo objetivos e o clima emocional, no qual ocorre a socialização. Estes autores, definem estilos parentais como sendo “o conjunto de atitudes que são comunicadas aos filhos e, que todas juntas, criam um clima emocional no qual os pais atuam de determinada forma” (p.488). Estas condutas incluem os comportamentos específicos (práticas parentais) “através dos quais os pais expressam os seus deveres parentais” (p.488) como os comportamentos não orientados para um objetivo, as mudanças no tom de voz ou os gestos.

A elaboração do modelo integrativo de Darling e Steinberg (1993) (fig.1), supõe que os objetivos e os valores parentais exercem grande influência sobre os estilos parentais (1) e sobre as práticas parentais (2). Este último ponto tem uma influência direta em aspetos específicos do desenvolvimento da criança ou do jovem, através da sua influência moderadora na relação entre as práticas parentais e os resultados do desenvolvimento (4) e através da sua influência na abertura da criança/jovem à socialização potencializada pelos pais (5). A abertura da criança à socialização é moderadora da influência das práticas parentais no seu desenvolvimento (6).

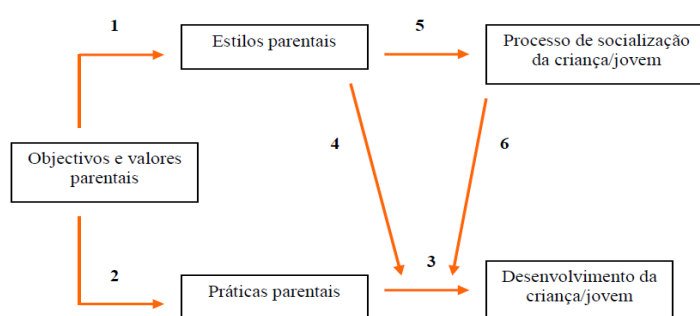


Figura 1. Modelo Integrativo de Estilos Parentais de Darling e Steinberg (1993).

Tendo em conta o modelo acima representado, os autores propõem que tanto os estilos parentais como as práticas resultam, parcialmente, dos objetivos e valores parentais. Cada uma destas qualidades parentais influencia o desenvolvimento infantil e juvenil mediante processos diferentes. Deste modo, as práticas parentais apresentam um efeito

direto na promoção de comportamentos específicos dos sujeitos assim como nas suas características pessoais, tornando-se os mecanismos através dos quais os pais auxiliam os seus filhos a alcançarem os seus objetivos de socialização. No entender de Darling e Steinberg (1993), o estilo parental pode moderar a influência das práticas parentais no desenvolvimento infantil/juvenil ao transformar a essência das interações entre pais e filhos e ao influenciar a personalidade dos sujeitos, mais especificamente, a sua abertura à influência parental. Por sua vez, a abertura à socialização modera a associação entre as práticas parentais e os seus efeitos no desenvolvimento da criança/jovem.

Uma outra abordagem referente aos estilos parentais inspirado nos primeiros estudos de Baumrind, é o modelo bidimensional de Maccoby e Martin (fig.2) cuja tentativa de conciliar a abordagem desenvolvida por esta autora com tentativas anteriores de definir o comportamento parental teve como base as suas duas dimensões: a exigência e a responsividade cuja combinação resulta em quatro estilos parentais. Para estes autores, a exigência diz respeito aos comportamentos parentais que exigem disciplina e supervisão, enquanto, a responsividade diz respeito às condutas de suporte e apoio que favorecem o autoconceito e a individualidade dos filhos.

Os quatro estilos parentais resultantes deste modelo são: o autoritário, o autoritativo, o negligente e o indulgente.

		Responsividade	
		ALTA	BAIXA
Exigência	BAIXA	-Afeto e apoio explícito. -Aceitação e interesse na relação com a criança. -Sensibilidade às suas necessidades.	-Afeto controlado e não explícito -Distanciamento e hostilidade nas relações com os filhos
	ALTA	-Existência de normas e disciplina. -Controle e restrições comportamentais. -Exigências elevadas.	
		AUTORITATIVO	AUTORITÁRIO
		INDULGENTE	NEGLIGENTE

Figura 2. Modelo Bidimensional de Maccoby e Martin (1983), adaptado de Trenas (2008).

A diferença mais marcante entre os estilos parentais propostos por Baumrind e o modelo bidimensional de Maccoby e Martin (1983) corresponde à separação do estilo permissivo em dois: o negligente e o indulgente. Esta distinção permitiu identificar nos contextos familiares que fazem poucas demandas de controlo, uma variação no nível de responsabilidade.

Pais responsivos apresentam altos níveis de responsividade e de exigência, monitorizam as condutas comportamentais dos filhos, corrigindo as atitudes negativas e recompensando as positivas. Em relação ao comportamento dos filhos, os pais estabelecem regras que são constantemente lembradas. Já a disciplina é imposta de forma indutiva e a comunicação entre pais e filhos estabelece-se de modo claro e aberto, fundamentada no respeito recíproco. Apresentam-se como pais afetuosos e responsivos às necessidades dos filhos, encorajam a tomada de decisões e promovem o desenvolvimento das suas habilidades (Ceconello et al., 2003; Pacheco et al., 2008; Trenas, 2008).

Os pais autoritários apresentam uma grande tendência em promover a obediência através do respeito à ordem e à autoridade e através da imposição de regras estritas. Usualmente recorrem à punição como forma de controlar o comportamento dos filhos. Não valorizam a comunicação e a autonomia, reagindo com rejeição às demandas dos filhos. Este estilo resulta da combinação entre altos níveis de exigência e baixos níveis de responsividade (Pacheco et al., 2008).

O estilo indulgente corresponde a um baixo nível de exigência e um alto nível de responsividade. Ao contrário dos pais autoritários, os pais indulgentes não estabelecem limites nem regras aos filhos. Apresentam-se como excessivamente tolerantes o que permite à criança monitorizar o seu próprio comportamento. Tendem a satisfazer qualquer necessidade que a criança apresente, são afetivos, recetivos e comunicativos com os filhos (Ceconello et al., 2003; Trenas, 2008). Por último, os pais negligentes demonstram pouco envolvimento no que respeita à socialização dos seus filhos não monitorizando as suas condutas. Não são pais muito dados ao afeto mas também não fazem muitas exigências aos filhos. Têm uma tendência para manter os filhos à distância dando resposta apenas ao suprimento das necessidades básicas. Contrariamente aos pais indulgentes que se envolvem com os filhos, os pais negligentes centram-se apenas nos seus interesses. Este estilo corresponde a baixos níveis tanto de exigência como de responsividade (Ceconello et al., 2003; Pacheco et al., 2008; Trenas, 2008).

São inúmeros os estudos que efetuam uma associação positiva entre o estilo responsivo e o desenvolvimento psicossocial infantil e juvenil nomeadamente em relação à assertividade, à autoestima, ao desempenho académico e à existência de menores níveis de ansiedade e depressão e ainda de problemas de comportamento (Gomide, 2006; Pacheco et al., 2008). Estes mesmos autores, afirmam que os restantes estilos parentais, autoritário, negligente e indulgente, encontram-se relacionados com as repercussões negativas no

desenvolvimento como um baixo nível de autoestima, insucesso e abstinência escolar, abuso de substâncias e problemas comportamentais.

Segundo Hoffman (citado por Pacheco et al., 2008), os estilos educativos parentais tendem a envolver dimensões da cultura familiar como a dinâmica da comunicação familiar, o suporte emocional e até o controlo existente nas relações entre pais e filhos. Estes envolvem ainda, crenças, valores e outros aspetos referentes à hierarquia dos papéis e das funções familiares que podem ser expressos no exercício da disciplina, autoridade e tomada de decisões (Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005).

Através do contributo de muitos estudos científicos, é sabido que tanto o desenvolvimento dos jovens como o comportamento parental é influenciado de um modo bidirecional por diversos fatores individuais, intra e extrafamiliares e sobretudo, fatores contextuais (Simões, 2011).

1.4. Variáveis relacionadas com as figuras parentais

Dentre uma extensa listagem, são apresentadas seguidamente, algumas das variáveis que podem influenciar as práticas parentais. Assim, no que diz respeito às variáveis relacionadas com as figuras parentais serão analisados os seguintes fatores: a personalidade e o temperamento, a presença de psicopatologia, a história de relação com os próprios pais e o padrão de vinculação, o sexo, o estatuto socioeconómico e o nível de escolaridade dos progenitores (Simões, 2011).

Em relação à personalidade e ao temperamento, estes fatores atuam sobre o funcionamento parental, de um modo direto, na maneira como estes interpretam e respondem ao próprio comportamento dos filhos, e de um modo indireto, na perceção e resposta a outro tipo de variáveis como o apoio social, o estatuto socioeconómico ou a relação conjugal (Aluja, Del Barrio, & Garcia, 2007).

No que diz respeito à presença de psicopatologia ou de dificuldades comportamentais ou emocionais, estas surgem associadas a uma menor sensibilidade, responsividade e envolvimento parental, assim como, a estilos educativos parentais de índole negativa caracterizados pelo recurso a estratégias de controlo menos contingentes e hostis (Bögels & van Melick; Lim, Wood, & Miller, citado por Simões, 2011).

Bernart (2002) e Fernandes (2002) confirmam a transmissão intergeracional da parentalidade que traduz-se no fenómeno através do qual a geração anterior exerce influência sobre o comportamento da geração seguinte em relação aos valores educativos. A autora afirma ainda que os pais têm como base para os seus comportamentos parentais, a

história de vinculação, as experiências de cuidado e as relações com os seus familiares, pelo que, todos estes elementos influenciam de forma significativa não só a qualidade dos processos parentais como a qualidade das relações familiares, sendo bons preditores das práticas parentais (Shelton & Harold, 2008).

Apesar da escassa informação que existe sobre as diferenças de género no que concerne aos estilos parentais, a literatura indica que as figuras maternas tendem a exercer sobre os filhos, práticas parentais mais concordantes com o estilo parental responsivo, enquanto as figuras paternas exercem práticas parentais mais concordantes com o estilo parental autoritário (Brás, 2008; Russel, Hart, Robinson, & Olsen, citado por Trenas, 2008). Por sua vez Cruz (2005), refere que mães e pais apresentam ideias diferentes em relação aos estilos parentais não só devido ao seu processo de socialização mas também porque a sua experiência enquanto pais é diferente entre ambos. Brás (2008) realça este facto ao afirmar que cada progenitor apresenta um estilo próprio na interação com os filhos, assim, as mães tendem a se envolverem e a investirem mais nos filhos em comparação com os pais que se mostram figuras menos envolvidas. No entanto, tendo em conta a perspetiva sistémica da família, segundo Lindsey e Mize (citado por Brás, 2008), os estilos parentais de pais e mães apresentam-se como interdependentes sendo a relação que se estabelece entre ambos muito significativa, talvez mais significativa do que as contribuições individuais dos estilos parentais dos mesmos.

No que respeita à variável socioeconómica, esta surge como um indicador dos recursos sociais e financeiros dos pais e também das suas crenças e práticas parentais. Os estudos empíricos suportam o pressuposto de que as práticas educativas parentais e consequentemente, os estilos educativos parentais, variam de acordo com o nível socioeconómico da família (Simões, 2011).

De acordo com Hoff, Laursen e Tardif (citado por Brás, 2008), a pertença dos pais a uma classe social considerada baixa, média ou alta, associa-se a diferenças significativas ao nível das ideias, valores e crenças e sobretudo ao nível das práticas educativas. Cruz (2005) sugere que pais pertencentes à classe social média/alta recorrem frequentemente à disciplina psicológica orientada para o afeto sendo mais responsivos com os estados internos dos filhos, enquanto os pais pertencentes à classe social baixa, recorrem mais à coerção e às estratégias de afirmação do poder, preocupando-se apenas com o comportamento manifesto dos filhos. De um modo geral, pais de classe social mais baixa, são predominantemente autoritários e recorrem com maior frequência a práticas punitivas,

enquanto, pais de classes sociais mais altas, são predominantemente permissivos e/ou responsivos (García & Marín, 2007).

No que se refere ao nível de escolaridade, algumas investigações estabelecem uma associação positiva entre as práticas educativas parentais e este elemento. Cruz (2005), considera que pais com um nível menor de educação geralmente apresentam Estilos Parentais menos positivos, recorrendo a um maior uso de estratégias punitivas, contrariamente aos pais com um nível de educação superior que apresentam Estilos Parentais mais positivos e utilizam frequentemente estratégias disciplinares indutivas.

1.5. Variáveis relacionadas com os filhos.

No que diz respeito às variáveis respeitantes aos filhos, constituem unidades de análise: a idade, o género do filho, a ordem de nascimento e o número de irmãos (Simões, 2011; Trenas, 2008).

No que se refere à idade dos filhos, esta é considerada uma variável que tem sido estudada em inúmeras ocasiões como um elemento diferencial do estilo parental recebido pelos filhos. Um estudo desenvolvido por Fuentes, Motrico, e Bersabé (2001) sugere que à medida que as crianças vão crescendo, aumenta o seu desejo de autonomia e de obterem uma certa simetria nas relações familiares. Perante as frequentes tentativas de controlo por parte dos pais, os adolescentes podem se perceberem como menos amados, mais rejeitados e mais criticados pelas figuras parentais visto que já não partilham dos mesmos valores. Noutro estudo desenvolvido por Del Barrio e Carrasco (2004), cujo objetivo era comparar os níveis de afeto e as regras/exigências numa amostra de crianças entre 8 e os 10 anos e de adolescentes entre os 11 e os 14 anos, os autores concluíram que os adolescentes percecionavam o comportamento dos pais de uma maneira mais negativa comparativamente à perceção das crianças de menor idade.

Relativamente ao sexo e à ordem de nascimento, Sampaio e Vieira (2010) partilham a opinião de que existem escassos estudos empíricos sobre estas mesmas variáveis, reforçando a relevância e a necessidade de mais investigações sobre este tema. Vieira (2006) afirma que embora seja tida como uma ideia popular, a ciência tem demonstrado que tanto as figuras parentais como outros prestadores de cuidados, tratam rapazes e raparigas de maneiras diferentes. Acrescenta ainda que quando interrogados em relação à sua intenção de educar os filhos de ambos os sexos de modo diferenciado, uma grande maioria dos pais tende a contradizer a existência no seu núcleo familiar de um

tratamento distinto. É sobretudo através de estudos com base na observação direta dos comportamentos e interação dos elementos da família em situações familiares (pais e filhos), que se evidenciam este tratamento diferencial em função do sexo.

Relativamente à variável género, importa diferenciar da variável sexo, tendo em conta que estes dois conceitos são erroneamente utilizados como sinónimos. Deste modo, o termo sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres nomeadamente aos seus aparelhos reprodutores e aos caracteres sexuais secundários, enquanto o termo género designa as relações sociais de poder entre mulheres e homens, resultantes de uma construção social e cultural do papel da mulher e do homem a partir das diferenças sexuais (Cabral & Díaz, 2000). Tendo em conta os objetivos do estudo, dar-se-á relevância ao fator sexo.

As diferenças relacionadas com o género são criadas na relação do sujeito com a cultura e a sociedade e mais especificamente com a família. É sobretudo a partir do nascimento que se aprende a ser homem/mulher através de um processo denominado de condicionalismo social, tendo por base não só os aspetos inatos à natureza biológica de ambos os sexos como as expectativas de condutas (Fagundes, citado por Reis, 2008b).

Voland (citado por Sampaio e Vieira, 2010) sugere que, no caso do ambiente económico se manter previsível e estável ao longo das gerações, o pai deverá investir mais nos filhos homens contando assim com o sucesso reprodutivo da sua prole. Contudo, no caso do ambiente económico se mostrar imprevisível e de escassos recursos, diz o autor, que a figura paterna deverá investir primeiramente nas filhas mulheres. Embora em muitos contextos culturais, a preferência de investimento seja em relação aos rapazes, por razões consolidadas nas circunstâncias económicas ou nas tradições religiosas, o investimento parental poderá variar tendo em conta o ambiente em que ocorre a reprodução.

No que diz respeito à influência do sexo, Lamb (citado por Sampaio & Vieira, 2010), sugere a existência de uma certa identificação sexual na relação entre pais e filhos, na medida em que os pais mostram maior preferência pelos filhos homens, enquanto as mães mostram maior preferência pelas filhas. Keller e Zach (2002) partilham da mesma opinião ao afirmarem que as mães interagem mais intensivamente com as suas filhas, enquanto os pais dirigem um maior envolvimento aos filhos homens. Este padrão desenvolvimental é parte integrante do processo de socialização durante a infância.

Tenenbaum e Leaper (citado por Vieira, 2006) afirmam que tanto o pai como a mãe tendem a apresentar diferentes condutas quer se trate de uma rapariga ou de um rapaz. Apesar de ambos encorajarem nos seus filhos esta mesma distinção, a figura paternal

mostra uma tendência superior em fazer a distinção entre rapazes e raparigas, comparativamente à figura maternal, levando-o a ser mais afetuoso com as raparigas ou a ser mais punitivo para com os rapazes sobretudo quando existe um desvio das normas. Já a mãe tende a defender ideias mais igualitárias em relação à educação de rapazes e raparigas, por crer não existir diferenças em relação ao sexo dos filhos (Basow, citado por Vieira, 2006).

Outro estudo empírico desenvolvido por Estrelles (citado por Vieira, 2006) em Espanha, sugere que perante a exibição de um mesmo comportamento por ambos os pais, a principal variável que influenciava as relações pais-filhos era o sexo das crianças. Outro autor, Huston (citado por Vieira, 2006) refere que é a partir do segundo ano de vida das crianças que se começam a encontrar diferenças no tratamento parental de rapazes e raparigas sobretudo em relação aos padrões de interação. Pooler (citado por Vieira, 2006) afirma ainda que os progenitores tendem a perceber de modo diferente, as dificuldades colocadas pela educação da rapariga e do rapaz dando origem a predisposições diferenciadas na maneira como interagem com os filhos e como os educam.

Weber, Prado, Viezzer, e Branderburg (2004) numa outra investigação em que utilizaram uma escala de responsividade fundamentada no modelo de Baumrind, e com o objetivo de observar a frequência de estilos parentais e a sua relação com o sexo, observaram que tanto mães como pais são mais exigentes com as filhas do que com os filhos.

No que diz respeito à própria perceção dos filhos sobre as práticas utilizadas pelos pais, o mesmo estudo referido anteriormente demonstra que através de uma análise mais aprofundada, 70.2% dos rapazes consideraram os seus pais como negligentes, contra 29.8% dos rapazes que consideraram os seus pais como responsivos. Na ótica das raparigas, 47.9% destas consideraram os seus pais como negligentes contra 52.1% que consideraram os pais como responsivos.

Outro estudo desenvolvido por Del Barrio e Carrasco (2004) dá conta da existência de um padrão diferencial entre rapazes e raparigas no que diz respeito às práticas parentais. Assim, no que respeita às raparigas, estas associavam às mães, a existência de maiores níveis de afeto e controlo-hostilidade e aos pais, a existência de maiores níveis de autonomia, afeto e controlo, enquanto os rapazes, associavam aos pais, a existência de maiores níveis de controlo, hostilidade e autonomia.

Someya, Uehara, Kadowaki e Tang (citado por Trenas, 2008) contraria esta mesma afirmação ao terem concluído num estudo por eles desenvolvido, que as raparigas

percecionam uma maior rejeição por parte das figuras maternas, mostrando-se como elementos favoritos por parte das figuras paternas. Nos rapazes, concluíram existir uma relação contrária sendo estes os favoritos das mães e sentindo maior rejeição por parte dos pais.

Gomide e Guimarães (citado por Sampaio, 2007; 2008) em outro estudo, compararam os valores do índice de estilo parental de dois grupos de adolescentes (de risco e não risco) provenientes de dois meios escolares (público e privado) no que respeita ao género tendo os resultados demonstrado que, no que respeita às práticas educativas maternas, as raparigas oriundas de um meio escolar público, atribuíam às suas mães maior nível de negligência que os rapazes do mesmo meio. Em relação às raparigas oriundas de um meio escolar privado, estas atribuíam às figuras maternas um maior índice de punição inconsistente do que os rapazes. No que diz respeito à perceção sobre as práticas educativas parentais, as raparigas em geral, consideraram os pais com um maior nível de punição inconsistente comparativamente aos rapazes.

Para Sulloway (citado por Sampaio & Vieira, 2010) tanto o sexo como a ordem de nascimento constituem-se os dois principais fatores que influenciam o comportamento parental e a competição entre irmãos. O mesmo autor refere que a ordem de nascimento pode revelar informações sobre a equidade dos progenitores e sobre a fratria na qual o sujeito se insere.

No que diz respeito à variável número de irmãos, Furman e Lanthier (citado por Trenas, 2008) afirmam que em agregados familiares constituídos por muitos filhos, os pais tendem a estabelecer medidas disciplinares mais dominantes e rígidas, correspondendo ao estilo parental autoritário. Em contrapartida, nas famílias de pequenas dimensões, ambos os pais apresentam-se como menos restritivos e promotores de uma maior autonomia e de uma maior independência dos filhos. A literatura sugere que à medida que o número de filhos aumenta, aumenta também a utilização de práticas punitivas pelos pais e diminui a utilização de práticas de suporte.

Relativamente à ordem de nascimento, esta pode ser designada como sendo a posição ordinal de um filho na sequência de nascimentos dentro de um núcleo familiar (Bee, citado por Sampaio, 2007). Embora os primeiros estudos a tenham considerado um fator de pouca relevância na observação das interações familiares, a verdade é que foi através de Frank Sulloway e da sua obra “Born to Rebel” que se atribuiu à ordem de nascimento, grande pertinência no que diz respeito à sua influência na relação fraternal, às interações entre pais e filhos e à formação da personalidade. O mesmo autor considera que

esta variável constitui um elemento determinante na competição entre irmãos e ainda um elemento relevante que contribui para a formação da personalidade.

A percepção da preferência parental dos filhos também se mostra pertinente no que diz respeito ao estudo das práticas educativas parentais, versando este tema sobre o tratamento parental diferenciado, isto é, sobre os modos específicos dos progenitores lidarem com os filhos e que mostram variações de um para outro. (Sampaio, 2008). Por sua vez, a percepção da preferência parental refere-se à “opinião dos filhos sobre a existência ou não de preferência dos pais por algum filho em especial, podendo ser ele mesmo ou um(a) irmã(o)” (Sampaio & Vieira, 2010, p.200). Assim, num estudo desenvolvido por Kupperfish (citado por Sampaio & Vieira, 2010) concluíram que aproximadamente 50% dos participantes revelaram haver preferência parental por algum filho tendo em conta que 37.6% deles afirmaram serem eles próprios os favoritos, contra 12.2% que se julgaram desfavorecidos, havendo uma correspondência entre a percepção da preferência para mães e pais.

Para Lucchetti (citado por Sampaio & Vieira, 2010), um dos fatores mais salientes na percepção da preferência parental em díades de irmãos diz respeito ao modo de comunicação que as figuras parentais estabelecem com os filhos. Desta forma, quando um filho se apercebe que os seus pais comunicam melhor com um e não com o outro, este tende a julgar que a preferência parental existe.

Fernandes (2002) e Shebloski et al. (citado por Sampaio, 2008), ainda nesta linha de pensamento, afirmam que são os primogénitos os que mais percebem a existência de diferenças quanto ao tratamento parental diferenciado visto que estes fizeram uma avaliação mais acurada do funcionamento familiar, incluindo diferenças no tratamento parental que se mostraram imperceptíveis ou desconsideráveis para os irmãos, comparativamente aos sujeitos mais novos e que ocupavam outra posições na fratria.

Segundo Fernandes (2002), a temática relacionada com a interação entre irmãos e o tratamento parental têm sido objeto de estudo nos últimos anos, sendo-lhe atribuída alguma relevância no que respeita à variabilidade entre os irmãos. Para a autora, as relações dentro da fratria são “experiências diferenciadas” e por isso, são vividas de modo diferente pelos irmãos.

A respeito das possíveis “preferências” dos pais por algum filho em específico, Shebloski et al. (citado por Sampaio, 2007; 2008) sugerem que existe uma grande pretensão dos pais em investir de modo igualitário nos filhos. Contudo estes mesmos autores afirmam que é exatamente esta tentativa “igualitária” denominada *equity heuristic* que se

torna responsável por gerar uma desigualdade respeitante ao investimento filial. A tentativa dos pais serem igualitários para com os filhos, torna-se uma tarefa impossível quando existem três ou mais filhos na família.

Fernandes (2002) coloca a questão de saber se o tratamento diferenciado dos pais, é a causa ou o efeito das diferenças existentes entre os irmãos, ao que complementa afirmando, que existe uma intrincada relação entre as características dos filhos e o comportamento parental em relação a estes, sendo difícil estabelecer-se uma relação de causa-efeito entre estes dois aspetos. Deste modo, quando se quer estudar o tratamento parental, há que recorrer ao modelo complexo do desenvolvimento humano proposto por Brofenbrenner, que permite considerar que numa mesma família, os mesmos processos possam ter diferentes implicações para cada um dos filhos tendo em conta que estes apresentam diferentes características e por viverem de modo distinto, o mesmo contexto familiar.

Para Hertwig et al. (citado por Sampaio, 2008) a existência de apenas um único filho na família faz com que este receba todo o investimento dos pais. Ao aumentar para dois o número de filhos, a soma total do investimento será a mesma para ambos embora o momento em que o investimento acontece, varie. Os pais são mais sensíveis e próximos ao primeiro filho e apresentam expectativas mais elevadas, comparativamente à relação desenvolvida com os outros filhos. O Primogénito, é aquele que recebe assim, mais investimento parental pelo menos nos anos que antecedem o nascimento de um segundo irmão. Este por sua vez, recebe mais investimento parental quando o irmão já é mais velho e não requer tanto dos pais. O filho do meio, em nenhum momento dispõe de uma oportunidade de ser o “único” a receber o investimento tendo em conta que terá sempre de dividi-lo com o irmão mais velho ou o mais novo. Para os autores acima mencionados, a distribuição igualitária no que respeita ao investimento parental depende da duração do período de crescimento e do intervalo entre os nascimentos, de modo que, quanto maiores forem estes fatores, menos prejudiciais serão para o(s) filho(s) do meio. Já o tamanho da fratria (número de irmãos) surge como um elemento prejudicial a estes sujeitos, caso se trate de uma fratria de grande dimensão sendo o investimento parental menor.

Segundo Hertwig, Davis e Sulloway (2002), o investimento parental depende não só das condições financeiras da família como também da ordem de nascimento dos filhos. Tanto o sexo como a ordem de nascimento, foram ao longo da história, fatores determinantes sobre vários aspetos culturais e sociais, influenciando por exemplo, quem vivia, quem morria, quem podia encontrar um parceiro para reproduzir e quem não o podia

fazer, ou até quem tinha ou não acesso ao poder político (Sulloway, citado por Sampaio, 2008). Para este autor, em tempos passados, os primogénitos eram alvo de maior investimento parental como forma de garantir que pelo menos um da prole perpetuasse a linhagem familiar. Keller e Zach (2002) sugerem que atualmente este mesmo investimento parental mantém-se em termos de estimulação, interação, consistência e comunicação entre pais-filhos. Algumas comunidades tradicionais demonstram também esta preferência pelos primogénitos atribuindo-lhes maior estatuto social.

Para Furman e Lanthier (2002), quando se dá o nascimento de um segundo filho, toda a dinâmica familiar altera-se. As práticas parentais utilizadas para a educação de um único filho podem necessitar de serem modificadas em função do nascimento do segundo ou de outros mais filhos. Contudo, os estudos empíricos indicam que os pais tendem a tratar os filhos nascidos em último lugar diferentemente dos primogénitos ou dos filhos únicos. Para estes autores, os primogénitos recebem mais atenção e maiores cuidados do que os seus irmãos que nasçam depois deste. Grande parte dos estudos empíricos confirma este mesmo facto, afirmando ser o primogénito, especialmente se for do sexo masculino, quem detém o maior investimento parental (Sampaio, 2007).

Num estudo desenvolvido por Sampaio (2008) em relação à influência da ordem de nascimento sobre as práticas educativas parentais, os resultados demonstraram que em relação à mãe, as primogénitas relataram sofrer mais punição inconsistente e abuso físico do que as irmãs mais novas. Por parte do pai, estas também se diferenciaram das irmãs do meio por sofrerem mais punição inconsistente e das irmãs mais novas pelo abuso físico. No que diz respeito aos rapazes, estes relataram haver diferenças apenas em relação ao abuso físico, sendo que os primogénitos alegaram apanhar mais do que os irmãos do meio. Em relação à Monitoria Negativa, são as raparigas que ocupam a posição de “Irmão mais velho” que alegam sofrerem os efeitos desta prática educativa negativa, por parte dos pais, como por exemplo devido à falta de liberdade ou maiores restrições em certas atividades.

McHale et al. (citado por Freitas, 2008) ao estudarem a congruência do tratamento diferencial entre pais e mães com dois ou mais filhos, chegaram aos seguintes resultados: em 97 famílias (equivalente a 88% da amostra), ambos os pais referiram favorecer o segundo filho ou tratar ambos de igual forma, em 24 famílias, o filho mais novo era tratado de forma mais afetuosa em comparação com o outro irmão mais velho, e, apenas duas famílias afirmaram favorecer o primogénito. Opiniões divergentes foram verificadas em 5% dos casos tendo em conta que pai e mãe afirmavam favorecer filhos diferentes. No que

diz respeito às práticas parentais, aproximadamente 63% dos pais referiram utilizar o mesmo parental para ambos os filhos independentemente da idade.

No que diz respeito aos filhos únicos, estes representam um grupo distinto no que respeita à ordem de nascimento e ao próprio tamanho da família. O facto de não possuírem irmãos faz com que estes apresentem um comportamento semelhante aos primogénitos nomeadamente no que respeita ao investimento parental sendo o alvo principal das atenções parentais (Freitas, 2008).

Assim, de um modo geral, Dunn, Plomin e Daniels (citado por Freitas, 2008), apontam que para além do sexo/género e da ordem de nascimento, também o número de irmãos, a própria personalidade da criança assim como o seu momento evolutivo, constituem fatores muito importantes que fazem com que as práticas parentais variem em função das diferentes necessidades próprias atendendo à idade de cada filho. Além disso, Brody (citado por Freitas, 2008) acrescenta que as próprias experiências parentais com o filho primogénito irão influenciar tanto as expectativas como as práticas educativas parentais para com os filhos subsequentes.

Parte II

Estudo Empírico

Capítulo 3 - Metodologia

Na segunda parte deste trabalho será feita a apresentação do estudo empírico realizado. Deste modo, inicia-se este capítulo com a exposição dos objetivos e das hipóteses do estudo. Seguidamente proceder-se-á à caracterização da amostra, à apresentação do instrumento de avaliação utilizado e por fim, a descrição dos procedimentos do estudo.

1. Objetivos de investigação

Tendo em conta a temática abordada, a presente investigação tem como objetivo geral verificar a perceção das práticas educativas parentais do ponto de vista dos pais e dos filhos, se estas se modificam em função do sexo dos filhos e da posição que estes mesmos ocupam na fratria. Em termos de objetivos específicos, pretende-se com este estudo:

- a) compreender se existem ou não diferenças nas práticas educativas parentais utilizadas pelos pais no que concerne ao sexo (feminino e masculino) e à sequência do nascimento dos filhos (primogénito, filho do meio, filho mais novo e filho único);
- b) verificar se existe preferência parental tendo em conta a ordem de nascimento dos filhos (primogénito, filho do meio, filho mais novo e filho único);
- c) verificar se as características pessoais dos pais (habilitações escolares, sexo dos pais) influenciam as suas perceções acerca das suas atitudes parentais;
- d) verificar se o sexo dos alunos influencia as suas perceções acerca das práticas parentais;
- e) verificar se a ordem de nascimento dos alunos influencia as suas perceções acerca das práticas parentais.

Para Almeida e Freire (2008), perante a enumeração de um determinado problema, devem ser definidas as “relações que parecem mais plausíveis a fim de poderem ser contestadas” (p.43). Assim, designam-se por hipóteses, as explicações ou soluções mais plausíveis de um problema. Tendo em conta a literatura apresentada, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 - As práticas educativa parentais são diferentes consoante o sexo dos filhos (Brás, 2008; Fernandes, 2002; Trenas, 2008; Vieira, 2006);

Hipótese 2 - As práticas educativas parentais são diferentes consoante a ordem de nascimento dos filhos (Sampaio, 2007; Sampaio & Vieira, 2010);

Hipótese 3 – Existem diferenças nos Estilos Parentais de acordo com as habilitações escolares dos pais (Cruz, 2005);

Hipótese 4 - Os filhos mais velhos indicam que existe preferência parental por um filho em detrimento de outro (Sampaio, 2007);

Hipótese 5 - Existem diferenças na prática educativa referente à monitoria negativa consoante a posição dos filhos na fratria (Sampaio, 2007);

Hipótese 6 - Existem diferenças nas práticas de monitoria negativa consoante o sexo dos filhos (Sampaio, 2007);

Tendo em conta os objetivos propostos, optou-se por utilizar uma abordagem quantitativa que permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos ou atitudes num determinado universo, através de uma amostra que o represente estatisticamente (Denzin & Lincoln, 2005). Esta abordagem tem como principais características: a utilização da teoria para o desenvolvimento das hipóteses e das variáveis da pesquisa, a análise das relações entre as variáveis através do recurso aos métodos experimentais e a utilização de instrumentos estatísticos e da linguagem matemática para a análise dos dados. Os estudos quantitativos para além de atenderem a critérios de cientificidade como a validade, confiabilidade, generalização e transferibilidade dos resultados, devem também utilizar cuidadosamente a linguagem matemática, devendo esta, estar adequada ao objeto de estudo, de modo a descrever bem o fenómeno em questão (Günther, 2006).

Para o estudo em questão, recorreu-se também a um tipo de estudo descritivo que procura registar, analisar, classificar e interpretar determinados factos ou fenómenos (Lakatos & Marconi, 2005), mas também, a um tipo de estudo correlacional, em que a investigação é conduzida com o intuito de testar as hipóteses pré-formuladas pelo investigador, estabelecendo-se relações entre as variáveis do fenómeno em estudo (Almeida & Freire, 2008). Assim, pretende-se descrever e medir diversos aspetos das práticas parentais e relacionar as variáveis subjacentes entre si e com o tema em geral.

No que diz respeito à técnica de investigação utilizada no presente estudo, recorreu-se ao inquérito por questionário. Esta técnica de recolha de informação é constituída por uma série estruturada e pré-definida de questões (abertas, fechadas ou semiabertas/semifechadas), dirigidas a um conjunto de indivíduos (inquiridos) (Almeida & Pinto, 1995).

2. Amostra

Uma das etapas de grande importância no delineamento de uma investigação diz respeito à amostragem que irá determinar a validade dos dados obtidos. Qualquer investigação que respeite o rigor científico deve seguir um plano de amostragem onde constam os indivíduos a pesquisar (unidade de amostragem), o número de sujeitos que participarão do estudo (tamanho da amostra) e ainda as técnicas de seleção desses sujeitos (procedimento da amostragem) (Ribeiro, 1999).

Importa então, clarificar alguns conceitos referentes à amostragem. Segundo Almeida e Freire (2008), designa-se universo ou população, o conjunto de sujeitos, casos ou observações passíveis de serem reunidas como obedecendo a determinada característica (p.113). Um outro conceito, a amostra, designa o subgrupo da população (ou universo) selecionado para obter informações relativas às características dessa população (Miaoulis & Michener, citado por Ribeiro, 1999). Dadas as limitações de trabalhar com toda uma população em que o número de sujeitos é muito extenso, mas também por razões de tempo, dinheiro ou acessibilidade, torna-se essencial recorrer a amostra dessa mesma população. Tal como afirma Miranda (citado por Almeida & Freire, 2008) é humanamente impossível considerar na investigação todos os indivíduos.

Para o presente estudo, utilizou-se uma amostra não-probabilística e intencional, uma vez que houve uma escolha deliberada dos elementos da população que constituirão a amostra (Ribeiro, 1999), neste caso, os alunos das turmas de 9º ano da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos. Inicialmente, ponderou-se a ideia de alargar este mesmo estudo a outros meios escolares da região de modo a obter-se uma maior representação estatística da população. No entanto, devido a questões de indisponibilidade temporal não foi possível aplicar este mesmo estudo da forma pretendida pelo que, a utilização da amostra baseou-se não só na disponibilidade da escola como no tempo disponível para a realização do estudo.

Assim, no que concerne à escola objeto de estudo, o mesmo foi realizado na Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos, situada no Concelho de Câmara de Lobos. Este estabelecimento de ensino funciona no âmbito do ensino público, é frequentado por 1139 alunos, distribuídos por 39 turmas, 17 de 2º ciclo e 22 de 3º ciclo, provenientes maioritariamente de duas freguesias deste concelho: Jardim da Serra e Estreito de Câmara de Lobos. Socialmente, a escola encontra-se integrada num meio

culturalmente desfavorecido marcado sobretudo pela baixa escolaridade relativamente aos encarregados de educação dos alunos.

De um modo geral, a amostra utilizada nesta investigação engloba os alunos do 9º ano de escolaridade e os pais destes mesmos alunos. Como se pode observar no quadro 1, o grupo dos alunos é constituído por uma totalidade de 145 sujeitos de ambos os sexos distribuídos por seis turmas de 9º, sendo a média de alunos por turma de 24.1. Este grupo em específico corresponde a 37.7 % da amostra total utilizada. No que diz respeito ao grupo dos pais dos alunos, este é composto por uma totalidade de 240 sujeitos de ambos os sexos, correspondendo a 62.3 % da amostra total utilizada no estudo.

Quadro 1
Distribuição da amostra – alunos e pais dos alunos das turmas de 9º ano

Turmas de 9º ano	Alunos		Pai		Mãe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
A	25	17.2	25	21.2	25	20.4	50	20.8
B	22	15.1	22	18.7	22	18.1	44	18.4
C	24	16.6	23	19.4	24	19.7	47	19.6
D	24	16.6	17	14.4	17	13.9	34	14.1
E	24	16.6	14	11.9	16	13.2	30	12.5
F	26	17.9	17	14.4	18	14.7	35	14.6
Total	145	100.0	118	100.0	122	100.0	240	100.0

Como se pode observar no quadro 1, verifica-se que as turmas cujas maiores representações do total de pais da amostra utilizada correspondem às turmas A (n=50, 20.8%), C (n=47, 19.6%) e B (n= 44, 18.4%). No lado oposto, estão as turmas D e E (n=34, 13.8%; n= 30, 12.5%), respetivamente, apresentando os valores de menor representação do total de pais da amostra.

De uma totalidade de 450 questionários (150 para os alunos, 150 para as mães e 150 para os pais) inicialmente entregues nesta escola, foram devolvidos 145 relativos aos alunos, 122 referentes às mães e 118 referentes aos pais dos alunos, perfazendo uma totalidade de 385 inquiridos respondidos (85.6%).

Tendo em conta os dois grupos distintos que compõem a amostra total, procede-se à caracterização sociodemográfica dos mesmos. No que diz respeito ao grupo dos alunos, uma das variáveis sociodemográficas estudadas refere-se à análise do sexo. Assim, no quadro 2, é possível constatar-se que 45.5% (n=66) dos inquiridos pertence ao sexo masculino, enquanto 54.5% (n=79) da amostra corresponde ao sexo feminino.

Quadro 2
Distribuição da amostra - sexo dos alunos

Sexo dos alunos	n	%
Masculino	66	45.5
Feminino	79	54.5
Total	145	100.0

Se tivermos em conta o quadro 3, verifica-se que a amplitude da amostra no que diz respeito à idade apresenta-se entre os 14 e os 17 anos, estando a idade média dos alunos situada nos 15.24 anos. A idade mais representada é a dos 15 anos (n=55, 37.9%), seguindo-se os 14 anos (n=37, 25.5%), depois os 16 anos (n=34, 23.4%) e por último, os 17 anos (n=19, 13.1%).

Quadro 3
Distribuição da amostra - idade dos alunos

Idade dos alunos	n	%
14	37	25.5
15	55	37.9
16	34	23.4
17	19	13.1
Total	145	100.0

Uma outra variável sociodemográfica que interessa saber igualmente diz respeito à constituição do agregado familiar dos alunos. Deste modo, na figura 3, pode-se observar que o agregado familiar dos alunos inquiridos é na sua maioria composto por ambos os progenitores (n=122, 84.1%), por irmãs (n=74, 51.0%) e por irmãos (n=66, 45.6 %).

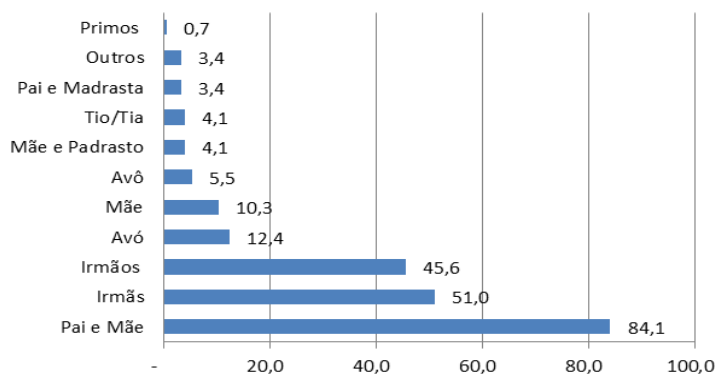


Figura 3. Composição do agregado familiar dos alunos.

De acordo com a amostra total de alunos (n=145), 131 alunos têm irmãos representando 90.3% da amostra e 14 alunos não têm quaisquer irmãos, representando 9.7 % da amostra conforme se pode observar no quadro 4.

Quadro 4

Distribuição da amostra - existência de irmãos

Irmãos	n	%
Não	14	9.7
Sim	131	90.3
Total	145	100.0

Relativamente ao número de irmãos, é possível observar que de uma amostra total de 131 alunos que na alínea anterior responderam afirmativamente em relação à existência de irmãos, constata-se que a grande maioria dos inquiridos (n=108) tem entre 1 a 2 irmãos, representando 82.4% da amostra como se pode ver no quadro 5.

Quadro 5

Distribuição da amostra - número de irmãos por aluno

Número de Irmãos	n	%
1-2 Irmãos	108	82.4
3-4 Irmãos	14	10.6
5-6 Irmãos	6	4.6
7-8 Irmãos	1	0.8
9-10 Irmãos	1	0.8
11-12 Irmãos	1	0.8
Total	131	100.0

Uma outra variável sociodemográfica pertinente para o estudo em questão prende-se com a posição que os alunos inquiridos ocupam dentro da fratria uma vez, que esta se constitui uma variável relevante no que diz respeito ao modo como os progenitores exercem a sua parentalidade (Simões, 2011). Assim, através da análise do quadro 6, é possível observar que 42.0% (n=55) dos alunos inquiridos ocupa a posição de “Irmão mais novo” dentro da sua fratria, seguindo-se da posição de “Irmão mais velho” com uma percentagem de 39.0% (n=51) e por último, a posição de “Irmão do meio” representando 19.0% (n=25) da amostra.

Quadro 6

Distribuição da amostra - posição dos alunos na fratria

Posição na fratria	n	%
Irmão mais velho	51	39.0
Irmão do meio	25	19.0
Irmão mais novo	55	42.0
Total	131	100.0

Uma vez descrita a amostra dos alunos, seguir-se-á uma apresentação do grupo dos pais tendo em conta as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, idade, estado civil,

composição do agregado familiar, número de filhos, habilitações académicas e situação profissional.

Relativamente ao sexo, pode-se observar que 49.1% (n=118) dos pais inquiridos pertence ao sexo masculino, enquanto 50.9% (n=122) dos sujeitos pertence ao sexo feminino, como se pode observar no quadro 7.

Quadro 7
Distribuição da amostra - sexo dos pais dos alunos

Sexo dos pais dos alunos	n	%
Masculino	118	49.1
Feminino	122	50.9
Total	240	100.0

Se tivermos em conta o quadro 8, pode-se verificar que, no que concerne à idade dos pais dos alunos, no caso das mães estas têm idades compreendidas entre os 32 e os 53 registando-se uma média de 34.31 anos. Já no caso dos pais, estes apresentam idades compreendidas entre 36 e os 57 anos de idade, registando-se uma média de 43.86 anos.

Quadro 8
Distribuição da amostra - idades mínima e máxima dos pais

Idades mínimas e máximas dos pais	n	Idade Mínima	Idade Máxima	Média
Idade das Mães	122	32	53	34.31
Idade dos Pais	118	36	57	43.86
Total	240			

No quadro 9, é possível ainda observar que em relação ao intervalo de idades com maior representatividade corresponde ao intervalo entre os 41-50 anos (n=76, 64.4 %) no grupo dos pais, seguindo-se o intervalo de idades entre os 30-40 anos com uma representação de 51.6 % (n=63) no que respeita ao grupo das mães.

Quadro 9
Distribuição da amostra - intervalo de idades dos pais

Idade	Pai		Mãe		Total	
	n	%	n	%	n	%
30- 40 Anos	34	28.8	63	51.6	97	40.4
41-50 Anos	76	64.4	56	46.0	132	55.0
51-60 Anos	8	6.8	3	2.4	11	4.6
Total	118	100.0	122	100.0	240	100.0

Relativamente ao estado civil dos pais dos alunos inquiridos, é possível constatar que a grande maioria dos pais (n=106, 89.8%) e das mães (n=105, 86.0%) insere-se na categoria “Casado”, como é possível observar no quadro 10.

Quadro 10
Distribuição da amostra - estado civil dos pais

Estado Civil	Pai		Mãe		Total	
	n	%	n	%	n	%
Solteiro	1	0.8	2	1.6	3	1.2
Casado	106	89.8	105	86.0	211	88.0
Divorciado	11	9.4	11	9.2	22	9.1
Viúvo	0	0.0	4	3.2	4	1.7
Total	118	100	122	100	247	100

Uma outra variável sociodemográfica referida diz respeito à constituição do agregado familiar dos pais dos alunos inquiridos. Deste modo, na figura 4, é possível observar-se que o agregado familiar dos pais é na sua maioria composto pelo marido/mulher (n=210, 87.5%) e pelos filhos (n=225, 93.8%) correspondendo à tipologia das famílias nucleares.

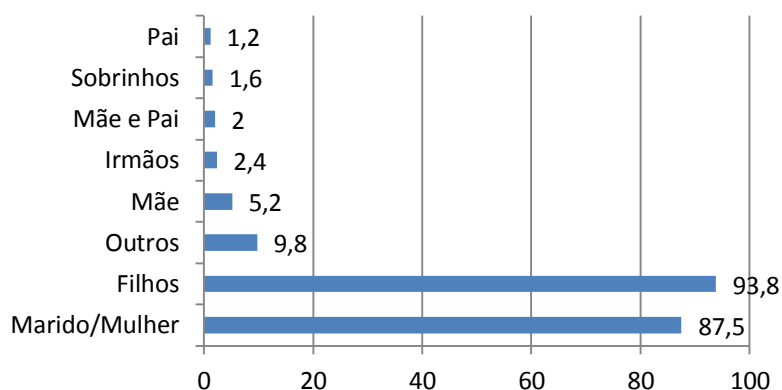


Figura 4. Composição do agregado familiar dos pais dos alunos de 9º ano de escolaridade.

Segundo Simões (2011), o número de filhos constitui uma variável relevante no modo como os pais exercem a sua parentalidade. Assim, no que diz respeito ao número de filhos, pode-se observar que de uma amostra total de 240 inquiridos, 54.2% (n=133) destes possuem entre 1 a 2 filhos, seguindo-se de 39.4% (n=91) da amostra cujo número de filhos situa-se entre os 3 e os 4 filhos. Com uma menor representação estão os pais entre os 9 a 10 filhos (n= 2, 0.8 %) e os pais entre 11 e os 12 filhos (n=2, 0.8%) conforme se pode observar no quadro 11.

Quadro 11

Distribuição da amostra - número de filhos

Número de Filhos	n	%
1-2 Filhos	133	54.2
3-4 Filhos	91	39.4
5-6 Filhos	3	1.2
7-8 Filhos	9	3.7
9-10 Filhos	2	0.8
11-12 Filhos	2	0.8
Total	240	100.0

No que concerne às Habilitações Académicas, existem investigações que estabelecem uma associação positiva entre o nível de escolaridade dos pais e as práticas educativas por estes utilizadas (Cruz, 2005). Deste modo, pode-se observar no quadro 12 que numa amostra total de 240 inquiridos, 53.3% (n=128) dos pais têm como habilitações literárias o 1º Ciclo (1ª à 4ª Classe), seguindo-se do 2º Ciclo (n=54, 22.5%). Nomeadamente em relação às habilitações literárias correspondentes ao Ensino Superior, esta representa apenas 1.2% amostra (n=3).

Quadro 12

Distribuição da amostra - habilitações académicas dos pais dos alunos de 9º ano

Habilitações Académicas dos Pais	Pai		Mãe		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler/nem escrever	4	3.3	2	1.6	6	2.5
1ºCiclo (1ª a 4ª classe)	68	57.7	60	49.3	128	53.3
2º Ciclo (5º ao 6º ano)	24	20.4	30	24.6	54	22.5
3º Ciclo (7º ao 9º ano)	17	14.4	20	16.4	37	15.4
Ensino Secundário (10º ao 12º ano)	4	3.3	8	6.5	12	5.0
Ensino Superior	1	0.9	2	1.6	3	1.3
Total	118	100.0	122	100.0	240	100.0

Relativamente à Classe Sociocultural e, apesar da bibliografia consultada referir continuamente a classe socioeconómica da família, não nos foi possível obter informações no que respeita aos rendimentos da mesma. Deste modo, formulou-se uma variável correspondente à classe sociocultural, que foi avaliada de acordo com a profissão de ambos os pais, segundo a Classificação Nacional de Profissões (2010) ligando-a, posteriormente às habilitações dos mesmos (Morais, 1992). Assim, foi possível estabelecer-se três categorias para esta variável: Classe Sociocultural Alta, Média e Baixa (figura 5).

	Habilitações	Profissões
Classe Sociocultural Baixa	1º Ciclo 2º Ciclo	Trabalhadores não qualificados; Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; Operários, artifices e trabalhadores similares; Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.
Classe Sociocultural Média	3º Ciclo Ensino Secundário Cursos Profissionais	Pessoal dos Serviços e Vendedores; Técnicos e Profissionais de nível intermédio; Pessoal administrativo e similares.
Classe Sociocultural Alta	Licenciatura Mestrado Doutoramento	Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas.

Figura 5. Categorias da classe sociocultural de acordo com a profissão (IEFP, 2010) e o grau de habilitações dos pais (Morais, 1992).

Tendo em conta as características das variáveis acima descritas, procurou-se saber qual a distribuição da amostra. Assim, ao se verificar os dados da figura 6, pode-se constatar que, a classe predominante corresponde à Classe Sociocultural Baixa (n=188, 78.3%), seguindo-se da Classe Sociocultural Média (n=49, 20.5%). A Classe Sociocultural Alta surge como a menos representada da amostra (n=3, 1.2%).

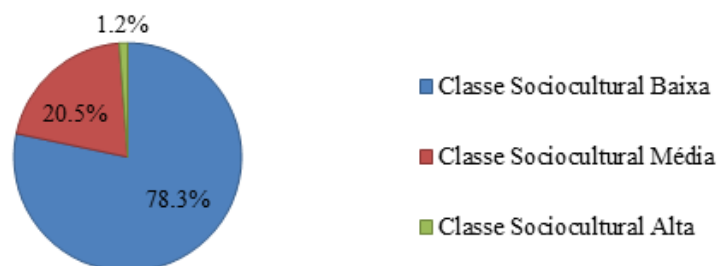


Figura 6. Distribuição da amostra segundo a classe sociocultural dos pais dos alunos de 9º ano de escolaridade.

Síntese da caracterização da amostra: alunos e pais

Terminada a caracterização do grupo pertencente aos alunos de 9º ano de escolaridade, apresenta-se de seguida uma síntese de maneira a estabelecer-se um perfil dos sujeitos da amostra. Deste modo, os 145 alunos inquiridos pertencem na sua maioria ao sexo feminino tendo idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos. No que respeita à composição do seu agregado familiar, grande parte dos inquiridos vive com ambos os pais e com os irmãos, ocupando maioritariamente a posição de “Irmão mais novo”.

Após a caracterização dos 240 inquiridos que constituem o grupo dos pais, é possível determinar um perfil com as seguintes características: os pais dos alunos são de

ambos os sexos e têm idades compreendidas entre os 32 e os 57 anos. A maioria dos sujeitos contempla o estado civil casado e os seus agregados familiares são compostos maioritariamente pela tipologia de família nuclear. Maioritariamente, possuem dois dependentes, têm como habilitações académicas, o 1º Ciclo (1ª a 4ª classe) e inserem-se na categoria baixa relativamente à classe sociocultural.

3. Instrumentos de recolha de dados

Numa etapa posterior à realização da revisão da literatura e à formulação do problema e das respetivas hipóteses, procedeu-se à pesquisa de instrumentos validados que tornassem exequível o estudo em questão. O instrumento adequado para a recolha de dados configurou-se no Inventário de Estilos Parentais (IEP) de Paula Inez Cunha Gomide (2006). Deste modo, entrou-se em contato com a autora de maneira a solicitar-se a devida autorização para a utilização do mesmo.

Utilizou-se ainda uma ficha sociodemográfica como forma de aceder a um conjunto de dados respeitantes aos participantes do estudo para uma melhor caracterização dos mesmos, nomeadamente o sexo, a idade, a composição do agregado familiares e o número de irmãos, no caso do grupo dos alunos (Anexo 1). Já em relação ao grupo dos pais, para além dos dados sociodemográficos anteriormente mencionados, procurou-se recolher também informações acerca do estado civil, do número de filhos, das habilitações académicas e da classe sociocultural dos inquiridos (Anexo 2).

3.1. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

Utilizou-se o Inventário de Estilos Parentais de Paula Gomide (2006) com o intuito de avaliar como se caracterizam as práticas educativas dos pais em relação aos filhos e de avaliar a perceção dos filhos em relação a estas mesmas práticas educativas. Este instrumento encontra-se dividido em três versões:

- a) em que o filho(a) responde em relação ao pai - Práticas Parentais Paternas ;
- b) em que o filho(a) responde em relação à mãe - Práticas Parentais Maternas;
- c) em que os pais respondem sobre as suas próprias práticas parentais adotadas em relação ao filho(a) - Auto-Aplicação .

Cada uma destas versões é composta por 42 itens, cujos participantes devem responder indicando a frequência com que a figura materna ou paterna age tendo conta as várias situações descritas. Estas mesmas respostas são atribuídas e cotadas de acordo com

uma escala de Likert de 3 pontos, em que “Sempre” equivale a dois pontos, “Às vezes”, equivale a um ponto e “Nunca”, equivale a zero pontos.

As questões estão distribuídas pelo Inventário de modo a abrangerem as sete práticas educativas: a) Monitoria Positiva, b) Comportamento Moral, c) Punição Inconsistente, d) Negligência, e) Disciplina Relaxada, f) Monitoria Negativa e g) Abuso Físico sendo que a cada uma das variáveis correspondem seis questões.

Este Inventário fornece um *score* bruto, o índice de estilo parental (*iep*), cujo cálculo é o resultado da subtração da soma das práticas negativas (C+D+E+F+G) da soma das positivas (A+B), ou seja, $iep = (A+B) - (C+D+E+F+G)$. O índice *iep* poderá variar entre os valores +24 e -60, sendo que um resultado positivo é um indicador de uma alta frequência de práticas educativas positivas com pouca ou nenhuma frequência de práticas educativas negativas. Por outro lado, um resultado negativo é um indicador de uma alta frequência de práticas educativas negativas com poucas ou nenhuma práticas educativas positivas (Gomide, 2006).

Os índices de estilo parental (*iep*) devem ser consultados nos quadros normativos, um referente às práticas maternas e outro referente às práticas paternas, em que são apresentados os percentis correspondentes aos valores encontrados. Encontrando-se o valor percentual, regista-se qual o estilo parental predominante. Essa referência é dada por um quadro em que os percentis são agrupados nas seguintes categorias: estilo parental ótimo (80 a 99), regular acima da média (55 a 75), regular abaixo da média (30 a 50), e de risco (1 a 25). Neste estudo foram considerados o valor geral do índice de estilo parental (*iep*) e o valor de cada prática isoladamente para que a análise fosse mais detalhada.

Houve também a necessidade de realizar-se uma adaptação de todas as versões do Inventário ao nível da linguagem, de modo a que este se tornasse válido para a amostra escolhida.

Com o intuito de verificar-se a consistência interna deste mesmo instrumento, calculou-se o Alpha de Cronbach (α), que é um importante indicador estatístico de fidedignidade de um instrumento psicométrico, tendo-se obtido o valor de $\alpha = .944$ que sugere que este instrumento apresenta uma boa consistência interna já que apresenta valores acima dos .70.

4. Procedimentos metodológicos

Uma das etapas anteriores à distribuição dos questionários diz respeito à solicitação dos pedidos de autorização às entidades competentes. Deste modo, para este estudo em

questão, solicitou-se primeiramente a autorização ao Secretário Regional da Educação e Cultura da Região Autónoma da Madeira (Anexo 3) e aos órgãos da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos (Anexo 4) onde seria aplicado o estudo. Após a confirmação das devidas autorizações, procedeu-se ao pedido via eletrónica (email) aos diretores de turma das turmas de 9º ano de escolaridade com o intuito de entregar-se as cartas de pedido de autorização aos encarregados de educação (Anexo 5) e de fazer-se a distribuição dos questionários pelos alunos. Através deste meio de contato procedeu-se à explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos de recolha de dados e procurou-se também saber qual a disponibilidade dos mesmos em conceder um tempo do seu horário para a distribuição das cartas e dos questionários em cada uma das turmas. Por parte de cada um dos diretores de turma, obtiveram-se rápidas respostas, tendo-se agendado o dia, a hora e o local da distribuição dos questionários pelas seis turmas de 9º ano.

Foi utilizado o mesmo procedimento em cada uma das turmas, a aplicação foi coletiva e teve uma duração aproximada de 25 minutos. Os professores responsáveis pelas turmas permaneceram na sala enquanto os alunos preenchiam os questionários, porém, qualquer dúvida era direcionada à investigadora e não ao professor.

A investigadora deslocou-se a cada uma das turmas e começou por explicar aos alunos quais os objetivos do estudo, o procedimento da recolha dos dados e as instruções de preenchimento, assegurando a livre vontade de participação e garantindo a confidencialidade e anonimato dos dados.

A todos os alunos que aceitaram participar no estudo e cujos pais deram a sua permissão, procedeu-se à distribuição dos questionários, cada qual identificado por um código individual permitindo diferenciar a turma e o aluno em questão. A distribuição foi dividida em duas fases: na primeira fase, distribuiu-se os questionários a serem preenchidos pelos alunos no que respeita à perceção destes em relação às práticas parentais de ambos os pais. Para além dos questionários, foi também entregue aos alunos, uma ficha sociodemográfica com o intuito de recolher informações pessoais e familiares, tendo estes sido recolhidos à medida que os alunos terminavam o seu preenchimento.

Devido ao registo de algumas situações em que os alunos referiram não viverem com o seu pai ou com a mãe, deu-se a instrução de que os questionários deveriam ser preenchidos tendo em conta a figura substituta do progenitor em falta, podendo ser, padrasto/madrasta, tio/tia, avó/avô, padrinho/madrinha, entre outros.

À medida que os alunos terminavam o seu preenchimento e entregavam estes mesmos questionários, verificou-se o correto preenchimento do material, de modo que, os

questionários que se encontravam incompletos eram devolvidos para o completamento da informação.

Na segunda fase, foram entregues aos alunos os questionários a serem preenchidos pelos pais dos alunos referentes à sua autopercepção acerca das suas práticas parentais. Juntamente com estes, anexaram-se ainda duas fichas sociodemográficas, uma para a mãe e outra para o pai, com o objetivo de recolher-se informações pessoais e familiares. Após a distribuição dos questionários, deu-se indicações aos alunos relativamente à entrega dos mesmos. Deste modo, os questionários devolvidos seriam entregues aos diretores de turma que, por sua vez, os entregavam à investigadora à medida que iam sendo entregues pelos alunos.

Capítulo 4 - Análise dos resultados

No presente capítulo apresenta-se a análise dos resultados obtidos tendo em conta as hipóteses formuladas inspiradas na revisão da literatura.

Os dados obtidos para o estudo foram analisados com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 20.0). Após a introdução dos mesmos no programa, iniciou-se a análise estatística propriamente dita. Para isso, recorreu-se à estatística descritiva com o intuito de descrever os dados obtidos para cada variável, designadamente as variáveis sociodemográficas e à estatística inferencial por meio da utilização de testes paramétricos e não-paramétricos com o objetivo de explorar a existência de diferenças estatisticamente significativas e de observar as relações entre as variáveis estudadas (Almeida & Freire, 2008).

Para a análise dos dados, considerou-se as práticas educativas e os percentis relacionados ao *iep* (índice de estilo parental) através das respostas dadas por cada filho em relação à mãe e ao pai respostas e pelas respostas dadas por cada um dos pais sobre a sua forma de educar o filho.

No que diz respeito à análise das hipóteses de investigação que nortearam este estudo será elaborada a análise e posterior discussão dos resultados obtidos, considerando cada hipótese individualmente. Antes de se iniciar a análise e discussão propriamente dita, refere-se que por cada uma das hipóteses, as variáveis foram analisadas em termos da homogeneidade, para desse modo, se proceder à realização dos testes estatísticos exigidos à confirmação ou à refutação da hipótese.

Hipótese 1: As práticas educativas parentais na perceção dos pais são diferentes consoante o sexo do filho.

Relativamente à primeira hipótese, a revisão da literatura pressupõe a existência de diferenças significativas entre as mães e os pais relativamente às práticas educativas parentais de acordo com o sexo dos filhos (Brás, 2008; Trenas, 2008; Vieira, 2006). Para a testagem da hipótese, procedeu-se inicialmente à análise da homogeneidade da amostra através do teste de Levene para a totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe e do pai com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Em relação à totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe ($F=2.386$; $p=.125$) e à totalidade do Inventário de Estilos Parentais do pai ($F=1.091$; $p=.298$), ambas as amostras cumpriram os pressupostos da homogeneidade da variância pelo que o teste

utilizado foi o teste paramétrico t de Student cujo objetivo é a análise das diferenças entre dois grupos tendo como base as médias de ambos os grupos (Laureano, 2011).

Quadro 13

Diferenças nas práticas educativas parentais na percepção dos pais de acordo com o sexo dos filhos

	t de Student					
	Inventário de estilos parentais Pai			Inventário de estilos parentais Mãe		
	t	gl	p	t	gl	p
Sexo dos filhos	-1.121	2	.264	-.616	2	.539

De acordo com o quadro 13, é possível observar que para cada inventário o valor de p foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas por cada um dos grupos relativamente ao sexo. Quer isto dizer que no que diz respeito à percepção do pai e à percepção da mãe em relação às suas práticas educativas para os rapazes e para as raparigas, não se verificaram diferenças significativas. Tais resultados vêm contradizer outros resultados apontados pela literatura (Brás, 2008; Trenas, 2008; Vieira, 2006) ao afirmarem que tanto rapazes como raparigas são educados de forma distinta pelos pais.

Fazendo-se um paralelismo com uma das questões presentes na ficha sociodemográfica da família relativamente às percepções dos pais no que diz respeito ao modo como consideram que educam os filhos tendo em conta o sexo dos mesmos, das 122 mães que responderam à questão, a grande maioria ($n=100$, 81.9%) considera o modo como educa os filhos “Igual tanto para rapazes como para raparigas”. Em relação à figura paterna, dos 118 pais que responderam à questão, também a grande maioria ($n=94$; 79.6%) considera o modo como educa os filhos “Igual tanto para rapazes como para raparigas”. Verifica-se então, que tendo em conta as percepções do pai e da mãe sobre o seu modo como educam os filhos tendo em conta o sexo dos mesmos, não existem diferenças relativamente às percepções de ambos os pais. Os resultados obtidos, contradizem também os resultados apresentados pela literatura (Brás, 2008; Trenas, 2008; Vieira, 2006) ao pressuporem a existência de diferenças significativas entre as mães e os pais relativamente às práticas educativas parentais de acordo com o sexo dos filhos

Com o intuito de comparar-se os resultados obtidos relativamente às percepções dos pais sobre as suas práticas educativas tendo em conta o sexo dos filhos, procurou-se saber se as percepções dos filhos sobre as práticas educativas dos pais tendo em conta o sexo dos mesmos, iam ao encontro dos resultados obtidos em relação ao grupo dos pais. Assim, para

a testagem da hipótese, procedeu-se à análise da homogeneidade da amostra através do teste de Levene para a totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe e do pai (segundo a percepção do aluno) com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Em relação à totalidade do Inventário de Estilos Parentais segundo a percepção do aluno sobre as práticas educativas da mãe ($F=.418$; $p=.519$) e à totalidade do Inventário de Estilos Parentais segundo a percepção do aluno sobre as práticas educativas do pai ($F=.445$; $p=.506$), ambas as amostras cumpriram os pressupostos da homogeneidade da variância pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico t de Student cujo objetivo é a análise das diferenças entre dois grupos tendo como base as médias de ambos os grupos (Laureano, 2011).

Quadro 14

Diferenças nas práticas educativas parentais na percepção dos alunos de acordo com o sexo dos mesmos

	t de Student					
	Inventário de estilos parentais Percepção do aluno - Pai			Inventário de estilos parentais Percepção do aluno - Mãe		
	t	gl	p	t	gl	p
Sexo dos filhos	-1.165	143	.246	.453	143	.651

Segundo o quadro 14, é possível observar que para cada inventário o valor de p foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas por cada um dos grupos relativamente ao sexo. Quer isto dizer que no que diz respeito à percepção dos alunos em relação às práticas educativas paternas e em relação às práticas educativas maternas não se verificaram diferenças significativas.

Ao comparar-se os resultados obtidos para o grupo dos pais e para o grupo dos alunos, verificou-se que em nenhum se verificou a existência de diferenças em relação às percepções de ambos os pais e às percepções dos filhos relativamente às práticas educativas tendo em conta o sexo dos filhos.

Hipótese 2: As práticas educativas parentais na percepção dos pais são diferentes consoante a ordem de nascimento dos filhos.

Tendo em conta os estudos empíricos (Sampaio, 2007; Sampaio & Vieira, 2010) existe uma clara distinção na forma como os filhos são educados pelos pais tendo em conta a sua ordem de nascimento. Deste modo, procurou-se saber se existiam diferenças significativas no que respeita às percepções do pai e às percepções da mãe no que respeita às suas práticas educativas de acordo com a posição que o filho ocupa na fratria.

Para a testagem da hipótese, procedeu-se inicialmente à análise da homogeneidade da amostra através do teste de Levene para a totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe e do pai com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos. Relativamente à totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe ($F=2.799$; $p=.042$), a amostra não cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis que tem por objetivo comparar três ou mais distribuições de populações independentes (Laureano, 2011). No que concerne à totalidade do Inventário de Estilos Parentais do pai ($F=.661$; $p=.578$), a amostra cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico ANOVA.

Quadro 15

Diferenças nas práticas educativas parentais na percepção dos pais de acordo com a posição dos filhos na fratria

	ANOVA			Kruskal-Wallis		
	Inventário de estilos parentais Pai			Inventário de estilos parentais Mãe		
	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>	<i>H</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>
Posição na fratria	.735	4	.533	4.055	4	.256

De acordo com o quadro 15, é possível observar-se que para cada inventário, o valor de p foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas por cada um dos grupos relativamente à posição dos filhos na fratria. Quer isto dizer que no que diz respeito à percepção do pai e à percepção da mãe em relação às suas práticas educativas para os filhos únicos, os filhos mais velhos, os filhos do meio e os filhos mais novos, não se verificaram diferenças significativas. Os resultados obtidos vêm contradizer outros resultados apontados pela literatura (Sampaio, 2007; Sampaio & Vieira, 2010) que afirmam existir uma clara distinção na forma como os filhos são educados pelos pais atendendo à sua ordem de nascimento.

Com o intuito de comparar-se os resultados obtidos relativamente às percepções dos pais sobre as suas práticas educativas tendo em conta a posição ocupada na fratria, procurou-se saber se as percepções dos filhos sobre as práticas educativas dos pais tendo em conta a ordem de nascimento dos mesmos, iam ao encontro dos resultados obtidos em relação ao grupo dos pais. Assim, para a testagem da hipótese, procedeu-se à análise da homogeneidade da amostra através do teste de Levene para a totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe e do pai (segundo a percepção do aluno) com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Em relação à totalidade do Inventário de Estilos Parentais segundo a percepção do aluno sobre as práticas educativas da mãe ($F=.548$; $p=.650$), verificou-se que a amostra cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico ANOVA. Relativamente à percepção do aluno relativamente à monitoria negativa por parte do pai ($F=2.183$; $p=.093$), a amostra cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico ANOVA.

Quadro 16

Diferenças nas práticas educativas parentais na percepção dos alunos de acordo com a posição na fratria dos mesmos

	ANOVA					
	Inventário de estilos parentais Percepção do aluno - Mãe			Inventário de estilos parentais Percepção do aluno - Pai		
	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>
Posição na fratria	1.275	3	.511	1.425	3	.238

Conforme se pode observar no quadro 16, é possível observar que para cada inventário o valor de p foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas por cada um dos grupos relativamente à posição ocupada na fratria pelos filhos. Quer isto dizer que no que diz respeito à percepção dos alunos em relação às práticas educativas paternas e em relação às práticas educativas maternas não se verificaram diferenças significativas.

Ao comparar-se os resultados obtidos para o grupo dos pais e para o grupo dos alunos, verificou-se que em nenhum se verificou a existência de diferenças em relação às percepções de ambos os pais e às percepções dos filhos relativamente às práticas educativas tendo em conta a posição ocupada pelos filhos na fratria.

Hipótese 3: Existem diferenças nos Estilos Parentais de acordo com as habilitações escolares dos pais.

No que diz respeito ao nível da escolaridade, Cruz (2005) considera que os pais que apresentam um nível menos elevado de educação geralmente apresentam Estilos Parentais mais baixos, recorrendo a um maior uso de estratégias punitivas, enquanto os pais com um maior nível de educação apresentam Estilos Parentais mais positivos e utilizam frequentemente estratégias disciplinares indutivas. Tendo em conta o presente estudo e o instrumento utilizado, entende-se por Estilos parentais mais elevados, o Estilo Parental regular (acima da média) e o Estilo Parental Ótimo e mais baixos, o Estilo Parental regular (abaixo da média) e o Estilo Parental de risco (Gomide, 2006) e correspondem aos níveis

elevados de educação, o Ensino Secundário e o Ensino Superior. Relativamente aos níveis baixos de educação, estes correspondem ao 1º e ao 2º Ciclo.

Deste modo, interessava-nos primeiramente saber se existiam diferenças significativas relativamente à totalidade dos Estilos Educativos Parentais da mãe e do pai tendo em conta as habilitações académicas dos mesmos. Para a testagem da hipótese procedeu-se inicialmente à análise da homogeneidade da amostra através do teste de Levene, para a totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe e do pai com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Relativamente à totalidade do Inventário de Estilos Parentais da mãe ($F=.732$; $p=.535$) e à totalidade do Inventário de Estilos Parentais do pai ($F=1.387$; $p=.243$), ambas as amostras cumpriram os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico ANOVA.

Quadro 17

Diferenças nos estilos educativos parentais de acordo com as habilitações académicas dos pais

	ANOVA					
	Inventário de estilos parentais Pai			Inventário de estilos parentais Mãe		
	<i>F</i>	gl	<i>p</i>	<i>F</i>	gl	<i>p</i>
Habilitações académicas	18,615	7	.000	15,897	7	.000

Conforme se pode observar no quadro 17, é possível verificar-se que existem diferenças significativas nos Inventários de estilos parentais referentes à mãe e ao pai no que diz respeito à variável “Habilitações académicas”, uma vez que o valor de p foi inferior a .050 ($p=.000$). Como tal, importa saber onde estão as diferenças indicadas.

Quadro 18

Médias e desvios padrão para as diferenças entre o estilo parental da mãe e as habilitações académicas

Habilitações académicas Mãe	n	Média	Desvio-padrão
Não sei ler/ nem escrever	2	18.50	.707
1ª a 4ª classe (1º Ciclo)	60	35.88	17.549
5º ao 6º ano (2º Ciclo)	30	38.30	18.052
7º ao 9º ano (3º Ciclo)	20	35.70	17.936
10º ao 12º ano (Ensino Secundário)	8	41.25	27.175
Ensino Superior	2	21.00	2.828
Não Respondeu	23	.00	.000
Total	145	30.52	21.377

De acordo com os resultados obtidos no quadro 18, é possível verificar-se que as mães cujas habilitações académicas correspondem ao Ensino Secundário ($n=8$), são aquelas que evidenciam estilos parentais mais elevados ($M= 41.25$). No entanto, verifica-se

que as mães cujas habilitações académicas correspondem ao Ensino Superior (n=2), não revelam estilos parentais mais elevados ($M=21.00$).

Verificou-se ainda que as mães com níveis mais baixos de escolaridade, 1º Ciclo (n=60; $M=35.88$) e 2º Ciclo (n=30; $M=38.30$), apresentaram estilos parentais mais elevados relativamente às mães com habilitações académicas correspondentes ao Ensino Superior (n=2; $M=21.00$). Tais resultados podem ser justificados devido ao tamanho da amostra tendo em conta que, das 122 mães inquiridas, 60 destas possuem como habilitações académicas o 1º Ciclo, enquanto apenas duas das inquiridas, possuem como habilitações académicas o Ensino Superior. Deste modo, refuta-se a hipótese visto que os resultados obtidos por parte da mãe, não vão ao encontro da literatura (Cruz, 2005).

Tendo em conta que em relação ao pai, também se verificaram diferenças significativas, importa saber onde estão as diferenças indicadas.

Quadro 19

Médias e desvios padrão para as diferenças entre o estilo parental do pai e as habilitações académicas

Habilitações académicas Pai	n	Média	Desvio-padrão
Não sei ler/ nem escrever	4	42.75	35.264
1ª a 4ª classe (1º Ciclo)	68	33.90	17.545
5º ao 6º ano (2º Ciclo)	24	29.67	11.103
7º ao 9º ano (3º Ciclo)	17	34.06	14.554
10º ao 12º ano (Ensino Secundário)	4	47.75	28.135
Ensino Superior	1	20.00	.
Não Respondeu	27	.00	.000
Total	145	27.43	20.349

De acordo com os resultados obtidos no quadro 19, é possível verificar-se que os pais cujas habilitações académicas correspondem ao Ensino Secundário (n=4), são aqueles que evidenciam estilos parentais mais elevados ($M= 47.75$). Já em relação aos pais cujas habilitações académicas correspondem ao Ensino Superior (n=1), estes não revelam estilos parentais mais elevados ($M=20.00$).

Mais se verificou que os pais com níveis mais baixos de escolaridade nomeadamente com o 1º Ciclo (n=68; $m=33.98$) e com o 2º Ciclo ($M=38.30$), apresentaram estilos parentais mais elevados relativamente aos pais com habilitações académicas ao nível do Ensino Superior (n=1; $M=20.00$). Outro dado relevante, relaciona-se com os pais que não apresentam nenhuma habilitação académica (não sabem ler, nem escrever) (n=4; $M=42.75$) visto que apresentaram estilos parentais mais elevados relativamente aos pais com habilitações académicas ao nível do Ensino Superior (n=1; $M=20.00$). Quer isto dizer,

que no que se refere ao pai, os resultados obtidos refutam completamente a hipótese colocada tendo em conta que são opostos ao que a literatura apresenta (Cruz, 2005).

Hipótese 4: Há associação entre a posição ocupada na fratria e a preferência parental por um filho por parte da mãe e do pai

Segundo Shebloski et al. (citado por Sampaio, 2008), quando um filho se apercebe que os seus pais comunicam melhor com um e não com o outro, este tende a julgar que a preferência parental existe. Num dos seus estudos empíricos, estes autores afirmam que os primogénitos foram os que mais perceberam existir diferenças quanto ao tratamento parental diferenciado visto que estes fizeram uma avaliação mais acurada do funcionamento familiar, incluindo diferenças no tratamento parental que se mostraram imperceptíveis ou desconsideráveis para os irmãos. Tendo em conta estas afirmações, interessava-nos saber se, por parte dos alunos cuja posição ocupada na fratria corresponde ao “Irmão mais velho”, estes indicam a preferência por parte dos pais de um filho em detrimento de outro.

Para a testagem da hipótese, e uma vez que se pretende analisar a associação entre as variáveis “Posição na fratria” e “Preferência parental”, recorreu-se ao teste Chi-Square que se aplica quando se visa testar a associação existente entre duas variáveis qualitativas (Laureano, 2011).

Quadro 20

Existência de associação entre a posição ocupada na fratria e a preferência parental tendo em conta a percepção dos alunos

	Chi-Square					
	Pai			Mãe		
	χ^2	gl	p	χ^2	gl	p
Preferência Parental	39.686	2	.000	14.274	2	.003

Ao observar-se o quadro 20, verifica-se que, tendo em conta a percepção dos alunos relativamente à preferência parental por parte da figura paterna ($\chi^2=39.686$; $p=.000$) e à preferência parental por parte da figura materna ($\chi^2=14.274$; $p=.003$), os resultados evidenciam a existência de uma associação entre as variáveis “Posição ocupada na fratria” e a “ Preferência parental” tendo em conta o valor de p é inferior a .050 para o pai e para a mãe. Atendendo a estes resultados, importa analisar as diferenças encontradas.

Quadro 21

Associação entre as variáveis “Posição na fratria” e a “Percepção da preferência parental”

Posição na fratria	Percepção da preferência parental					
	Mãe			Pai		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Filho Único	3	11	14	0	12	12
Irmão mais velho	35	16	51	39	14	53
Irmão do meio	16	9	25	20	5	25
Irmão mais novo	41	14	55	45	10	55
Total	95	50	145	104	41	145

Tendo em conta o quadro 21, no que diz respeito à preferência parental por parte da mãe tendo em conta a percepção dos alunos, verifica-se serem os alunos que ocupam a posição na fratria correspondente ao “Irmão mais velho”, a apontarem a existência da preferência parental por um filho em detrimento de outro, tendo em conta que, numa amostra de 50 alunos a afirmarem a existência da preferência parental por parte da mãe, 16 deles correspondiam aos filhos mais velhos. Relativamente à preferência parental por parte do pai tendo em conta a percepção dos alunos o mesmo se verificou, visto serem também os alunos que ocupam a posição na fratria correspondente ao “Irmão mais velho”, a apontarem a existência da preferência parental por um filho em detrimento de outro, tendo em conta que numa amostra de 41 alunos a afirmarem a existência da preferência parental por parte da mãe, 14 deles correspondiam aos filhos mais velhos. Deste modo e tendo em conta a literatura (Shebloski et al., citado por Sampaio, 2008) confirmou-se esta mesma hipótese.

Hipótese 5: Existem diferenças na prática educativa referente à monitoria negativa consoante a posição dos filhos na fratria.

Sampaio (2007) afirma que os filhos que ocupam a posição de “Filho mais velho” na fratria são os que indicam sofrer mais monitoria negativa por parte da mãe e do pai. Tendo em conta esta afirmação, interessava-nos saber se relativamente a esta prática educativa negativa, são os filhos mais velhos que reportam sofrer mais monitoria negativa por parte dos pais. Para se proceder à testagem da hipótese, averiguou-se a homogeneidade da amostra utilizando-se para tal o teste de Levene com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Tendo em conta as percepções do aluno relativamente à monitoria negativa por parte da mãe ($F=2.804$; $p=.042$), verificou-se que a amostra não cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. Relativamente à percepção do aluno relativamente à monitoria negativa por parte do pai

($F=2.183$; $p=.093$), a amostra cumpriu os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste paramétrico ANOVA.

Quadro 22

Diferenças na monitoria negativa de acordo com a posição dos filhos na fratria

	ANOVA			Kruskal-Wallis		
	Monitoria Negativa Pai			Monitoria Negativa Mãe		
	<i>F</i>	gl	<i>p</i>	<i>H</i>	gl	<i>p</i>
Posição na fratria	.658	4	.579	.846	4	.838

De acordo com o quadro 22, é possível observar que em cada um dos testes realizados, o valor p foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas pelos alunos para cada um dos grupos relativamente à posição dos filhos na fratria. Quer isto dizer que, no que diz respeito à perceção dos filhos em relação à prática da monitoria negativa por parte do pai e por parte da mãe atendendo à posição ocupada na fratria pelos filhos, não se verificaram diferenças significativas. Os resultados encontrados neste estudo, contradizem assim, os resultados encontrados em outro estudo empírico (Sampaio, 2007) ao afirmar que os filhos que ocupam a posição de “Filho mais velho” na fratria são os que indicam sofrer mais monitoria negativa por parte da mãe e do pai.

Hipótese 6: Existem diferenças nas práticas de monitoria negativa consoante o sexo dos filhos

Sampaio (2007) afirma que os filhos pertencentes ao sexo feminino são os que indicam sofrer mais monitoria negativa por parte da mãe e do pai. Tendo em conta esta afirmação, interessava-nos saber se relativamente a esta prática educativa negativa, são os filhos pertencentes ao sexo feminino que reportam sofrer mais monitoria negativa por parte dos pais. Para se proceder à testagem da hipótese, averiguou-se a homogeneidade da amostra utilizando-se para tal o teste de Levene com o intuito de verificar-se se utilizaríamos os testes paramétricos ou não-paramétricos.

Tendo em conta as perceções do aluno relativamente à monitoria negativa por parte da mãe ($F=18.357$; $p=.000$) e a perceção do aluno relativamente à monitoria negativa por parte do pai ($F=17.082$; $p=.000$), verificou-se ambas as amostras não cumpriam os pressupostos da homogeneidade pelo que o teste utilizado foi o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis.

Quadro 23

Diferenças na monitoria negativa de acordo com o sexo dos filhos

	Kruskal-Wallis					
	Monitoria Negativa Pai			Monitoria Negativa Mãe		
	<i>H</i>	gl	<i>p</i>	<i>H</i>	gl	<i>p</i>
Sexo dos filhos	.428	2	.513	1.260	2	.262

De acordo com o quadro 23, é possível observar que em cada um dos testes realizados, o valor *p* foi superior a .050, o que significa que não existem diferenças significativas entre as respostas dadas pelos alunos para cada um dos grupos relativamente ao sexo dos filhos. Quer isto dizer que, no que diz respeito à percepção dos filhos em relação à prática da monitoria negativa por parte do pai e por parte da mãe atendendo ao sexo dos mesmos, não se verificaram diferenças significativas. Os resultados encontrados neste estudo, contradizem assim, os resultados encontrados em outro estudo empírico (Sampaio, 2007) ao afirmar que os filhos pertencentes ao sexo feminino são os que indicam sofrer mais monitoria negativa por parte da mãe e do pai.

Parte II

Conclusões

Conclusões

Os estudos científicos que têm vindo a ser realizados um pouco por todo o mundo evidenciam a importância que o estudo da família, mais especificamente, as interações entre pais e filhos, apresentam para as diversas áreas do saber, particularmente a Psicologia.

Ao longo dos tempos, tem-se assistido a constantes mudanças que ocorrem de um modo quase simultâneo no meio onde estamos inseridos. Obviamente, estas mudanças apresentam repercussões que se estendem de um modo transversal a todos os elementos da sociedade. Estes por sua vez, têm de se adaptar a estas mesmas mudanças e por vezes, fazem com que a própria realidade que conhecem, se transforme. Uma destas realidades é com certeza o núcleo familiar que ao longo dos séculos tem sofrido alterações não só na sua estrutura como na sua organização. Com vista à sua melhor compreensão, pode-se adotar um olhar mais macro, onde se avalia o contexto sociocultural onde esta se insere como a cultura, a política, a economia, as crenças ou até os valores que possam exercer influência sobre o seu funcionamento, ou então, adotar-se um olhar mais micro, onde se considera o modo como a família se organiza tendo em conta a sua estrutura familiar, mais particularmente, o seu tamanho, a sua composição, as características pessoais dos elementos da família ou até outro tipo de variáveis como o sexo, a idade ou a ordem de nascimento dos filhos.

Dentro do núcleo familiar, tem-se assistido a uma outra grande transformação respeitante à parentalidade que, à semelhança da família, é o resultado da evolução que se deu ao longo dos tempos à medida que se foram efetuando modificações nas próprias interações entre pais e filhos. De facto, os vários estudos empíricos têm contribuído para um gradual questionamento no que diz respeito ao papel dos pais na educação dos filhos, contudo, existem ainda alguns aspetos relacionais que carecem ainda de entendimento. Tendo em conta este pressuposto, o presente estudo pretendeu ser mais um contributo para a compreensão desta temática do ponto de vista da Psicologia.

A realização deste estudo tinha como objetivo principal verificar quais são as perceções de pais e filhos relativamente às práticas educativas parentais, atendendo ao sexo e à ordem de nascimento dos filhos. Como tal, a amostra foi dividida em dois grupos (pais e filhos). O grupo dos pais era constituído por uma totalidade de 240 pais, de ambos os sexos (sexo feminino=50.9%; sexo masculino=49.1%) e cujas idades estavam compreendidas entre os 32 e os 57 anos de idade.

A grande maioria dos inquiridos insere-se na categoria “Casado” (88%) relativamente ao seu estado civil e possuem como habilitações literárias, o 1º Ciclo (53.3%). No que concerne ao número de filhos, 54.2% da amostra possui entre um a dois filhos. Já relação ao agregado familiar dos pais, este é na sua maioria composto pelos pais (87.5%) e pelos filhos (93.8%) correspondendo à tipologia da família nuclear.

Relativamente ao grupo dos alunos, este era constituído por uma totalidade de 145 alunos divididos por seis turmas de 9º ano de escolaridade, de ambos os sexos (sexo feminino=54.5% ; sexo masculino= 45.5%), com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos de idade. Em relação ao agregado familiar dos alunos inquiridos, este é na sua maioria composto por ambos os pais (84.1%), por irmãs (51.0%) e por irmãos (45.6 %). No que concerne aos irmãos, 90.3% dos inquiridos revela a existência dos mesmos, sendo que na sua maioria, o número corresponde entre um a dois irmãos (82.4%), sendo que 42 % dos alunos inquiridos ocupa a posição de “Irmão mais novo” na fratria.

Relativamente às hipóteses de investigação, foram formuladas seis hipóteses, tendo-se como base a revisão da literatura.

Começando pela primeira hipótese, a literatura mencionava que, do ponto de vista dos pais, as práticas educativas parentais diferiam consoante o sexo dos filhos, ou seja, tanto rapazes como raparigas são educados através de um padrão distinto de educação pelos pais (Brás, 2008; Trenas, 2008; Vieira, 2006). Ao realizar-se a testagem da hipótese, os resultados apresentam-se contraditórios aos encontrados na literatura ao afirmarem que, na perceção dos pais, não existiam diferenças significativas. Quisemos ainda, comparar a perceção dos filhos com as perceções dos pais relativamente às suas práticas educativas atendendo ao sexo dos filhos, de modo a observar-se se existiam diferenças ou não entre as perceções de ambos os grupos. Os resultados obtidos não confirmaram a existência de diferenças inter-grupais, quer isto dizer que, tanto as perceções dos pais como as perceções dos alunos apontam no mesmo sentido, sendo que a variável “Sexo dos filhos” não se mostrou um fator relevante relativamente às perceções dos inquiridos sobre as práticas parentais.

Relativamente à segunda hipótese, os estudos empíricos afirmam que, tendo-se em conta as perceções dos pais, as práticas educativas eram distintas consoante a ordem de nascimento dos filhos, ou seja, o facto de um filho ocupar a posição de “Irmão mais velho”, “Irmão do meio”, “Irmão mais novo” ou “Filho único” constituíam razões sólidas para que estes fossem educados de modo diferente do ponto de vista dos pais (Sampaio, 2007; Sampaio & Vieira, 2010). Mais uma vez, os resultados obtidos contradizem os

apontados pela literatura tendo em conta que não se verificaram diferenças significativas no que diz respeito às práticas parentais de acordo com as percepções dos pais. À semelhança da primeira hipótese, quisemos também comparar a percepção dos filhos com as percepções dos pais relativamente às suas práticas educativas atendendo à ordem de nascimento dos filhos, de modo a observar-se se existiam diferenças ou não entre as percepções de ambos os grupos. Os resultados obtidos não confirmaram a existência de diferenças inter-grupais, quer isto dizer que, tanto as percepções dos pais como as percepções dos alunos apontam no mesmo sentido, sendo que a variável “Posição na fratria” também não se mostrou um fator relevante relativamente às percepções dos inquiridos sobre as práticas parentais.

Ao verificar-se as totalidades do Inventário de Estilos Parentais sobre a percepção da mãe e sobre a percepção do pai no que diz respeito às suas práticas parentais, observou-se que 53 das 122 mães inquiridas e 57 dos 118 pais inquiridos, percecionam o seu estilo parental como sendo um Estilo Parental de risco, de acordo com a tabela de interpretação dos resultados do *iep* (índice de estilo parental) (Gomide,2006). Para esta autora, pais cujo estilo parental corresponde ao Estilo Parental de risco, é aconselhado a participação destes em programas de intervenção terapêutica nos quais possam ser focadas as consequências do uso das práticas negativas em detrimento das práticas positivas. Em número significativamente reduzido (pais=3, mães=5), encontram-se os pais cuja percepção sobre o seu estilo parental corresponde ao Estilo Parental ótimo, reconhecido por uma presença marcante de práticas educativas positivas e ausência das práticas educativas negativas, situação esta que pode ser justificada através das características da própria amostra, neste caso, o contexto socioeconómico das famílias. No que respeita à observação das totalidades do Inventário de Estilos Parentais sobre a percepção do aluno no que diz respeito às práticas educativas parentais, observou-se que a percepção deste em relação à figura materna e paterna, apontam para um estilo parental considerado também de risco em que 78 das mães e 97 dos pais são inseridos nesta categoria. Ao contrário do que se verificou em relação à percepção dos pais sobre as suas práticas educativas, nenhum dos alunos percecionou sequer, a figura paterna como apresentando um estilo parental ótimo. Atendendo aos resultados, estes mostram que a figura paterna é percecionada de um modo mais negativo que a figura materna, relativamente a tipo de práticas que recorre para a educação dos filhos, indo ao encontro da literatura que refere que o pai tende a ser mais punitivo, e como tal recorrer a um maior uso das práticas negativas, sobretudo quando ocorre um desvio das normas (Basow, citado por Vieira, 2006).

No que diz respeito à terceira hipótese, a literatura científica demonstrou que os pais que têm habilitações escolares mais altas, apresentam estilos parentais mais elevados, exercendo assim, práticas parentais mais positivas através de um maior uso das práticas indutivas na educação dos filhos, em comparação aos pais com habilitações escolares mais baixas (Cruz, 2005). Ao realizar-se a testagem da hipótese, os resultados obtidos mostraram que tanto para o pai como para a mãe verificaram-se diferenças significativas em relação às suas habilitações académicas e à totalidade do Inventário de estilos parentais de acordo com as perceções parentais. Assim, no que concerne à figura materna, os resultados indicaram que no que respeita às habilitações literárias mais elevadas, apenas as mães que possuem o Ensino Secundário, evidenciam estilos parentais mais elevados. Em contraposição, as mães que possuem níveis mais baixos de escolaridade correspondentes ao 1º e ao 2º Ciclo, os resultados indicaram que estas, apresentaram estilos parentais mais elevados em comparação com as mães com habilitações académicas correspondentes ao Ensino Superior. Já em relação à figura materna, os resultados apontam no mesmo sentido em relação ao Ensino Secundário e ao 1º e 2º Ciclo. Contrariamente ao que se esperava, verificou-se que os pais que não possuem qualquer habilitação académica, ou seja, não sabem ler, nem escrever, foram aqueles que apresentaram estilos parentais mais elevados comparativamente aos pais com habilitações literárias correspondentes ao Ensino Secundário, refutando-se por completo a hipótese formulada. Tais resultados, podem ser justificados devido às próprias variáveis pessoais, intra e extrafamiliares inerentes aos próprios sujeitos, que eventualmente possam intervir nas relações entre pais e filhos e consequentemente nas práticas e nos estilos parentais. Relvas (2006) afirma mesmo que, a parentalidade é um fenómeno co-construído na relação que se estabelece entre pais e filhos pelo que, estão também implícitas, as emoções, as cognições, as crenças, as expectativas e os valores que irão determinar o próprio comportamento parental. As habilitações académicas surgem assim, como um elementos que pode exercer alguma influência na educação dos filhos, mas não é a única influência relativamente ao comportamento parental, pelo que na minha opinião, as práticas parentais são um aglomerado de todas as variáveis anteriormente referidas.

Relativamente à quarta hipótese, os estudos empíricos afirmam que quando um filho se apercebe que os pais comunicam melhor com um filho em detrimento de outro(s), este tenderá a julgar que existe preferência parental por este mesmo filho comparativamente aos outros (Fernandes, 2002; Shebloski et al., citado por Sampaio, 2008). Estes autores afirmam ainda, que são os filhos mais velhos, aqueles que

percecionaram a existência de diferenças quanto ao tratamento parental diferenciado tendo em conta, a sua avaliação mais acurada do funcionamento familiar.

Ao testar-se esta hipótese, os resultados obtidos relativamente à percepção dos alunos sobre a preferência parental evidenciaram uma associação entre as variáveis “Posição na fratria” e “Preferência parental”. Assim, no que diz respeito à figura materna tendo-se em conta a percepção dos alunos, verificou-se que de uma totalidade de 50 alunos que afirmaram a existência da preferência parental por parte da mãe, 16 destes correspondiam aos filhos cuja posição na fratria corresponde ao “Irmão mais velho”. Relativamente à figura paterna tendo-se em conta a percepção dos alunos, verificou-se esta mesma situação, ou seja, de uma totalidade de 41 alunos que afirmaram a existência da preferência parental por parte do pai, 14 destes correspondiam aos filhos cuja posição na fratria corresponde ao “Irmão mais velho”. De fato, a idade dos alunos mostra ser um elemento relevante no que diz respeito à percepção sobre a preferência parental de um filho em detrimento de outro(s). Nos casos das fratrias em que o intervalo de idades nos irmãos, apresenta algum distanciamento, faz sentido ser o filho mais velho quem percebe a existência da preferência parental, visto que este apresenta um maior desenvolvimento cognitivo e maturacional que lhe permitem, por exemplo, estar mais atento ao contexto familiar onde está inserido e como tal, às relações que se estabelecem entre os seus pais, os seus irmãos e ele próprio. Ter um irmão mais novo que este, exige por parte dos pais, maiores cuidados parentais atendendo-se ao seu desenvolvimento maturacional. McHale et al. (citado por Fernandes, 2002) observaram num seu estudo como os diferentes estádios de desenvolvimento e a ordem de nascimento de um grupo de adolescentes e crianças, se relacionava positivamente com a maneira como estes percebiam o tratamento parental. Tendo em conta os resultados obtidos, confirmou-se esta mesma hipótese.

Relativamente à revisão da literatura, procurou-se na quinta hipótese, verificar-se se existiam diferenças na prática educativa parental correspondente à monitoria negativa, de acordo com a percepção dos alunos, conforme a posição ocupada na fratria. Aquando a testagem da hipótese, na percepção dos alunos os resultados obtidos indicaram não existirem diferenças significativas relativamente à figura materna e paterna de acordo com a posição dos filhos na fratria. Tendo em conta Gomide (2006), a monitoria negativa é uma prática educativa negativa caracterizada pelo excesso de vigilância parental, pela constante repetição de instruções e pelo excesso de controlo comportamental e psicológico. Esta prática pode conduzir a clima familiar sem diálogo e hostil, em que as tentativas de controlo contínuo parental podem interferir no desenvolvimento da autonomia e

autoconfiança filial. De fato, o que se verificou nos resultados através da testagem da hipótese, é que a posição na fratria não se mostra um elemento relevante no que se refere ao exercício da prática educativa da monitoria negativa, ou seja, tanto os filhos mais velhos, como os do meio, como os mais novos, poderão sofrer monitoria negativa por parte do pai ou da mãe.

No que diz respeito à sexta hipótese, a literatura indica que são os filhos do sexo feminino, aqueles que sofrem mais abuso físico comparativamente aos filhos do sexo masculino (Sampaio, 2007). Os resultados obtidos relativamente à percepção dos alunos indicaram não existirem diferenças significativas relativamente à figura materna e paterna de acordo com o sexo dos filhos. O que se verificou nos resultados através da testagem da hipótese, é que o sexo dos filhos não se mostra um elemento relevante no que se refere ao exercício da prática educativa da monitoria negativa, ou seja, tanto os rapazes como as raparigas, poderão sofrer monitoria negativa tanto por parte do pai como por parte da mãe.

Tendo em conta as seis hipóteses elaboradas e a testagem individual de cada uma delas, confirmou-se apenas uma das hipóteses colocadas e refutaram-se cinco delas.

De um modo geral, assinala-se a educação dos filhos como uma das tarefas mais complexas dentre as várias tarefas que compõem as funções parentais. Para Omer (2002), uma boa educação para os filhos não tem ligação propriamente dita com um tipo ideal de família, e nem com a existência de apenas uma maneira correta de se educar. Torna-se então, erróneo pensar-se que determinado estilo parental é melhor do que o outro ou até que produz melhores resultados em detrimento de outro, já que tudo depende dos diferentes contextos e das situações específicas.

Ressalva-se ainda que também o comportamento dos pais tem grande influência na educação dos seus filhos, quer porque não se opõem aos seus filhos, quer porque os consideram como adultos, por exemplo. De fato, os estilos parentais influenciam em diversos aspetos, o desenvolvimento dos filhos, podendo inclusive, determinar o próprio estilo parental que os filhos irão adotar no futuro enquanto pais.

No contexto mais alargado à Psicologia da Educação, torna-se imprescindível munir as figuras parentais com conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e as competências sociais dos filhos. Os programas de intervenção e orientação parental, assume-se de extrema importância para a partilha de experiências parentais, para o enfoque sobre que tipos de práticas educativas os pais recorrem com vista à educação dos seus filhos e para que consequência é que estas mesmas práticas têm no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Considero que

existe uma necessidade crescente por parte dos pais, de terem acesso e serem instrumentalizados com práticas educativas que se mostrem eficientes na criação e na manutenção de um repertório de comportamentos apropriados à educação dos filhos. Há portanto a necessidade de colocar-se os pais no centro da ação. Para tal, tem de existir primeiramente um respeito por parte de todos os profissionais, especialmente aqueles ligados à Psicologia, aos pais, reconhecendo-se que estes têm deveres mas também direitos. Um terapeuta que se mostre realmente interessado nas dificuldades dos pais, é capaz de oferecer melhores condições para o seu auxílio. Omer (2002) refere ainda a importância dos profissionais da Psicologia apostarem em intervenções que prezem a forma dialética que se iniciem com a expressão empática do respeito pelos pais e terminem com um questionamento.

A importância dos valores, das crenças e dos comportamentos parentais transmitidas aos filhos, tornam-se relevantes para o desenvolvimento psicossocial dos mesmos. Os pais ocupam assim, uma posição central na vida dos filhos, no que diz respeito à sua educação, à sua socialização e às implicações que os padrões educativos têm na vida futura das crianças e adolescentes, afirmando-se mesmo, que as crianças de hoje, serão os pais de amanhã.

Limitações do Estudo

Após toda a realização do estudo desenvolvido, importa refletir sobre as limitações que este mesmo apresenta. Deste modo, inicia-se este ponto por referir que a tarefa de avaliar o todo de um modo simultâneo, torna-se uma tarefa extremamente difícil de concretizar devido à impossibilidade de reunir todas as condições e intervenientes necessários. Tendo em conta estes fatores, este estudo constituiu apenas um pequeno recorte da realidade cujo objetivo principal foi o de levantar alguns dados de acordo com as variáveis escolhidas para o estudo. Há, portanto, a necessidade de serem desenvolvidos outros estudos sobre o tema a fim de se formar um arcabouço teórico consistente, principalmente em Portugal, em que existe uma escassez de estudos referentes às práticas parentais no geral, e ligados ao período da Adolescência, em específico.

Ao nível da aplicação dos questionários, a questão da indisponibilidade temporal impossibilitou a tarefa de estender-se este mesmo estudo a um outro meio escolar com características distintas do meio escolar onde foi aplicado o estudo, não permitindo haver outro ponto de comparação no que respeita aos resultados obtidos.

Nesta linha de pensamento, outra limitação relevante corresponde ao tamanho da amostra que ao se apresentar em número reduzido, permite considerar hipoteticamente os resultados obtidos somente para a população em questão e não, uma representação estatística consistente ao nível regional.

Um outro aspeto que não foi tido em conta neste estudo diz respeito também às percepções dos irmãos dos alunos selecionados para a amostra sobre as práticas educativas utilizadas pelos pais, impossibilitando-se assim, a recolha das diferentes opiniões fraternas não sendo possível comparar as percepções do aluno e dos seus irmãos face às mesmas atitudes parentais.

Ao nível do preenchimento dos questionários pelos pais, verificou-se alguma desmotivação dos participantes em responder a algumas questões presentes na Ficha de Caracterização Sociodemográfica da Família (Anexo B) que foram deixadas em branco, o que de certa forma impossibilitou o acesso a informações pertinentes ao estudo.

Sugestões para futuras investigações

Os dados recolhidos através deste estudo, apesar das suas limitações não assinalaram diferenças relativamente ao tratamento parental dispensado aos filhos tendo em conta o seu sexo e a sua ordem de nascimento.

Alguns dos resultados apontados podem ser retomados pela Psicologia de modo a encontrar-se respostas à questão da influência destas variáveis na dinâmica familiar. Assim, sugere-se quem em futuras pesquisas se procure estender este mesmo estudo a diferentes meios sociais e a diferentes populações que reúnam diferentes características entre si. O mesmo se sugere no que respeita ao tamanho da amostra, ou seja, deve considerar-se uma amostra exponencialmente mais elevada proporcionando assim, uma investigação mais rica e mais representativa da população em geral.

Ao nível do tamanho das famílias, registou-se alguma variabilidade havendo um número significativamente elevado no que respeita às famílias que possuem até quatro filhos e um número significativamente reduzido no que respeita às famílias com mais de cinco filhos. Em pesquisas futuras, sugere-se o estudo da influência que o tamanho das famílias pode exercer nas práticas parentais, podendo estas, serem estudadas tendo em conta o número de filhos em díades, tríades, etc e posteriormente comparar os resultados obtidos.

Ainda em relação à amostra, e como esta se mostrou uma limitação deste estudo, sugere-se também a avaliação das percepções de todos os filhos constituintes de um núcleo

familiar de modo a poder-se comparar-se as diferentes percepções fraternas na tentativa de se entenderem as diferenças mais patentes entre os primogénitos e os demais filhos. Uma outra sugestão é também alargar esta mesma pesquisa aos pais, levando-os a responder também em relação a todos os seus filhos, de modo a compreender-se as diferenças existentes entre pai e mãe no que respeita às práticas educativas utilizadas na educação dos filhos.

Relativamente à idade dos participantes, sugere-se em futuras investigações alargar este mesmo leque, recolhendo-se dados em faixas etárias mais baixas como crianças ou pré-adolescentes ou faixas etárias mais altas como jovens a partir dos 18 anos, com o intuito de verificar as diferenças manifestadas pelos pais tendo em conta as idades dos diferentes participantes.

No que respeita aos filhos únicos, estes poderiam constituir objeto de estudo relativamente às práticas parentais utilizadas por mães e pais, pertencendo a diferentes meios sociais cujo intuito era verificando-se se existem diferenças entre os progenitores no modo como tratavam o filho. Posteriormente, poder-se-ia comparar vários sujeitos filhos únicos e verificar se existiam diferenças entre estes relativamente a este tema.

No que se refere aos instrumentos utilizados, e tendo-se verificado que a utilização de apenas um, não se mostrou suficiente para compreender toda a complexidade envolvida no que respeita às práticas educativas parentais, sugere-se um levantamento de dados/opiniões dos membros e da sua percepção sobre a sua família tendo em conta todo um conjunto de variáveis relevantes e comparar-se estas mesmas informações com dados mais objetivos que possam incluir cenas de filmagem que retratem o que realmente acontece ou então em situações estruturadas *in loco*

Seria pertinente desenvolver-se um estudo conciliando ambas as metodologias quantitativas e qualitativas de modo a obter um estudo mais aprofundado ao nível das posições e das interpretações que os diferentes elementos têm acerca das suas percepções.

Algumas sugestões para futuras investigações encontram-se designadas seguidamente, visto terem sido consideradas relevantes e ainda não muito esclarecidas:

- Os tipos de personalidade, a ordem de nascimento e o género;
- A Psicopatologia e a ordem de nascimento;
- A ordem de nascimento e o QI;
- A relação entre a autoestima, a ordem de nascimento e a percepção da preferência parental;

- As habilidades sociais e a ordem de nascimento (especialmente para filhos únicos);
- A percepção familiar em irmãos gémeos;
- A percepção familiar de filhos de pais separados/divorciados;

Referências Bibliográficas

- Aboim, S. (2002). *Evolução das estruturas familiares*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Alarcão, M. (2006). *Des(equilíbrios) familiares* (3ª ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Algarvio, S., & Leal, I. (2004). Preocupações Parentais: Validação de um Instrumento de Medida. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(2), 145-158.
- Allen, J. P. (2008). The attachment system in adolescence. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (419-435). New York: The Guilford Press.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1995). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª ed). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alonso de Bem, L., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71.
- Aluja, A., Barrio., V., & Garcia, L. F. (2007). Personality, social values and marital satisfaction as predictors of parents rearing styles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7, 725-737.
- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre o Comportamento e Cognição*, (pp.54-60). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460.
- American Psychiatric Association – APA. (2002). *DSM-IV-TR: Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4ª ed. revista). Lisboa: Climepsi Editores.
- American Psychological Association – APA. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6th ed). Washington: American Psychological Association.
- André, S. M. S., & Silva, E. M. V. B. (2005). Percepção dos adolescentes sobre interações parentais. *Educação, Ciência e Tecnologia*, 31, 88-92.
- Azevedo, J. M. (2008). *A função paterna nas configurações familiares atuais* (dissertação de mestrado). Retirado da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Bayle, F. (2006). *À volta do nascimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Beja, M. J. G. (2009). *Escola e Família: Da inevitabilidade da Comunicação à Construção de uma realidade relacional (Estudo exploratório no 1.º Ciclo do Ensino Básico)* (tese de doutoramento não publicada). Universidade da Madeira, Funchal
- Bernart, R. (2010). Hermanos y nuevas jerarquias. Cambios familiares: nuevas relaciones, nuevas jerarquias. *Mosaico*, 46, 14-23.
- Biasoli-Alves, Z. M. (2001). Crianças e Adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. Em Z. M. Biasoli-Alves & L. Fischman (Orgs.), *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância* (pp.79-93). São Paulo: EDUSP.
- Brás, P. M. F. (2008). *Um olhar sobre a parentalidade (estilos parentais e aliança parental) à luz das transformações sociais actuais* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório da Universidade de Lisboa.
- Brazelton, T. B. (2005). *A Maternidade e a Vida Profissional*. Barcarena: Editorial Presença.
- Bridges, W. (2004). *Transitions: Making sense of life's changes*. Cambridge: Da Capo Press.
- Cabral, F., & Díaz, M. (2000). *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e Exigência: duas escalas para avaliar Estilos Parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 465-473.
- Crespo, C. (2007). *Rituais familiares e o casal: Paisagens inter-sistémicas* (dissertação de doutoramento). Retirado do Repositório da Universidade de Lisboa.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as contexto: na integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Dascânio, D., & Valle, T. G. M. (2007). Avaliação das práticas educativas dos pais de crianças com baixa e alta plumbemia. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(1), 198-208.
- Del Barrio, M. V., & Carrasco, M. A. (2004). Confluencia y discrepancia percibida por los hijos en los hábitos de crianza paternos y maternos. *Iberpsicología*, 10(6), 57-65.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2005). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage.
- Eurostat (2005). *Demographic Statistics*. Luxembourg: Eurostat.

- Fernandes, O. M. (2002). *Semelhanças e diferenças entre irmãos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fernandes, O. M., Alarcão, Madalena., & Raposo, J. V. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 297-304
- Ferreira, M. H. F. A. (2010). *O Envolvimento Parental como um desafio fascinante em Educação* (tese de mestrado). Retirado do Repositório Institucional da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Ferreira, S. I. A. (2011). *A Parentalidade em Contexto de Recomposição Familiar: O Caso do Padrasto* (tese de doutoramento). Retirado do Repositório da Universidade de Lisboa.
- Freitas, A. P. C. O. (2008). *Práticas educativas parentais em relação ao filho único e ao primogénito em famílias com dois filhos* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fuentes, M. J., Motrico, E., & Bersabé, R. (2001). Diferencias entre padres y adolescentes en la percepción del estilo educativo parental: afecto y normas-exigencias. *Apuntes de Psicología*, 19(2), 235-250.
- Furman, W., & Lanthier, R. (2002). Parenting Siblings. In M. H. Bornstein (Ed.), *Hand Book of Parenting: Children and Parenting* (pp.165-188). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Gandra, M. S. (2007). *Família e escola exercendo papéis distintos na arte e nos desafios de educar* (dissertação de mestrado). Retirado de Sigplanet.
- García, V. E. C., & Marín, I. P. G. (2007). *Relaciones familiares y ajuste psicológico: dos estudios en adolescentes de familias colombianas*. Bogotá: Ediciones Uniandes.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais (IEP). Modelo teórico-Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, C. M. (2003). Escola e família: uma relação necessária e conflitual. In M. E. Costa (Ed.), *Gestão de conflitos na Escola* (pp.97-142). Porto: Universidade Aberta
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298.
- Günther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Hanson, S. (2005). *Enfermagem de cuidados de saúde à família: Teoria, Prática e Investigação* (2ª ed.). Loures: Lusociência.
- Hertwig, R, Davis, J. N., & Sulloway, F. J. (2002). Parental Investment : How na equity motive can produce inequality. *Psychological Bulletin*, 5, 728-745.

- Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2010). Classificação Nacional das Profissões 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Keller, H., & Zach, U. (2002). Gender and birth order as determinants of parental behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 177-184.
- Kitzinger, S. (2006). *Porque chora o meu bebé?*. Porto: Porto Editora
- Kruel, C. S. (2008). *Transição para a parentalidade no contexto de cardiopatia congénita do bebê* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2005). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas.
- Lamboy, B. (2009). Soutenir la parentalité: pourquoi et comment? Diferentes approches pour un même concept. *Devenir*, 21(1), 31-60.
- Laureano, R. M. S. (2011). Testes de hipóteses com o SPSS. O meu manual de consulta rápida. Lisboa: Edições Sílabo.
- Magalhães, S. C. R. S. (2011). *A vivência de transições na parentalidade face ao evento hospitalização da criança* (tese de mestrado). Retirado do Repositório Comum.
- Martins, C. A. (2009). *Transição para a parentalidade: Uma revisão sistemática da literatura* (tese de mestrado). Retirado do RepositóriUM.
- Mondin, E. M. C. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26(54), 233-244.
- Morais, A. M. (1992). Socialização Primária e Prática Pedagógica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neyrand, G. (2007). La parentalité comme dispositif mise en perspective des rapports familiaux et de la filiation. *Recherches familiales*, 4, 71-88.
- Oliveira, M. C. S. L., Camilo, A. A., & Assunção, C. V. (2003). Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação de diferenças. *Temas em Psicologia - Sociedade Brasileira de Psicologia*, 11(1), 61-75.
- Omer, H. (2002). *A autoridade sem violência: o resgate da voz dos pais*. Belo Horizonte: ArteSã.
- Osório, L. C. (2000). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pacheco, J. T. B., Silveira, L. M. O. B., & Schneider, A. M. A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39(1), 66-73.

- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (2008). *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Pires, A. S. R. (2008). *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório da Universidade de Lisboa.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico dos seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), p. 247-256.
- Reis, M. P. I. C. P. (2008a). *A relação entre pais e professores: Uma construção de proximidade para uma escola de sucesso* (tese de doutoramento). Retirado do Repositório Comum.
- Reis, K. C. F. (2008b). *Infância, género e estereótipos sexuais: análise do relato de mães de crianças de 4 a 6 anos* (dissertação de mestrado). Retirado da Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- Reppold, C., Pacheco, J., & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. Em C. Hutz (Org.), *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisas e Intervenção* (pp.9-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Relvas, P. (2002). *Por detrás do espelho: Da teoria à terapia com a família*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Relvas, P. (2006). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica* (4ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Restrepo, L. M. (2011). Adolescencia: ¿Etapa de victoria o fracasso? *Alcanzando a la Niñez*, 52, 5-8.
- Ribeiro, J. L. P. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Rocha, H. M. P. (2010). *Adolescente e Vínculo Parental: (Des)continuidade entre família e escola* (dissertação de mestrado). Retirado de Repositório Institucional da Universidade de Aveiro.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores.
- Salvador, A. P. V., & Weber, L. N. D. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9(2), 341-353.
- Sampaio, I. T. A. (2007). Práticas educativas parentais, género e ordem de nascimento dos filhos: atualização. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(2), 144-152.

- Sampaio, I. T. A., & Vieira, M. L. (2010). A Influência do Gênero e Ordem de Nascimento sobre as Práticas Educativas Parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 198-207.
- Schumacher, K. L., & Meleis, A. I. (1994). Transitions: A central concept in nursing. *Image: Journal of Nursing Scholarship*, 26, 119-127.
- Shelton, K. H., & Harold, G.T. (2008). Interparental conflict, negative parenting, and children's adjustment: Bridging links between parents' depression and children's psychological distress. *Journal of Family Psychology*, 22(5), 712-724.
- Simões, S. C. C. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família* (tese de doutoramento). Retirado do Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Silva, M. C. P. (2004). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o novo milénio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, H. M. (2008). *O acompanhamento da família no seu processo de adaptação e exercício da parentalidade: intervenção de enfermagem* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Soares, I. (2009). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Sousa, J. (2006). As famílias como projectos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. *Saber (e) Educar*, 11, 41-47.
- Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistémica. Em S. D. Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp.403-415). São Paulo: Atheneu.
- Trenas, A. F. R. (2008). *Estudio sobre los estilos educativos parentales y su relación con los trastornos de conducta en la infancia* (tese de doutoramento). Retirado do Repositorio Institucional de la Universidad de Córdoba.
- Ventura, T. (2010). *Tipologias familiares: caraterização e singularidades dos seus ciclos vitais* (dissertação de mestrado). Retirado do Repositório da Universidade de Lisboa.
- Vieira, C. M. C. (2006). *É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar*. Coimbra: Edições Almedina.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de Estilos Parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331

Anexos

Anexo 1

Ficha Sociodemográfica da Família – Alunos

Ficha Sociodemográfica da Família – Alunos

Código: _____

As seguintes questões têm por objetivo recolher algumas informações acerca da tua família.
Não existem respostas certas ou erradas. Responde a cada questão com a máxima sinceridade, assinalando com um X no quadrado correspondente.

Identificação

Nome: _____ Data de Nascimento: ___ / ___ / ___
Nível de Escolaridade: _____ Sexo: M F

1. Tu vives com:

- | | | |
|---|---------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mãe e Pai | <input type="checkbox"/> Irmãos | <input type="checkbox"/> Tio/Tia |
| <input type="checkbox"/> Mãe | <input type="checkbox"/> Irmãs | <input type="checkbox"/> Primos |
| <input type="checkbox"/> Pai | <input type="checkbox"/> Avó | <input type="checkbox"/> Primas |
| <input type="checkbox"/> Mãe e Padrasto | <input type="checkbox"/> Avó | <input type="checkbox"/> Outros... Quem? _____ |
| <input type="checkbox"/> Pai e Madrasta | | |

2. Os teus pais vivem:

- Juntos Separados

3. Tens irmãos?

- Não. Sim. Quantos? _____

4. Se respondeste "Sim" na questão anterior, indica as suas idades e assinala o sexo a que pertencem.

- | | | | |
|-------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|
| <input type="checkbox"/> Irmã | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Irmão | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Irmã | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Irmão | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Irmã | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Irmão | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Irmã | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Irmão | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Irmã | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Irmão | Idade _____ |

5. Que posição ocupas dentro da tua fratria? Sou o(a):

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Filho(a) Único (a) | <input type="checkbox"/> Irmão mais velho |
| <input type="checkbox"/> Irmã mais velha | <input type="checkbox"/> Irmão do meio |
| <input type="checkbox"/> Irmã do meio | <input type="checkbox"/> Irmão mais novo |
| <input type="checkbox"/> Irmã mais nova | |

6. Na tua opinião, o teu pai tem um filho(a) preferido (a)?

- Sim. Não.

7. Se sim, quem achas que é o filho(a) preferido do teu pai?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Eu | <input type="checkbox"/> O meu Irmão mais velho |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã mais velha | <input type="checkbox"/> O meu Irmão do meio |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã do meio | <input type="checkbox"/> O meu Irmão mais novo |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã mais nova | |

8. Porque achas que existe essa preferência ?

9. Na tua opinião, a tua mãe tem um filho(a) preferido(a)?

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim . | <input type="checkbox"/> Não . |
|--------------------------------|--------------------------------|

10. Se sim, quem achas que é o filho(a) preferido(a) da tua mãe?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Eu | <input type="checkbox"/> O meu Irmão mais velho |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã mais velha | <input type="checkbox"/> O meu Irmão do meio |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã do meio | <input type="checkbox"/> O meu Irmão mais novo |
| <input type="checkbox"/> A minha Irmã mais nova | |

11. Porque achas que existe essa preferência ?

12. Tens mais irmãos a estudar nesta escola?

Sim .

Quantos? _____

Não

Em que anos de escolaridade? ____; ____; ____; ____; ____

Anexo 2

Ficha Sociodemográfica da Família – Pais

Ficha Sociodemográfica da Família – Pais

Código: _____

As seguintes questões têm por objetivo recolher algumas informações acerca da sua família. Não existem respostas certas ou erradas. Responda a cada questão com a máxima sinceridade, assinalando com um X no quadrado correspondente. Obrigado pela sua colaboração.

Identificação

Nome do Pai/Mãe: _____

Data de Nascimento: ___/___/____

Estado Civil: _____

1. Vivo com?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> A minha Mulher/O meu Marido | <input type="checkbox"/> A minha mãe |
| <input type="checkbox"/> Os meus filhos | <input type="checkbox"/> Os meus irmãos |
| <input type="checkbox"/> O meu Pai e a minha Mãe | <input type="checkbox"/> Os meus sobrinhos |
| <input type="checkbox"/> O meu pai | <input type="checkbox"/> Outros... Quem? _____ |

2. Quais são as suas Habilitações Escolares?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei ler/ nem escrever | <input type="checkbox"/> 7º ao 9º Ano (3º Ciclo) |
| <input type="checkbox"/> 1ª a 4ª Classe (1º Ciclo) | <input type="checkbox"/> 10º ao 12º Ano (Ensino Secundário) |
| <input type="checkbox"/> 5º ao 6º Ano (2º Ciclo) | <input type="checkbox"/> Ensino Superior |

3. Qual é a sua situação Profissional?

- Desempregado(a)
 Empregado(a)
Profissão: _____

4. Quantos filhos tem?

5. Indique quais são as suas idades e a que sexo pertencem.

- | | | | |
|--------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|
| <input type="checkbox"/> Filha | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Filho | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Filha | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Filho | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Filha | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Filho | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Filha | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Filho | Idade _____ |
| <input type="checkbox"/> Filha | Idade _____ | <input type="checkbox"/> Filho | Idade _____ |

6. Quem lhe presta apoio na educação dos seus filhos?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Os meus pais | <input type="checkbox"/> Vizinhos |
| <input type="checkbox"/> Os meus irmãos | <input type="checkbox"/> Amigos mais próximos |
| <input type="checkbox"/> Os meus compadres | <input type="checkbox"/> Outros... Quem? _____ |

Anexo 3

Carta de pedido de autorização de realização do estudo

Secretário Regional de Educação e Cultura



Centro de Competências de Artes e Humanidades
Mestrado em Psicologia da Educação

Ex. Sr. Secretário Regional
de Educação e Cultura

Assunto: Pedido de Autorização para a realização de Estudo sobre Práticas Educativas Parentais

No âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação promovido pela Universidade da Madeira, pretende-se realizar um estudo na área das Práticas Parentais, cujo objetivo é entender como se caracterizam as práticas de cuidado dos pais em relação aos filhos adolescentes tendo em conta as variáveis em relação ao género e à ordem de nascimento, a ser realizado na Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito Câmara de Lobos, sendo que a recolha de dados será operacionalizada através de um questionário a ser preenchido pelos alunos do 9º ano de escolaridade. Este trabalho está a ser desenvolvido sob a orientação da Profª Dr.ª Maria João Beja.

Agradecemos antecipadamente a pronta e generosa colaboração de Vossa Ex.ª neste trabalho de Investigação.

Respeitosos cumprimentos,

(Raquel Santos)

Anexo 4

Carta de pedido de autorização de realização do estudo
Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos



Centro de Competências de Artes e Humanidades
Mestrado em Psicologia da Educação

Ex.ª Sr.ª Presidente do
Conselho Executivo da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
do Estreito de Camara de Lobos
Dra. Maria Alcida Faria

Assunto: Pedido de Autorização para a realização de Estudo sobre Práticas Educativas Parentais

No âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação da Universidade da Madeira, desenvolvido sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria João Beja, pretende-se realizar um estudo na área das Práticas Parentais. O objetivo é caracterizar as práticas de cuidado dos pais na perceção dos filhos adolescentes, tendo em conta as variáveis género e ordem de nascimento. Para isso pretende-se a recolha de dados através de um questionário a ser preenchido pelos alunos do 9º ano de escolaridade da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos

Vimos por este meio solicitar a vossa autorização para levar a cabo esta investigação e agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

Respeitosos cumprimentos,

(Raquel Santos)

Anexo 5

Carta de pedido de autorização de participação no estudo

Encarregados de Educação



Centro de Competências de Artes e Humanidades
Mestrado em Psicologia da Educação

Ex. mo Encarregado de Educação

Assunto: Preenchimento do Inventário de Estilos Parentais

No âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação da Universidade da Madeira, desenvolvido sob a orientação da Prof^a Dr.^a Maria João Beja, pretende-se realizar um estudo na área das Práticas Parentais. O objetivo é caracterizar as práticas de cuidado dos pais na perceção dos filhos adolescentes, tendo em conta as variáveis género e ordem de nascimento. Para isso pretende-se a recolha de dados através de um questionário a ser preenchido pelos alunos do 9º ano de escolaridade da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo do Estreito de Câmara de Lobos.

Informa-se que as respostas dadas através dos questionários serão utilizadas única e exclusivamente para o presente estudo estando salvaguardada a identidade dos participantes.

Neste sentido, solicitamos a vossa colaboração para a devida autorização da participação dos educandos no preenchimento do questionário a eles dirigidos e devido preenchimento do questionário dirigido aos próprios Encarregados de Educação.

Agradecemos antecipadamente a atenção e disponibilidade neste trabalho de Investigação.

Respeitosos cumprimentos,

(Raquel Santos)

Eu, _____,
encarregado(a) de educação do(a) aluno (a)
_____ da turma____, do ____ ano
de escolaridade, **autorizo/ não autorizo** (riscar o que **não** interessa) o meu educando a participar
no estudo sobre as Práticas Educativas Parentais.

Estreito de Câmara de Lobos, ____ de _____ de _____.